

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

FESTA DA ALEGRIA



PCP

Álvaro Cunhal no comício da Festa da Alegria em Braga

Haverá talvez alguém com dificuldades em compreender que numa situação em que avultam tantas dificuldades e problemas, o nosso Partido realize uma Festa que se intitula Festa da Alegria.

A designação é porém inteiramente justa. O nosso Partido tem também conscientes motivos de alegria na luta que presentemente trava.

Alegria de um partido que apesar das violentas campanhas que contra ele desenvolvem as forças da reacção e apesar dos vendavais que envolvem o mundo, se mantém firme, coerente, de pés bem firmes na terra, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, na defesa dos seus interesses, vontade e aspirações.

Alegria de um partido que tem objectivos justos e tem confiança em si próprio porque tem confiança nos trabalhadores e no povo português.

Págs. 1, 2 e 3/Semana



Balanço da acção do Grupo Parlamentar do PCP

Serviços de Informação: das fragilidades às ilegalidades

Pág. 5/Semana

Mesa redonda sobre a Lei de Bases da Família

Págs. 6 e 7/Em Foco

CGTP exige aumento dos salários reais

Pág. 6/Semana

Avante! António Dias Lourenço SUPLEMENTO N.º 8 19 de Julho de 1990 32 Cadernos Não pode ser vendido separadamente

PAULO

XIV Festa Avante!

OSIBISA

Em Foco

Avante! Ano 60 - Série VII N.º 865 19 de Julho de 1990 32 Cadernos Não pode ser vendido separadamente

Crónicas de Leandro Martins enviado especial do «Avante!»

XXVIII Congresso do PCUS

Balanço positivo

O 28.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética — assim continua a chamá-lo-se, apesar de tentativas em contrário, largamente derrotadas — termina de modo positivo, com a aprovação de várias e importantes resoluções políticas e com a eleição dos seus dirigentes. Gorbachev conseguiu, como dissemos na semana passada, uma ligeira maioria, contando embora com alguma abstenção. Para o cargo de secretário-geral agurou-se a maioria quase tão folgada quanto a de Gorbachev que reinviu a si como um homem que «pode reunir pessoas, travar o diálogo e cooperar».

As assembleias introduzidas ao Estádio, para os próximos meses e prolongadas até ao próximo Congresso, ainda não tiveram sido com-

pletadas, transformando o modo de eleição dos dirigentes. Tanto o Congresso-geral como o actual são eleições — já o foram — directivas.

As eleições para o novo cargo de secretário-geral agurou-se para Gorbachev e de facto, por sua vez, derrotou as candidaturas de Ligachev e de Dubovik, eleito do Instituto Tecnológico de Leningrado, que se apresentou à primeira volta no lugar, recebendo apenas 150 votos. Quando a 2.ª volta, foram 776 votos, enquanto que 2042 desistiram de se manifestar contra a sua candidatura.

Ligachev, Bekhtin, Iaroslav, outros dos candidatos apresentados pelo Conselho dos Deputados, retiraram as suas candidaturas a favor da proposta de Ligachev. Outros pro-

postos surgidos de entre os delegados também foram retirados pelos próprios.

Uma eleição assegurada? Na verdade, mesmo que se tivesse reunido ao cargo de secretário-geral um dos grandes especialistas áreas de investigação e de serem conhecidos os seus resultados. Na verdade, mesmo que se tivesse reunido ao cargo de secretário-geral um dos grandes especialistas áreas de investigação e de serem conhecidos os seus resultados.



Chamado no fim de semana anterior pelo Governo da sua República, juntamente com os 20 deputados que eram também deputados ao Congresso — o plano de membros do aparelho partidário e dos seus representantes — a reunião do Politburo do PCUS — aprovou a eleição de Gorbachev para secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética.

Chamado no fim de semana anterior pelo Governo da sua República, juntamente com os 20 deputados que eram também deputados ao Congresso — o plano de membros do aparelho partidário e dos seus representantes — a reunião do Politburo do PCUS — aprovou a eleição de Gorbachev para secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética.

Chamado no fim de semana anterior pelo Governo da sua República, juntamente com os 20 deputados que eram também deputados ao Congresso — o plano de membros do aparelho partidário e dos seus representantes — a reunião do Politburo do PCUS — aprovou a eleição de Gorbachev para secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética.

Chamado no fim de semana anterior pelo Governo da sua República, juntamente com os 20 deputados que eram também deputados ao Congresso — o plano de membros do aparelho partidário e dos seus representantes — a reunião do Politburo do PCUS — aprovou a eleição de Gorbachev para secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética.

Chamado no fim de semana anterior pelo Governo da sua República, juntamente com os 20 deputados que eram também deputados ao Congresso — o plano de membros do aparelho partidário e dos seus representantes — a reunião do Politburo do PCUS — aprovou a eleição de Gorbachev para secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética.

Chamado no fim de semana anterior pelo Governo da sua República, juntamente com os 20 deputados que eram também deputados ao Congresso — o plano de membros do aparelho partidário e dos seus representantes — a reunião do Politburo do PCUS — aprovou a eleição de Gorbachev para secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética.

Chamado no fim de semana anterior pelo Governo da sua República, juntamente com os 20 deputados que eram também deputados ao Congresso — o plano de membros do aparelho partidário e dos seus representantes — a reunião do Politburo do PCUS — aprovou a eleição de Gorbachev para secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética.

Chamado no fim de semana anterior pelo Governo da sua República, juntamente com os 20 deputados que eram também deputados ao Congresso — o plano de membros do aparelho partidário e dos seus representantes — a reunião do Politburo do PCUS — aprovou a eleição de Gorbachev para secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética.



Editorial

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 865

19 de Julho de 1990

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

No horizonte das legislativas

As próximas eleições legislativas (próximas mesmo que a um ano de distância) avolumam-se nos horizontes da política nacional como um acto institucional destinado a uma forte repercussão no futuro político imediato do País.

Cavaco Silva, que candidamente proclamou na entrevista concedida no último fim-de-semana a um jornal diário: «Não vou comprar votos! Não é o meu estilo», já iniciou de facto e sem candura nenhuma, utilizando os poderosos meios de que dispõe como Primeiro-Ministro, a sua corrida eleitoral com um objectivo que embora sem uma perspectiva realista não deixa de ser declarado: ganhar de novo a maioria absoluta das próximas legislativas.

Claro, a direita - particularmente, no caso do PSD, detentora do Poder - tem as suas formas peculiares e conhecidas de «comprar votos», de corromper as consciências de eleitores mais desprevenidos. Não senhor! Os «puros democratas» da direita e do PSD não negociam os votos sobre os balcões da Bolsa de Valores!...

Cavaco Silva justifica até com patrióticos argumentos a sua concepção da necessidade de um governo de um só partido apoiado na maioria parlamentar absoluta: a modernização do País, o desenvolvimento económico, a aceleração da integração europeia.

E, claro, também não reafirma ainda a conhecida trilogia da direita para uma ditadura institucionalizada pelo voto democrático: «Um Presidente, uma maioria parlamentar, um Governo.» Reafirmá-lo desde já seria prematuro, seria abrir o jogo demasiado cedo, mesmo correndo o risco de outros lhe pegarem na legenda.

Mas, político «generoso», vai dando a sua achega às ilusões bipolarizadoras do PS - que ele também perfiha com a evidente condição de lhe assegurar a continuidade da hegemonia do Poder. Não se pode inferir outra coisa quando na entrevista manda um inequívoco recado ao PS: «é muito importante que saia das próximas eleições um governo com maioria absoluta. Se não for o PSD eu preferia que um outro partido tivesse essa maioria». Obviamente, não é recado para o CDS...

Entretanto, Cavaco Silva e o seu governo personificam sem sombra de dúvida no momento actual a mais acerada ponta de lança do restauracionismo monopolista e dos planos da contra-revolução para a liquidação das grandes conquistas democráticas da revolução de Abril.

Desalojando-o da gestão e da direcção política do Estado, das suas posições dominantes do Poder, tornou-se uma necessidade vital da democracia portuguesa, uma condição sem a qual não é possível uma visão realista dos problemas nacionais mais instantes nem a definição e implementação correctas das linhas de desenvolvimento económico e social viradas para o progresso

do País nas novas condições criadas com a adesão à CEE e com as profundas alterações geo-políticas da Europa e do mundo contemporâneo.

As consequências económicas, sociais e políticas já efectivamente produzidas e as que se perspectivam na realidade portuguesa pela ofensiva cavaquista de restauração acelerada dos monopólios e do seu poder trazem a questão do afastamento do PSD e do seu chefe das alavancas do governo para a ordem do dia e o primeiro plano da política nacional.

No limiar dos embates de 1991/92/93 e da criação de novos mecanismos decisivos do processo de integração europeia (a UEM - União Económica e Monetária, o SME - Sistema Monetário Europeu, a União Política e o Mercado Único) assume carácter de verdadeira exigência nacional a substituição do cavaquismo no governo por uma gestão e uma direcção política democráticas, estreitamente vinculadas aos interesses superiores de Portugal e do povo português que não colidem antes se inspiram nas grandes linhas do desenvolvimento económico e da solidariedade internacional.

Modernizar Portugal, desenvolver a economia, prevenir a aceleração da integração europeia são só por si e entre outras, determinantes de um largo consenso nacional, de um esforço colectivo e uma ampla convergência na acção de vastos sectores sociais e de forças políticas verdadeiramente empenhadas no progresso social e das instituições democráticas.

Mas em política, particularmente nas esferas dirigentes das principais forças do quadro político português as palavras têm o seu peso e o seu significado, a sua expressão formal e o seu conteúdo.

Para os portugueses não basta que o Primeiro-Ministro, como fez Cavaco Silva na sua entrevista do último fim-de-semana, proclame com ênfase os grandes lemas que, na sua opinião, constituem principais objectivos do seu Governo na presente conjuntura.

O País já teve ocasião de se instruir na prática sobre o significado e o conteúdo que para o Governo, para Cavaco Silva e para o seu partido têm palavras como «modernização», «desenvolvimento económico», «integração europeia» e de outras que significativamente omite, como saúde, habitação, emprego, segurança social, cultura, ambiente; como coesão económica e coesão social no quadro da integração europeia.

O que está hoje claro para milhões de portugueses rudemente submetidos à prática governamental de Cavaco e que dela tiraram já as necessárias conclusões políticas é imperioso que o estejam a maioria dos cidadãos eleitores que nas próximas legislativas vão com o seu voto pronunciar-se sobre as forças que desejam colocar na gestão e na direcção política do País.

O povo português já pôde instruir-se na prática sobre os conceitos cavaquistas de «modernidade», de «desenvolvimento económico», de «integração europeia».

Disse recentemente Cavaco Silva que as suas celebradas «reformas de estrutura» tinham já sido efectuadas numa escala de 90 por cento. De facto, nos últimos três anos - para não falar nos dois anteriores de governo minoritário do PSD - o povo português, sempre com as promessas de melhor no ano seguinte, pôde aquilatar na própria carne a natureza das «reformas de estrutura» do Primeiro-Ministro.

Alguns índices são significativos: Desde o início da chefia de Cavaco como Primeiro-Ministro, particularmente desde 1987, ano em que o PSD obteve a maioria absoluta nas legislativas, a nossa dependência externa tem-se agravado em escala crescente. O défice da Balança Comercial sobe em flecha desde 85 e somente nos primeiros cinco meses do ano em curso agravou-se em 34,5 por cento atingindo o volume de 491 milhões de contos. A taxa de cobertura das nossas exportações sobre as importações baixou de 67,5 para 66,1 por cento. As nossas importações da CEE passaram de 66,1 para 69,3 por cento do total.

Acentua-se o nosso défice alimentar, as maiores componentes das exportações constam de produtos de fraca incorporação de trabalho nacional, como a pasta de papel e os minérios que, principalmente explorados por empresas estrangeiras, vamos alienando irremediavelmente a favor dos países mais desenvolvidos - ou outros produtos de larga exploração de mão-de-obra barata - como os têxteis, o calçado e componentes electrónicos neste momento aliás sectores industriais ameaçados pela concorrência de países igualmente de mão-de-obra a baixo custo, como a Coreia do Sul, Singapura, Tailandia, Taiwan

e outros da área mediterrânica do Sul (Egipto, Tunísia, Marrocos, etc.).

Uma política económica - cujo desenvolvimento nas «reformas» do governo assenta no crescente benefício da componente «capital» com o sacrifício das remunerações do trabalho e da segurança social como modo de reduzir os custos unitários de produção - forçosamente aprofunda o abismo da distribuição do rendimento nacional - cada vez relativamente mais distante dos padrões da CEE - em prejuízo dos trabalhadores e a favor da entidade patronal, o que em menos de cinco anos fez cair de 51 para 42 por cento a parte do trabalho.

Subida de inflação com todos os seus efeitos sociais nas condições de vida da população; descida da taxa de produtividade; queda do salário real; agravamento da política de saúde, de habitação, de ensino, de crescente alienação para o capital estrangeiro dos nossos sectores económicos mais rentáveis.

Não chegaria para as enunciar o espaço de que dispomos, as distorções sociais e económicas das «reformas» cavaquistas.

A insistência do PCP na necessidade de uma alternativa democrática ao Governo e à política do Governo cavaquista, reafirmada no nosso XIII Congresso tem um incontestável fundamento.

A criação de condições políticas para uma tal alternativa tem o PCP mobilizado o melhor da sua actividade no plano institucional e político, no movimento popular de massas, na área do Poder Local.

O balanço do trabalho do Grupo Parlamentar do PCP na última sessão legislativa é concludente.

No total de 152 projectos de lei apresentados na Assembleia da República, 51 (34 por cento) foram do PCP. Áreas como as do Trabalho e Segurança Social, dos Deficientes, do Poder Local, da Comunicação Social, da Agricultura, da Educação, dos Direitos, Liberdades e Garantias, de Economia e Finanças, da Saúde, dos Transportes, da Juventude, da Habitação, do Ambiente, da criação de novas freguesias, cidades e vilas e vários outros ilustram a actividade dos deputados comunistas na AR.

No Parlamento Europeu a iniciativa e o dinamismo dos deputados portugueses assumiu notoriedade com a elaboração de relatórios sobre as indústrias têxteis e de calçado, das pescas, da agricultura, da coesão social.

Os três deputados do PCP no Parlamento Europeu foram strenuos e qualificados defensores dos interesses económicos e sociais do nosso país.

No movimento popular de massas os comunistas afirmam-se como força insubstituível na defesa das reivindicações dos trabalhadores.

Nas autarquias locais os eleitos comunistas quer como dirigentes autárquicos, quer como vereadores dão exemplos de trabalho, competência e honradez inigualáveis.

É com uma válida credencial de luta em defesa dos interesses do povo, da democracia e do País que os comunistas portugueses se batem pela formalização e viabilização de uma alternativa democrática.

As propostas e as iniciativas concretas de diálogo, de consenso, de convergência com as outras forças democráticas mostram que o PCP é um indefectível lutador pelo entendimento e a unidade de todos os portugueses e democratas com vistas a uma alternativa de governo e de política ao cavaquismo governante nas próximas legislativas.

Com o mesmo objectivo o PCP encara as eleições presidenciais do próximo ano em que se propõe intervir com a força da sua representatividade nacional.

O tempo pressiona, a hora das decisões capitais aproxima-se. Que as forças democráticas no seu conjunto e diversidade saibam encontrar o caminho para a necessária mudança de gestão e de direcção política do País que a situação actual põe no ordem do dia.

Resumo

11
Quarta-feira

Jorge Sampaio anuncia que a Câmara Municipal de Lisboa vai contrair um empréstimo de 6,4 milhões de contos ao Banco Europeu de Investimento para a construção do eixo viário Norte-Sul orçado em mais de 16 milhões de contos ■ A Associação Portuguesa e a Agência para o desenvolvimento Internacional assinam em Lisboa um protocolo de cooperação que cria na capital portuguesa o Gabinete de Promoção do Investimento ■ Costa Lobo é nomeado para o Cargo de provedor do Ambiente e Qualidade de Vida Urbana da Câmara Municipal de Lisboa ■ Termina em Addis Abeba a cimeira da Organização de Unidade Africana ■ O chefe do Departamento de relações Exteriores da RENAMO declara em Roma, após o encontro com a delegação do governo de Maputo, que ainda é prematuro falar de um cessar-fogo.

12
Quinta-feira

A Alta Autoridade contra a Corrupção, tenente-coronel Costa Bráz, manifesta-se contra a institucionalização de um Alto Comissário Contra a Corrupção em Macau ■ O Conselho de Ministros aprova a Lei Orgânica da Polícia Judiciária ■ São atualizadas as tabelas salariais do pessoal das oficinas aeronáuticas através de um despacho normativo dos Ministérios da Defesa Nacional, da Finanças e do Emprego e Segurança Social ■ A comissão europeia anuncia, em Bruxelas, que autorizou o Governo português a apoiar financeiramente um projecto de instalação de uma fábrica de tratores na região de Setúbal ■ Boris Ieltsin, presidente da Federação Russa, abandona o Partido Comunista Soviético ■ O ministro do Ambiente e dos Recursos naturais, Fernando Leal, inicia uma visita oficial de dois dias à Madeira onde presidirá a um encontro internacional sobre poluição marítima ■ É inaugurada a quarta reunião da comissão mista da Comunidade Europeia ■ São Tomé e Príncipe comemora o 15.º aniversário da independência ■ O governo nicaraguense e os dirigentes sindicais chegam a um acordo para pôr fim à greve geral que durante dez dias paralisou o país ■ Um cidadão sueco é executado em Bagdad sob acusação de espionar a favor de Israel ■ Vladimir Ivashov é eleito pelo congresso para o cargo de secretário-geral adjunto do PCUS.

13
Sexta-feira

O Governo encerra o processo negociado em curso com a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública ■ A AR aprova a elevação de Loures, Odivelas, Alverca do Ribatejo, Ermesinde, Valongo, Felgueiras e Ilhavo a cidade ■ O parlamento polaco aprova a lei das privatizações que

marca uma etapa fundamental na passagem para a economia de mercado.

14
Sábado

Álvoro Cunhal garante em Braga que o PCP está disposto a fazer meio caminho ou talvez ainda mais para alcançar uma convergência com o PS, advertindo no entanto que os comunistas recusam o papel de muletas socialistas ■ Freitas do Amaral tece duras críticas ao Executivo liderado por Cavaco Silva, enumerando o que considerou como os dez pecados capitais ■ Reúnem-se no Ministério das Finanças as cinco confederações participantes na concertação social para discutir legislação vária sobre o sector laboral ■ O secretário-geral da Confederação dos Agricultores Portugueses, José Casqueiro, afirma que se o Governo quer agitação social vai tê-la ■ Mais de três dezenas de soldados cubanos do contingente militar estacionado em Angola regressaram ao seu país, segundo é anunciado em Luanda ■ O presidente do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, afirma ter chegado o tempo da reconciliação e renova o seu apelo ao líder do ANC, Nelson Mandela, para conversar sobre a violência na província do Natal ■ A direcção do partido Janata Dal, no poder na Índia, rejeita o pedido de demissão apresentado pelo primeiro-ministro Vishwanath Pratap Singh ■ O chefe do governo de Cabo Verde anuncia o novo elenco governamental ■ A França celebra mais um aniversário da Tomada da Bastilha ■ O ministro britânico do Comércio e da Indústria, Nicholas Ridley, entrega o seu pedido de demissão.

15
Domingo

O governador do Banco de Portugal revela que a evolução da taxa de câmbio do escudo vai passar a ser bastante mais incerta ■ O secretário-geral do PS, Jorge Sampaio, afirma em Monção que o País reclama uma política agrícola mais participada por todos ■ A Federação dos Sindicatos Têxteis defende num colóquio-debate a reestruturação das empresas de lanifícios de Mira de Aire como uma medida urgente ■ O presidente soviético Mikhail Gorbachov e o chanceler alemão federal Helmut Kohl iniciam conversações em Moscovo ■ A criação de estações privadas de rádio e televisão é autorizada na União Soviética por um decreto presidencial ■ O governo do Quebec e o representante dos índios mohawks não chegam a acordo depois de quatro horas de conversações, para a redacção de um pacto de princípios para resolver o conflito que envolveu centenas de polícias e índios armados nos arredores de Montreal ■ Os presidentes do Egipto e da Síria, Honsni Mubarak e Hafez Assad, reúnem-se pelo segundo dia consecutivo a fim de analisar uma série de projectos comuns e a situação do Médio Oriente.

16
Segunda-feira

A CGTP-IN considera ferida de inconstitucionalidade material a Lei de Bases da Saúde aprovada pelo Parlamento no passado dia 12 ■ Portugal propõe um contrato de solidariedade à escala mundial entre os países ricos e os Estados pobres ■ O Presidente do Governo Regional da Madeira critica a actuação de Mário Soares na chefia do Estado e aconselhou os madeirenses a não saírem de casa para votar nas presidenciais, caso o PSD não apresente um candidato próprio ■

Helmut Kohl e Mikhail Gorbachov falam em conferência de imprensa da plena soberania da Alemanha depois de reunificada ■ As Nações Unidas dão o primeiro sinal de aprovação à África do Sul pelas medidas já tomadas no intuito de desmantelar o sistema de apartheid ■ A Liga Árabe reunida em Tunes dezenas de soldados cubanos da Palestina na sua rejeição das condições colocadas pelos EUA para retomarem o diálogo ■ Um grupo de cubanos refugiados na Embaixada checoslovaca em Havana sequestra os diplomatas e outros refugiados, ameaçando fazer explodir o edifício se não fosse posto à sua disposição um avião para os levar aos EUA ■

17
Terça-feira

O último balanço de um sismo ocorrido ontem nas Filipinas aponta para 240 mortos e seiscentos feridos, enquanto se fazem sentir réplicas do terramoto, por vezes violentas, ao longo de todo o dia ■ O Secretário de Estado Durão Barroso parte de Lisboa com destino a Rabat para se encontrar com o líder da UNITA, Jonas Savimbi ■ O Grupo Parlamentar do PCP faz um balanço positivo do ano de trabalho na AR que agora findou, revelando que pela terceira vez consecutiva foi o partido que no Parlamento maior número de iniciativas tomou ■ O PSD dos Açores critica o Governo por ter «travado» o processo de Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região ■ O PRD anuncia que vai contactar os outros partidos no sentido de criar uma comissão para acompanhar a situação em Macau ■ As investigações da Procuradoria-Geral da República sobre o chamado «caso do fax de Macau» aproximam-se do fim, faltando apenas a chegada de um documento proveniente da RFA para serem divulgados os resultados ■ Devido a impasse negociado a Federação Nacional dos Sindicatos dos Enfermeiros decide convocar uma greve para dias 30 e 31 ■ Na reunião da conferência interministerial sobre a futura Alemanha unificada chega-se a acordo quanto à manutenção da actual fronteira comum germano-polaca ■ O Parlamento da Bulgária começa as suas sessões de trabalho no sentido de elaborar uma nova Constituição para o país.

Avante!

PROPRIETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEx Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEx
Tel. 76 83 45

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL - AVANTE!, SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00
CRC matriculada: 47059
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
CDL Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais:
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 25 75/76 11 31/73 48 17

Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:
CDL Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais:
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 25 75/76 11 31/73 48 17

Publicidade CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93

Porto - Rua do Almada, 18-2.º
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Enva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

Composto e impresso na Heskla
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

«Festa da Alegria» — Braga . 14 e 15 de Julho

Intervenção
de ALVARO CUNHAL

Venha a próxima!

O prometido foi cumprido.
A Festa foi mesmo de Alegria...

O comício na noite do último sábado com a intervenção do secretário-geral do PCP, camarada **Álvaro Cunhal**, foi o ponto alto da Festa da Alegria, edição de 1990. Temas de viva actualidade foram abordados nesse discurso, para o qual desde já chamamos a atenção dos nossos leitores. Durante dois dias a cidade de Braga conheceu o ambiente das grandes romarias do Norte do País. Espaço de alegria, de espectáculos ao vivo, de manifestações de arte, cultura e tradição, também de convívio, de debate e de reflexão política, ainda espaço de encontro e de fraternidade, a Festa da Alegria deste ano voltou a afirmar-se como um importante acontecimento político-cultural da região nortenha.

Pese embora alguns atrasos, o programa bem diversificado da Festa da Alegria teve motivos de interesse para todos os gostos e feitios. Os visitantes, em número crescente desde sábado de manhã, começaram por aplaudir os Zés-Pereiras de Barcelinhos. Depois, bem, depois a festa arrancou mesmo e prolongou-se pela noite de domingo... Com o calor a subir nos termómetros e na animação, o passado fim-de-semana no Parque Municipal de Exposições de Braga constituiu, sem dúvida, uma bela jornada de vivência democrática em que os comunistas do Minho evidenciaram, uma vez mais, notável esforço, capacidade de trabalho e espírito criativo, apoiados, naturalmente, por outras organizações do Norte. Os milhares de visitantes, lia-se nos rostos, estavam contentes com a sua festa. *Stands* e pavilhões foram passados a pente fino...

Construída com dedicação e carinho, a Festa da Alegria proporcionou extraordinários momentos, vividos, por exemplo, nos concertos *rock*, nas actuações de artistas bem conhecidos do público, no espaço da juventude com o café-concerto, na presença da Festa do «Avante!» e da campanha dos 150 mil, na «manhã infantil», na evocação a José Carlos Ary dos Santos, no debate sobre a vida e obra de Camilo de Castelo Branco, nas actuações dos ranchos de Braga que apresentaram com brio os seus cantares e as suas danças, nos *stands* das organizações do PCP (incluindo o Sul), nos bailes, nos debates políticos em que participaram dirigentes, deputados e outros membros do Partido (CEE, desenvolvimento regional, XIII Congresso Ext. do PCP), etc.

Mas não nos vamos esquecer do rico artesanato português que animou a Festa, dos bons petiscos, do fado amador, das exposições e das feiras do livro e de velharias.

A Festa da Alegria segue em frente.
Para o ano há mais!



«É imperioso e urgente pôr fim a um Governo que não resolve os graves problemas nacionais e adopta métodos ditatoriais de governação»

Camaradas:

Haverá talvez alguém com dificuldade em compreender que numa situação em que avultam tantas dificuldades e problemas, o nosso Partido realize uma Festa que se intitula **Festa da Alegria**.

A designação é porém inteiramente justa. Porque, se é Festa, para ser Festa tem de ser alegria. Porque o povo tem e necessita sempre de ter os seus momentos de alegria. E porque o promotor desta Festa, o **nosso Partido**, tem também **conscientes motivos de alegria na luta que presentemente trava**.

Alegria de um partido que apesar das violentas campanhas que contra ele desenvolvem as forças da reacção e apesar dos vendavais que envolvem o mundo, se mantém firme, coerente, de pés bem firmes na terra, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, na defesa dos seus interesses, vontade e aspirações.

Alegria de um partido que tem objectivos justos e tem confiança em si próprio porque tem confiança nos trabalhadores e no povo português.

Alegria de um partido que tem consciência de que **depende em larga medida da sua acção, da sua luta, que seja alcançado um objectivo central na actual situação política**: a substituição do Governo PSD de Cavaco Silva e a formação de um governo democrático com uma política democrática.

Um objectivo imperioso e urgente

Alcançar este objectivo é tanto mais imperioso e urgente quanto é certo que o Governo, admitindo ter já pouco tempo à sua frente, acelera as ofensivas e medidas antidemocráticas em todos os aspectos da sua actividade.

É imperioso e urgente pôr termo a essa operação mafiosa, plena de ilegalidades, irregularidades e processos fraudulentos, que é a entrega do Sector Empresarial do Estado aos grandes capitalistas e às multinacionais, de que resulta que sectores-chave da economia portuguesa essenciais para um desenvolvimento conforme com os interesses do País, estão passando para as mãos de capitais e interesses estrangeiros.

É imperioso e urgente pôr termo à restauração dos gigantescos latifúndios entregues aos latifundiários, lançando centenas de milhar de hectares de terras ao abandono e liquidando dezenas de milhar de postos de trabalho.

É imperioso pôr termo ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores portugueses e à degradação da situação social, com a generalização da precariedade, os despedimentos, o encerramento de empresas, a diminuição dos salários reais por motivo da inflação crescente, a repressão patronal e a liquidação em numerosas empresas de direitos sindicais dos trabalhadores, a miséria dos reformados, pensionistas e deficientes, a crise da habitação, a saúde só para os ricos, o ensino para as elites, as discriminações para as mulheres e o desprezo pelos problemas cruciais da juventude.

É imperioso e urgente pôr fim a uma política que condena a agricultura e os agricultores portugueses a um quase completo desprezo, dando origem na actualidade a problemas e incertezas tão graves como as relativas às quotas para a produção leiteira e sua distribuição, à liberalização das importações, à baixa dos preços na produção, ao atraso no pagamento das indemnizações por intempéries, pelos fogos e pelos lobos.

É imperioso e urgente pôr fim às medidas de adulteração e perversão da democracia política como são os casos dos projectos de lei do referendo e da nova lei eleitoral (chumbada por agora na Assembleia da República), e como é o caso da tentativa de asfixia financeira das autarquias pela transferência de obrigações e limitação de recursos, de que é exemplo a recente redução das receitas de sisa e da contribuição autárquica.

É imperioso e urgente pôr fim a uma política em relação à CEE que facilita que milhões e milhões de contos dos fundos da CEE, em vez de aplicados no real desenvolvimento do País, desapareçam nos bolsos de grandes capitalistas e especuladores, e que o Governo, ao mesmo tempo que proclama a

PCP

Intervenção
de ALVARO CUNHAL

Fumaças

Aumentou o tabaco em 15%, coisa para 20 a 30 paus por maço, mais fumaça menos fumaça.

Muito bem! — exultarão, de olhos em brasa, os antitabagistas místicos de linha aiatola, largando majestosamente o morrão da sua cólera na desejada bancarrota dos viciados.

Cá por mim aplicava-lhes um aumento de 200! — repetirão os antitabagistas laicos onde militam diversos ex-fumadores, alguns secretários de Estado apostados na moda ambiental e todos os leitores da patologia tabacal em papel couché, onde o alcatrão nos pulmões é mais negro que o das estradas portuguesas — já de si sinistras, como se sabe.

Depois temos o resto da população — maioritária e não fundamentalista, como é nosso uso — a torcer o nariz à novidade.

Os fumadores lamentando que lhes vão mais uma vez à bolsa enquanto, resignados, puxam dum cigarro que tem sempre o mesmo preço — o do vício de fumar. Os não fumadores encolhendo os ombros perante a inutilidade dissuasora da medida, num saber de experiência feito e as mesmas fumaças passivamente fumadas — encarecidas ou não.

Entretanto toda a gente — pense ou não nisso — sabe de igual ciência certa que os lucros da operação vão para um eterno destinatário — os cofres do Estado. Ora «l, État c,est moi», como dizia o Rei-Sol e pratica o Governo de Cavaco Silva, pelo que o Executivo sentiu a necessidade, nestes tempos de democracia republicana, de articular algumas explicações a favor da medida, não fossem pensar que a administração do País quer só encher os cofres à custa do vício dos cidadãos.

A primeira explicação foi, como sempre, de grande recorte moral. O aumento do preço do tabaco visaria, fundamentalmente, a defesa da saúde pública, preocupação que se espera de qualquer Governo. Como este não é um Governo qualquer o objectivo anunciado ganha redobrada importância, dado o estado a que a saúde pública chegou após o consulado de Leonor Beleza e com a legislação já aprontada pelo novo titular do cargo. O Governo está-se nas tintas para os hospitais, a assistência médica e a segurança social mas, em compensação, inscreve o catarro no quadro das suas preocupações.

A segunda explicação expande-se numa área muito querida deste Executivo — a do cálculo estatístico. Vai daí, desencantou, não se sabe bem onde, que o Estado português é dos que cobra menos impostos directos sobre o tabaco, entre os parceiros da Comunidade (parece que não chega a ficar com 80% das receitas, como acontece por exemplo em França, quedando-se nuns modestos 78 ou 79%). Portanto havia que actualizar as coisas, para não perdermos o comboio da modernidade.

Só é pena que a mania da estatística comparada não lhe dê para modernizar também os salários, as pensões, as reformas, o nível de vida, os subsídios de desemprego, etc., que apresentam valores muito mais díspares dos encontrados no «Estado português». Mas a explicação mais extraordinária veio a seguir. O tabaco teve de aumentar por causa da inflação. Há que acompanhá-la, à inflação, por isso se querem cigarros do mesmo tamanho têm de pagar um preço maior.

Isto faz-nos lembrar a história dos combustíveis, quando há alguns anos o petróleo baixou espectacularmente de preço e assim se manteve até hoje, o que levou a generalidade dos países da Comunidade a reduzir os preços de mercado praticados e a reduzir, assim, a inflação. O Governo de Cavaco Silva continuou, imperturbável, não só a praticar os preços mais caros como a aumentá-los regularmente, tudo em nome do combate à inflação que, de resto, continuou firme que nem uma rocha na sua carreira ascendente.

Isto, sobretudo, faz-nos lembrar o mundo de histórias que tem sido a actuação deste Governo, com os seus deputados a aumentarem-se a si próprios na ordem dos 50% enquanto se impunha à Função Pública uma grelha salarial abaixo da taxa de inflação, para só dar um exemplo, sempre argumentando com o «interesse nacional» e na base de uma hipocrisia sem limites. Se querem aumentar o tabaco (como o fizeram ao pão, embora aí tivessem ficado caladinhos), que o aumentem. Agora «não nos dêem para tabaco» com histórias da carochinha. E se andam tão preocupados com os fumos, dediquem-se por exemplo aos da corrupção. Só em alguns ministérios é uma fumarada de ir às lágrimas...

■ H. C.

defesa da independência e da soberania nacionais face aos perigos da supranacionalidade, sacrifica diariamente os interesses da indústria (da têxtil, do calçado e doutros ramos), da agricultura, do desenvolvimento nacional, aos interesses das multinacionais e dos países mais desenvolvidos.

É imperioso e urgente pôr termo a um Governo para o qual enganar o povo se torna uma norma de conduta, para o qual o chamado «estado de direito» é uma frase através da qual procura encobrir constantes decisões arbitrarias, abusos do poder, infracções à Constituição e às leis do País, para o qual sucessivos casos de corrupção atingem as mais altas esferas do Governo e do PSD com o abafar sistemático dos escândalos e até a promoção de prevaricadores às mais altas responsabilidades partidárias decidida pelo próprio chefe do Governo e do partido.

Em resumo: É imperioso e urgente pôr fim a um Governo que, assente numa maioria parlamentar meramente conjuntural, não resolve os graves problemas nacionais e adopta métodos ditatoriais de governação.

Creio, camaradas, que não é uma frase de propaganda, mas a expressão de profundas aspirações e de real vontade, dizer que os trabalhadores e o povo português em geral querem liberdade e democracia e não um Governo que limita e atropela as liberdades e perverte a democracia. Querem o melhoramento das condições de vida e não o amontoar rápido de grandes fortunas à custa das dificuldades do povo. Querem o aproveitamento dos recursos e potencialidades nacionais para o bem de Portugal e do povo português e não para servir interesses estrangeiros e a clientela política do partido do Governo. Querem a defesa e garantia da independência e soberania nacionais e não a submissão a interesses estrangeiros.

E se aqui dizemos que é isto que querem os trabalhadores e o povo em geral, não é apenas a expressão de um desejo do nosso Partido, mas a observação da realidade da vida nacional.

Por muito que os grandes meios de comunicação social controlados pelo Governo o silenciem, como procuram silenciar o nosso Partido, os trabalhadores e vastos sectores sociais não aceitam passivamente as medidas e consequências da política do Governo, mas com coragem e determinação mostram cada dia que a luta continua.

Sempre com os trabalhadores na luta necessária

É não só necessário, mas indispensável, responder a uma pergunta simples e directa: Quem está sempre ao lado dos trabalhadores, sempre ao lado do povo nas suas lutas?

Creio, camaradas, que cada vez se generaliza mais a consciência de que, **no quadro político nacional, o partido que está sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, sempre apoiando as suas reivindicações, é o Partido Comunista Português.**

Queremos aqui em Braga saudar as recentes e corajosas lutas dos trabalhadores do distrito designadamente os trabalhadores da Grundig, da EDP, da Sarotos, da administração central, das autarquias locais e também os milhares de trabalhadores matelúrgicos, têxteis, do calçado, da construção civil, da cerâmica, das indústrias eléctricas, gráficas e outros, pela sua participação na magnífica jornada nacional de luta pela redução do horário de trabalho.

Camaradas e amigos:

Antes da realização do recente XIII Congresso (Extraordinário) do nosso Partido, desenvolveu-se uma campanha de fora e também dentro do nosso Partido, cujo objectivo central era que o PCP abandonasse as suas características fundamentais de partido comunista que é e quer ser. Entre outras coisas, que abandonasse a sua natureza de classe e deixasse de se afirmar e de ser o partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

O nosso XIII Congresso (Extraordinário) respondeu com clareza e firmeza a essa questão. Na sociedade actual não há governo nem há partido que não tenha uma política de classe. E se a do Governo PSD é a política dos grandes capitalistas contra os trabalhadores, poderão por ventura os trabalhadores dispensar ter um partido seu, que, com independência, coerência e firmeza, defenda os seus interesses de classe? Que cada qual pense um pouco: qual seria a situação dos trabalhadores portugueses se não existisse este partido, o PCP, inteiramente devotado à defesa dos seus interesses? Alguém duvida de que seria extraordinariamente pior?

É certo que o nosso Partido não defende apenas os interesses da classe operária, dos trabalhadores.

Os pequenos e médios agricultores bem sabem que nenhum outro partido tem estado e está sempre ao seu lado na defesa dos seus interesses, na luta pela solução dos seus problemas, o mesmo os intelectuais e quadros técnicos.

O mesmo a juventude, que além da combativa JCP que daqui saudamos e felicitamos pela sua luta, tem no PCP um firme apoio e um estímulo aos seus combates e iniciativas.

O mesmo as mulheres cujos problemas são tão graves e cuja capacidade de intervenção e coragem não é menor que a dos homens.

O mesmo os reformados e pensionistas grande força social cuja voz tem de ser ouvida.

O mesmo os deficientes, cuja completa inserção na sociedade exige não apenas respeito pelos seus iguais direitos de cidadãos como medidas concretas que a sua situação exige.

O mesmo sabem os pequenos e médios empresários, que em nenhum outro partido mais do que no PCP encontram compreensão e apoio.

A luta social e política de massas é uma linha fundamental da nossa acção.



Fundamental também a nossa opção na Assembleia da República, nas autarquias e no Parlamento Europeu.

Quem na Assembleia da República melhor que os deputados do PCP se opõe com vigor aos planos e medidas antipopulares e antidemocráticos do Governo e faz propostas de lei visando a solução de muitos dos mais graves problemas do povo e do País?

Quem nas autarquias melhor que os eleitos do PCP realiza com as populações um trabalho dedicado para a solução dos problemas das populações?

Quem no Parlamento Europeu melhor que os deputados do PCP, defende os interesses portugueses (da nossa agricultura, da nossa indústria, do nosso desenvolvimento, dos nossos trabalhadores), como é o caso dos relatórios sobre o acordo multí-fibras e sobre a indústria do calçado cujo relator é o camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do nosso Partido?

Não é propaganda. É uma realidade inegável que no desempenho dos seus cargos, **os eleitos comunistas são infatigáveis porta-vozes das aspirações populares, são os melhores defensores dos interesses do povo e do País.**

Por tudo isso, há uma contradição entre a atitude daqueles que reconhecem que dia a dia é o Governo o principal responsável dos seus problemas e que o PCP é o melhor defensor dos seus interesses, o melhor porta-voz do seu descontentamento e das suas reclamações, e que entretanto, quando chegam as eleições, em vez de votarem no PCP, votam no PSD e noutros partidos.

É determinante que esta contradição seja superada e que o **reconhecimento por amplos sectores sociais de que o PCP é o seu melhor defensor se expresse também através do voto, quando chegam as eleições.**

Isto é particularmente importante porque já vamos em mais de metade de 1990 e porque 1991 será um ano de eleições **com particular relevo para as eleições para a Assembleia da República de cujos resultados dependerá a formação do futuro governo e a política do País nos anos próximos.**

As eleições presidenciais: um candidato do PCP

As eleições de 1991 terão sem qualquer dúvida uma influência determinante na evolução da situação nacional nos anos próximos. Não somos só nós, os comunistas, que assim as avaliamos. Essa avaliação é geral. De tal forma, que se pode dizer que a campanha pré-eleitoral já começou.

As eleições de 1991, apresentam entretanto importantes particularidades em relação a eleições anteriores.

A principal particularidade que apresentam as eleições para a Presidência da República consiste no facto de que, ao contrário de eleições anteriores, **os partidos da direita (o PSD e o CDS) não aparecem com hipóteses de apresentar um candidato em condições de ser eleito.**

Em 1980 foi a candidatura revanchista de Soares Carneiro. Em 1986 foi a candidatura revanchista de Freitas do Amaral. Num caso e noutro, avançaram como objectivo da reacção, um Presidente, uma maioria na Assembleia da República e um Governo. Tinham tanta possibilidade de o conseguir, e estiveram tanto à beira de consegui-lo que foi graças à intervenção responsável do PCP que foi assegurada a derrota dessas candidaturas e desses planos e salva a democracia em momentos de perigo.

Se os partidos da direita não estão em condições de apresentar um candidato com plano semelhante ao de eleições anteriores, se Cavaco Silva declarou apoiar a candidatura de Mário Soares, se Lucas Pires fala em 20% como o máximo da sua ambição que indica isso?

Tudo isso indica que **a direita está mais fraca e pode ser derrotada em 1991.**

É por isso que todas as forças políticas encaram fundamentalmente as eleições para a Presidência da República de 1991 como trampolim para as eleições para a Assembleia da República e consideram que serão estas últimas as eleições que em 1991 determinarão a evolução ulterior da situação política portuguesa.

Para o PSD — foi Cavaco Silva que o disse — as verdadeiras eleições de 91 «não são as Presidenciais, mas as legislativas».

Para o CDS, a candidatura de Lucas Pires, na ausência de candidato do PSD, será o caminho para a recuperação pelo CDS de parte do eleitorado que lhe fugiu para o PSD nas legislativas de 1987.

Para o PS — alguns dirigentes já o dizem — a vitória do socialista Mário Soares nas presidenciais será o empurrar para a vitória do PS nas legislativas.

PCP



Pois bem. Também o nosso Partido, sem diminuir a importância das eleições presidenciais, considera que a política portuguesa nos anos próximos poderá ser decidida nas eleições legislativas, e que por isso, a campanha para as presidenciais, e as próprias eleições presidenciais, têm de ser consideradas inseparáveis das perspectivas das eleições para a Assembleia da República.

Essa a razão por que o Comité Central, na sua reunião do dia 6 do mês corrente, decidiu que o nosso Partido apresentará um candidato próprio às eleições presidenciais, tendo como tarefa essencial o esclarecimento do eleitorado acerca, não apenas das eleições presidenciais, mas acerca da situação e de toda a problemática nacional e nomeadamente na perspectiva das eleições para a Assembleia da República.

Já nos têm perguntado: um candidato do Partido ou da área do Partido? A nossa posição está definida. Com todo o respeito pelos outros democratas que travam connosco grandes batalhas políticas, neste caso trata-se da necessidade de fazer ouvir a voz do PCP e por isso o nosso candidato (a ser designado e anunciado na altura própria) será um representante do nosso Partido e certamente um dos seus mais destacados dirigentes.

Alguns membros do nosso Partido que manifestaram discordâncias com as orientações que vieram a ser traçadas pelo XIII Congresso (Extraordinário) afirmam que no Congresso lhes foi aconselhado saírem do Partido. O que foi dito na sessão de encerramento do Congresso (e relativamente a membros do Partido que andavam lá por fora a fazer campanha contra o Congresso e contra o Partido) foi que o Congresso marcava para eles «um momento de opção». Não para saírem do Partido por discordarem da orientação aprovada. Mas para cessarem as suas campanhas públicas contra a orientação do Partido. E ao mesmo tempo foi feito «um apelo a todos os membros do Partido, quaisquer que sejam as suas opiniões, para nos unirmos todos na aplicação e concretização das decisões do Congresso». Alegria-nos que alguns assim o tenham compreendido. Mas regista-se que alguns (embora raros) parece quererem renovar as campanhas públicas contra o Partido. Um fê-lo recentemente acerca das eleições presidenciais. Tal procedimento mostra que foi mal compreendido o significado do nosso XIII Congresso. Trata-se de um rumo errado de quem o escolhe que de certeza não conduzirá a bom porto.

As eleições legislativas: grande oportunidade

As eleições para a Assembleia da República de 1991 constituem uma grande e real oportunidade para a derrota da direita, a formação de um governo democrático e uma viragem democrática na política nacional.

Mas é necessário insistir desde já em que tal oportunidade só será aproveitada e concretizada se forem simultaneamente atingidos três objectivos: o primeiro objectivo naturalmente é reduzir novamente o PSD e o CDS a uma minoria na Assembleia da República, o que corresponde a dizer: alcançar uma maioria de deputados dos partidos democráticos em conjunto.

Este objectivo apresenta-se não só como possível, mas como provável e previsível. É porém necessário que todos tenham a consciência de que este objectivo não bastará só por si para garantir a formação de um governo democrático. E não bastará porque nenhum partido democrático sozinho está em condições de alcançar a maioria absoluta.

E sendo assim (e esse é o segundo objectivo) só a convergência e o entendimento dos partidos democráticos e nomeadamente do PS e PCP — os dois maiores partidos democráticos — pode transformar a maioria numérica de deputados numa maioria política que dê na Assembleia da República o apoio indispensável à formação de um governo democrático.

São irrealistas por parte do PS as pretensões de sozinho constituir a alternativa democrática, a atitude de recusar o entendimento com o PCP, os planos de bipolarizar o regime político e de hegemonizar a esquerda «esvaziando eleitoralmente o PCP» como dizem alguns dos seus dirigentes. Este não é certamente o caminho para assegurar a formação de um governo democrático de alternativa ao Governo de direita.

Não é também certamente propícia a uma futura alternativa democrática a atitude de destacados militantes do PS que difundem violentos ataques ao nosso Partido.

Muitos dos participantes neste comício conhecem certamen-

te um comunicado da Federação Distrital de Braga do PS saudando em termos inqualificáveis a saída do PCP de alguns membros do Partido. Pensai vós próprios. Qual será o melhor caminho para derrotar a direita e alcançar um governo democrático? As tensões, os conflitos na área democrática, a luta entre o PS e o PCP, ou a luta contra a direita e a aproximação e entendimento entre os dois partidos?

E já agora, uma vez que esses senhores deitam tantos foguetes pela saída do PCP de alguns raros membros do nosso Partido, nós aqui também deitamos foguetes. E deitamos alegremente foguetes pelos muitos novos militantes que desde o nosso XIII Congresso (Extraordinário) se têm inscrito no nosso Partido. Daqui saudamos calorosamente estes novos irmãos de combate.

Apesar das incompreensões e atitudes negativas vindas de alguns sectores democráticos, o PCP continua a luta pela convergência. E continuamos essa luta porque da convergência ou da divisão dos democratas depende aproveitar ou perder a grande oportunidade para a formação de um governo democrático no seguimento das eleições de 1991.

Não se trata apenas de uma opinião. Trata-se da definição com rigor da actual realidade nacional e das perspectivas da sua evolução.

E sendo assim, dadas as vacilações e posições do PS, torna-se indispensável para assegurar a formação de um governo democrático de alternativa à direita um terceiro objectivo, uma terceira condição: a forte e se possível reforçada representação do PCP e dos democratas seus aliados mais próximos na Assembleia da República.

No quadro actual nenhuma ideia pode ser mais errada no eleitorado democrático, designadamente no eleitorado do PCP e seus aliados mais próximos, do que o chamado voto útil no PS.

No quadro actual, se se fala em voto útil nas eleições de 1991 para a Assembleia da República, o verdadeiro voto útil, voto certo, voto indispensável para que a maioria numérica que os partidos democráticos venham a alcançar, se transforme em maioria política apoiando ou viabilizando um governo democrático, será o voto no PCP.

Trabalhadores, agricultores, pequenos e médios empresários, outros daqueles sectores sociais que habitualmente votam noutros partidos, reconhecem que, na luta social e política quotidiana, o PCP é o melhor defensor dos seus interesses e direitos.

Temos de desenvolver uma acção de forma a esclarecê-los e convencê-los de que têm também de defender os seus interesses e direitos no plano eleitoral e que não têm melhor forma de o fazer do que votar no PCP.

Trabalhando para uma plataforma

Ninguém poderá contestar que os objectivos fundamentais do nosso Partido na situação actual poderão constituir uma proposta válida para o diálogo, a aproximação e a busca da convergência das forças democráticas.

O XIII Congresso (Extraordinário) definiu, como contributo do nosso Partido, seis grandes objectivos de uma plataforma para uma alternativa democrática.

1.º objectivo — Democracia política, assente na conjugação de uma genuína democracia representativa com o aprofundamento da democracia participativa, garantindo designadamente a democraticidade das eleições, a legalidade democrática, as liberdades e a igualdade e o exercício dos direitos constitucionais dos trabalhadores e de todos os cidadãos.

Poder-se-á contestar, camaradas, que este objectivo, sujeito à apreciação e às observações e propostas das outras forças democráticas e o aprofundamento resultante do diálogo constitui uma proposta válida para um entendimento e uma plataforma de acordo?

2.º objectivo — Estado descentralizado, assegurando a administração aberta, o reforço do Poder Local, a consolidação das autonomias regionais dos Açores e da Madeira e a criação das regiões administrativas.

Poder-se-á contestar, camaradas, que este objectivo, sujeito à apreciação e às observações e propostas das outras forças democráticas, e ao aprofundamento resultante do diálogo constitui uma proposta válida para um entendimento e uma plataforma de acordo?

3.º objectivo — Política nacional face à integração na CEE, desgovernamentalizando o processo, assegurando a participação da Assembleia da República, das autarquias, das Re-

giões Autónomas e dos parceiros sociais, a luta pela garantia plena dos direitos dos trabalhadores e dos direitos sociais e pela aproximação dos níveis de desenvolvimento dos diferentes países e regiões.

Poder-se-á contestar, camaradas, que este objectivo, sujeito à apreciação e às observações e propostas das outras forças democráticas, e ao aprofundamento resultante do diálogo constitui uma proposta válida para um entendimento e uma plataforma de acordo?

4.º objectivo — Desenvolvimento económico autónomo no quadro das Comunidades, com base numa economia mista, mobilizando energias e recursos naturais, com a salvaguarda e recuperação dos equilíbrios ecológicos.

Poder-se-á contestar, camaradas, que este objectivo, sujeito à apreciação e às observações e propostas das outras forças democráticas, e ao aprofundamento resultante do diálogo constitui uma proposta válida para um entendimento e uma plataforma de acordo?

5.º objectivo — Política social para o bem-estar dos portugueses, assente no aumento de salários e vencimentos reais, das pensões e das reformas, no combate decidido à pobreza, no aperfeiçoamento da segurança social, na melhoria do acesso do nosso povo à habitação, à saúde, ao ensino, à promoção da cultura.

Poder-se-á contestar, camaradas, que este objectivo, sujeito à apreciação e às observações e propostas das outras forças democráticas, e ao aprofundamento resultante do diálogo constitui uma proposta válida para um entendimento e uma plataforma de acordo?

6.º objectivo — Política externa de independência, paz e cooperação, assegurando a defesa da identidade e soberania nacionais, a diversificação das relações externas e uma intervenção activa na cena internacional a favor do desarmamento, do desanuviamento e do entendimento e relações equitativas de cooperação entre todos os povos do mundo.

Poder-se-á contestar, camaradas, que este objectivo, sujeito à apreciação e às observações e propostas das outras forças democráticas, e ao aprofundamento resultante do diálogo constitui uma proposta válida para um entendimento e uma plataforma de acordo?

A nossa atitude é clara e inteiramente justificada e insere-se como um factor importante para uma viragem democrática na política nacional.

Só a completa ignorância do quadro político partidário nacional e do que é o nosso Partido pode sugerir que o PCP, grande partido nacional com a sua identidade própria e a sua intervenção própria na vida nacional, poderia converter-se num partido de apoio, numa muleta de qualquer outro partido, designadamente do PS.

A abertura à opinião diversa e o diálogo constituem a nossa prática diária. A convergência democrática é um objectivo constante da nossa acção. Pode haver convergência sem haver coligação.

Entretanto, convergência, pelo sentido da própria palavra, significa que forças políticas diversas se aproximam até se encontrarem com um objectivo determinado. Para tal encontro o PCP está pronto a fazer meio caminho, talvez mesmo mais. Mas é indispensável que as outras forças democráticas, nomeadamente o PS, se disponham também a atitude semelhante.

Prontos e preparados para a luta e para o futuro

Certos comentadores dizem por aí que, ante os vendavais políticos deste fim de século, se o nosso Partido insiste em ser um Partido Comunista, fá-lo, não com uma perspectiva de futuro, mas para morrer de pé. Devemos dizer, camaradas, parafraseando uma frase célebre que, para um partido cuja razão fundamental de existência é defender os direitos populares, «vale mais morrer de pé do que viver de joelhos». Essa não é porém uma atitude que nos imponha a situação actual. Se insistirmos em ser um partido comunista digno deste nome, não é para morrermos de pé, mas para de pé vivermos e lutarmos. Para bem assentes na terra firme, com as raízes bem profundas no povo trabalhador, continuarmos a luta contra as injustiças sociais, pelo melhoramento das condições de vida do povo,



PCP

Intervenção
de **ALVARO CUNHAL**

em defesa da liberdade, da democracia e da independência nacional — caminho trilhado pelo nosso Partido desde sempre, ao longo da sua heróica história e que continuará a trilhar sem desfalecimentos como verdadeiro partido comunista que é.

Nas vésperas do nosso XIII Congresso (Extraordinário) gostaria a reacção que o PCP capitulasse perante as dificuldades, desistisse da sua luta contra a exploração e a opressão capitalista, aceitasse a vitória definitiva das forças reaccionárias em Portugal e se tornasse uma força sem qualquer peso na sociedade portuguesa.

Só quem não conheça o PCP poderia esperar que tal sucedesse.

Sem dúvida que defrontamos problemas sérios. Não pode deixar de ter reflexos negativos a evolução registada numa série de países socialistas. O avanço da política de direita no nosso país diminui também a militância e a confiança no futuro em muitos camaradas. Defrontamos sérios problemas financeiros que têm conduzido a situações dramáticas, em sectores tão importantes da nossa actividade como é a imprensa e a propaganda. Mas fazemos um esforço real para superar todos estes obstáculos e dificuldades.

Realizámos o Congresso. E saímos do Congresso mais fortes, mais decididos, ainda mais prontos para a luta.

Porque a luta é necessária. Porque o povo necessita de um partido que faça realmente frente, com consciência e coragem, ao Governo da direita e defenda os interesses do povo e do País.

E por isso aqui estamos hoje nesta Festa que é Festa e que é luta. E luta necessária e cada vez mais necessária para que seja finalmente posto fim à política de direita, para que o Governo do PSD de Cavaco Silva seja substituído, para que seja formado um Governo com uma política verdadeiramente democrática.

Quando insistimos na necessidade do reforço do nosso Partido, quando apelamos à inscrição no nosso Partido, quando trabalhamos afinadamente para melhorar o trabalho de direcção, a organização e a propaganda, quando colocamos como tarefa imediata e decisiva aprofundarmos mais e mais a nossa ligação com a classe operária, com todos os trabalhadores, com os agricultores, com os intelectuais, com todos os sectores sociais não monopolistas, com as mulheres portuguesas, com a juventude como grande força social que é, não o fazemos apenas no interesse do nosso Partido.

Recebemos numerosos testemunhos de que o reforço do PCP é compreendido por milhares de portuguesas e portugueses que não são comunistas, como necessário aos trabalhadores, ao povo, ao regime democrático e à independência nacional.

Queremos aqui saudar a organização e os militantes do distrito de Braga pelo grande trabalho desenvolvido para o reforço do Partido. Queremos felicitar a organização e os militantes do distrito por terem alcançado 60% da meta que lhe foi atribuída na campanha dos 150 000 contos para o pagamento dos terrenos da Atalaia onde este ano se vai realizar a Festa do «Avante!». Queremos aqui saudar a organização e todos os militantes do distrito pela sua luta presente e a sua confiança no futuro.

Aqui queremos também, uma vez mais, confirmar que o PCP na sua intervenção na vida nacional será coerente e firme com os valores políticos e morais que inspiraram a sua luta ao longo dos quase 70 anos da sua existência: como partido dos trabalhadores contra os seus exploradores; da confiança na vida e no futuro contra o pessimismo e o desalento; da valorização do ser humano contra a sua degradação; da liberdade contra a opressão; da verdade contra a mentira; da convicção contra o oportunismo; da justiça social contra as injustas desigualdades; da solidariedade contra o egoísmo; da igualdade de direitos contra as abusivas discriminações; dos verdadeiros direitos humanos contra a sua mistificação demagógica; da frontalidade contra a falsidade e a intriga; da honestidade contra a corrupção; dos direitos da mulher contra a sua humilhação social; da afirmação da juventude como grande força social contra a sua instrumentalização; da política que serve o povo contra o servir-se da política; do patriotismo e da solidariedade internacionalista contra um nacionalismo de fachada e o abandono da amizade e solidariedade para com os povos em luta.

Partido Comunista que sempre fomos e somos, Partido Comunista continuaremos a ser.

Sempre com os trabalhadores portugueses, sempre com o povo português, sempre com Portugal, sempre com os trabalhadores e os povos em luta de todo o mundo.

Viva a Festa da Alegria!

Viva a unidade dos trabalhadores!

Viva a cooperação dos democratas!

Viva a JCP!

Viva o Partido Comunista Português!

Incêndios no distrito de Coimbra

Direcção Regional do PCP salienta um conjunto de medidas imediatas que minimizem os prejuízos

Ao mesmo tempo que manifesta a sua solidariedade às populações serranas brutalmente prejudicadas pelos recentes e violentos fogos que afectaram em especial os concelhos de Góis, Pampilhosa e Arganil, a Direcção Regional de Coimbra do PCP, em contacto com o «Avante!», informa-nos que os deputados do Partido que na próxima segunda-feira irão àquela zona do País manterão um conjunto de contactos com entidades, departamentos, organismos e personalidades que, de uma forma ou outra, estão relacionados com o combate a este flagelo e às suas consequências.

Aquela Direcção Regional do PCP refere que, «para o ano em curso, face aos enormes prejuízos que, infelizmente, já se verificaram para as populações, os produtores florestais e a economia, são necessárias medidas imediatas, que minimizem os prejuízos». Medidas coerentes e rápidas, «e não apenas a concretizar em vésperas de eleições...»

Dessas medidas, os comunistas do distrito de Coimbra avançam:

- Declaração do estado de calamidade pública na região afectada;
- Levantamento dos prejuízos em habitações, instalações agrícolas, alfaias, pomares, vinhas, searas e gados;
- Levantamento dos prejuízos nas matas ardidas;
- Pagamento imediato de indemnizações compensadoras pelos bens perdidos;
- Fixação dum preço justo para os salvados e pagamento a pronto;
- Incentivo ao rápido corte das madeiras ardidas;
- Abertura de parques de recolha dos salvados;

A Direcção Regional de Coimbra do PCP lamenta, entretanto, que o Governo conti-

nue num impasse, sem «encarar de frente» o problema dos incêndios neste Verão de 1990 na Região Centro.

Demagogia

Repetidamente o Governo vem para a Comunicação Social publicitar grandes reuniões (caso da reunião de 22 de Julho entre o Governador Civil de Coimbra, 12 presidentes de Câmaras Municipais e responsáveis pelo combate aos fogos florestais) dizendo que as medidas estão tomadas, que se investiu isto e aquilo e que não vai haver problemas. A dramática situação já vivida este ano no distrito de Coimbra mostra que a acção anunciada pelo Governo não passou de demagogia pré-eleitoral ou que não foi capaz de coordenar devidamente os meios que disse possuir ou pôr à disposição dos que, abnegadamente, lutam contra o fogo, os instrumentos de que necessitam.

Contrastando com a propaganda do Governo PSD, a realidade é bem mais dramática.

O PCP, que através da DOR Coimbra e do seu Grupo Parlamentar promoveu as Jor-

• Deputados comunistas na região

nadas Legislativas do PCP sobre Problemas e Desenvolvimento do Distrito de Coimbra, em 22 e 23 de Junho último, teve oportunidade de contactar directamente Corporações de Bombeiros — nomeadamente de Penacova e Miranda do Corvo e estas, em vez de informarem estar devidamente equipadas, queixaram-se do Governo por ainda não lhes ter pago as despesas que tiveram com os incêndios de 1989.

Também no âmbito destas Jornadas, o PCP procurou avistar-se com o Centro de Coordenação de Meios Aéreos da Lousã e, depois de confirmada pelo Serviço Nacional de Bombeiros a presença de um Inspector para receber a delegação do PCP, estranhamente e sem qualquer justificação aquele serviço não estava informado da visita.

Flagelo

A DORC do PCP considera os fogos florestais um dos principais flagelos do distrito. Considera que, para encarar e resolver este problema não bastam as medidas anunciadas ou prometidas pelo Governo no início de cada Verão — mais uns aviões, mais uns metros de mangueiras, mais umas viaturas.

Para enfrentar uma época de fogos florestais há que tomar medidas muitos meses

antes, estimulando e procedendo à limpeza de matos e aos desbastes, ao levantamento de meios, à reparação e aquisição de equipamentos, ao treino e ao aperfeiçoamento da coordenação entre os diversos intervenientes no combate aos fogos florestais.

Neste sentido, o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, apresentou na Assembleia da República um projecto de «Resolução sobre a adopção de medidas na prevenção, detecção e combate aos incêndios florestais».

Ordenamento florestal

Mas, outras medidas são necessárias nomeadamente — o ordenamento florestal, o fomento do associativismo dos produtores, a reposição da floresta tradicional que permita a silvo-pastorícia e trave a desertificação das aldeias serranas, o incentivo à instalação de floresta de uso múltiplo e de madeiras nobres de crescimento lento, o combate à monocultura e expansão indiscriminada do eucalipto.

Estas medidas, com repercussões no futuro longínquo, não podem por isso estar submetidas aos interesses e apetites imediatos do Governo. Tem que ser um trabalho sério em que participem todos os intervenientes — dos técnicos aos produtores.

OR de Santarém

Assembleia em Dezembro

Eleger um novo órgão de direcção para o trabalho do Partido no distrito — a DORSA do PCP e aprovar a nova estrutura de direcção partidária contam-se entre os objectivos da 3.ª Assembleia da Organização Regional de Santarém (ORSA), marcada para o início de Dezembro deste ano.

Aquela decisão foi tomada recentemente pela DORSA que, «tendo em conta a nossa experiência, a realidade do distrito e as conclusões do XIII Congresso (Ext.)», chama a atenção para a necessidade de «estudar a estrutura orgânica para a Direcção Regional, que possibilite uma maior responsabilização de um maior número de quadros

e uma efectiva descentralização».

Nos primeiros dias de Outubro, «paralelamente à discussão sobre as questões da vida partidária», a DORSA realizará as Jornadas do PCP sobre Desenvolvimento Regional e Regionalização.

Concelhia de Santarém reuniu no CT de Pernes

A Comissão Concelhia de Santarém do PCP esteve reunida recentemente no Centro de Trabalho de Per-

nes, com a presença de diversos camaradas daquela localidade.

Objectivo: analisar os vários problemas com que se debate a população de Pernes, particularmente o da poluição do rio Alviela.

A Concelhia de Santarém solidarizou-se com a luta que a população, a Junta de Freguesia e a CLAPA vêm desenvolvendo no sentido de resolver junto do Governo o grave problema da poluição do rio Alviela.

Comprometeu-se prosseguir todos os esforços, através dos seus deputados na Assembleia da República e Parlamento Europeu, para resolução do problema e manifestou a sua indignação pelo arrastar duma situação que

afecta gravemente, não só a população de Pernes, mas todas as freguesias ribeirinhas do rio Alviela.

A Concelhia de Santarém do PCP tomou conhecimento da criação duma zona industrial na freguesia de Pernes e de toda a polémica que está a criar a sua localização, manifestando a sua estranheza pela forma como a Câmara Municipal de Santarém conduziu o processo, sem prévia auscultação dos interessados.

Por fim, foram analisados diversos aspectos relacionados com a organização do PCP na freguesia de Pernes, ficando agendada para breve a realização de uma reunião de todos os militantes daquela localidade.



Assembleia da República

Parlamentares do PCP em hora de balanço

Uma acção sem paralelo para a solução dos problemas do Povo e do País

A intensa actividade do Grupo Parlamentar do PCP numa Assembleia onde se fez sentir (e este terá sido um dos aspectos mais negativos) o efeito governamentalizador e a postura acrítica da maioria, mas onde se registaram também aspectos positivos — de que a rejeição da lei eleitoral escandalosamente arquitectada para favorecer o PSD é porventura o melhor exemplo —, constituem alguns dos traços mais marcantes da III Sessão Legislativa, cujos trabalhos confirmaram ainda como questão central da actualidade a substituição do actual Governo por um governo de alternativa democrática.

A esta conclusão chegaram os deputados comunistas após reunião de balanço da sessão legislativa efectuada terça-feira, reunião que serviu para passar em revista a sua própria actividade durante o ano parlamentar que agora findou, preparar a programação de trabalho para a próxima e «pôr em marcha» algumas iniciativas que do seu ponto de vista carecem desde já de andamento urgente.

Iniciativas que irão juntar-se ao rico e vasto lote existente desde a primeira Sessão Legislativa da presente Legislatura, e que desde então não tem parado de engrossar, colocando sempre o Grupo Parlamentar comunista na posição cimeira de ser o que maior número de iniciativas parlamentares apresentou.

Os números a este respeito não deixam margem para dúvidas, surgindo a bancada comunista claramente à frente no plano da apresentação de projectos de lei, ratificações, projectos de resolução, projectos de deliberação e votos — tomadas conjuntamente —, mas também à frente de cada uma destas rubricas, à excepção dos projectos de Deliberação (51 projectos de lei, 33 ratificações, 8 projectos de deli-

beração, 10 projectos de resolução, 20 votos e mais 12 iniciativas em conjunto com outros partidos).

Posição combativa

E se os números querem dizer já muita coisa, eles valem ainda sobretudo pela demonstração do quanto foi feito pelos parlamentares comunistas no sentido de dar expressão institucional às propostas do PCP para a solução dos problemas do Povo e do País, acção que souberam combinar com a firme oposição às propostas antidemocráticas e à actuação antipopular do Governo PSD.

Mas falar do balanço agora realizado é referir também, obrigatoriamente, como salientou em conferência de imprensa Carlos Brito, o lado qualitativo que emerge de forma muito positiva do conjunto das suas iniciativas parlamentares, cobrindo praticamente todas as grandes áreas e tocando mesmo as chamadas de particularmente sensíveis, como sejam os Estatutos Militares, onde o PCP foi, por exemplo, o único a tomar a iniciativa.

Destaque merecem ainda, como foi salientado, algumas iniciativas inteiramente inovadoras (Áreas Metropolitanas; prevenção e combate à dro-

ga; prevenção e combate da poluição no mar por navios transportando mercadorias perigosas ou poluentes; eliminação das discriminações aos trabalhadores eleitos — membros das comissões de trabalhadores e dirigentes sindicais), bem como as iniciativas sobre o processo de integração europeia, nomeadamente sobre a União Política e a União Económica e Monetária.

Um lugar de relevo não pode deixar de ser dado igualmente às várias diligências encetadas pela bancada comunista no âmbito das desigualdades — uma questão por si considerada central —, e que tiveram como ponto alto a interpelação recentemente realizada em plenário justamente subordinada a este tema.

Áreas onde se fizeram sentir a intervenção dos deputados comunistas, como recordou Carlos Brito, foram ainda a da reforma do Parlamento (revisão do Regimento e revisão do regime de inquéritos, entre outras) e a re-

lativa ao processo de Regionalização.

Majoria acrítica

Mas a nota mais saliente de toda esta actividade é seguramente o próprio contexto em que ela foi realizada, o que equivale a dizer uma «Assembleia fortemente governamentalizada e ferreamente dominada pela maioria laranja», onde o Executivo usou e abusou das autorizações legislativas (25 por cento das propostas governamentais), «desrespeitando frequentemente as exigências constitucionais sobre a definição do objecto, sentido e extensão da autorização».

Verberado pelos parlamentares comunistas neste balanço de fim de ano parlamentar foi ainda a «forma acrítica e automática» como a maioria PSD «carimbou» as iniciativas do Governo, ciliando praticamente todas as iniciativas da oposição e fazendo passar algumas leis de cunho fortemente negativo — na sua maioria decorrentes do processo de revisão constitucional que resultou do

acordo PSD/PS —, como sucedeu com a Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social, a Lei das Privatizações, a Lei de Bases de Saúde e a Lei de eliminação da Reforma Agrária.

PSD isolado

Aspectos positivos não deixaram no entanto de marcar igualmente a sessão legislativa que agora termina, de entre os quais importa destacar a rejeição da já referida lei de Alteração da Lei Eleitoral, a intervenção da Assembleia no processo de integração na CEE, a aprovação de Lei do Direito de Petição e, por último, o isolamento a que foi remetido o PSD em elevado número das votações realizadas ao longo deste ano.

Alvo de críticas por parte dos parlamentares comunistas no encontro realizado terça-feira com os jornalistas foi ainda a atitude do PSD de «bloqueamento e sistemática rejeição» das iniciativas dos partidos da oposição, algumas delas da maior relevân-

cia no plano dos interesses dos trabalhadores e do País, como sejam a redução para as 40 horas do horário semanal de trabalho, a revisão do regime de reformas e pensões, o desbloqueamento do processo de regionalização e a substituição do injusto sistema de acesso ao ensino superior.

Registo final para o facto de o Grupo Parlamentar do PCP, segundo foi anunciado, prever desde já a reapresentação de iniciativas legislativas em Outubro próximo sobre estas quatro áreas que o PSD rejeitou, tendo igualmente inscrito no plano das suas actividades imediatas a adopção de medidas relativamente aos incêndios florestais, ao Serviço Militar Obrigatório, ao pedido de apreciação pelo Tribunal Constitucional da inconstitucionalidade de diplomas recentemente aprovados (leis sobre arrendamentos urbanos, Bases de Saúde e alteração à Lei de Bases da Reforma Agrária) e ainda sobre a integração europeia.

Serviços de Informações

Das fragilidades às ilegalidades...

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Mesa da Assembleia da República um projecto de deliberação que encarrega a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias de adoptar até 30 de Outubro próximo as diligências necessárias com vista à concretização de medidas, designadamente, no plano legislativo, que reponham a legalidade democrática em matéria de segurança interna e de Serviços de Informações, pondo termo nomeadamente à presente situação ilegal de acumulação de competências e funções dos Serviços de Informações Militares (SIM) em detrimento do quadro tripartido legalmente estabelecido.

questão afigura-se ainda mais grave na medida em que põe a nu a «clamorosa fragilidade do sistema de fiscalização», um sistema que tal como está depende apenas, como lembrou José Magalhães, da «boa vontade do Governo e da lealdade e correcta informação que os serviços fiscalizadores tiveram perante o Conselho fiscalizador».

Postas as coisas nestes termos, quando é evidente a falta de meios do Conselho e a ausência de estilo de trabalho que correspondam às altas funções em que está investido — num domínio «tão vasto e volátil», onde não faltam as «acções sem marcas nem vestígios» — não podia deixar de ser mais oportuna, pois, a observação feita pelo deputado comunista relativamente a uma de duas saídas: «ou mudam as funções, mudando a lei ou muda radicalmente o quadro de condições de funcionamento do Conselho, com a atribuição de mais poderes, mais zelo e mais eficácia, para que a lei possa cumprir-se».

Mais poderes que permitam designadamente, lembrou-o ainda José Magalhães, «conhecer as irregularidades ou erros» nos casos do uso de informação pelos serviços de informações, «garantir a não interconexão dos vários bancos de dados dos vários serviços» e acesso a todos os *dossiers* «sem ressalva do segredo de Estado».

A questão torna-se tanto mais pertinente quanto é certo que pior do que «um sistema sem guarda é a aparência de um guarda que oculte a real indefesa contra as distorções do sistema», distorções que José Magalhães se deveu a enunciar, focando em primeiro

lugar a ilegal «hiperconcentração de poderes nos SIM» relativamente a funções cometidas aos Serviços de Informações Estratégicos de Defesa, a par de sobreposições de competências e do uso «em condições incontroladas» de equipamento do Centro de Informática do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

A insistência do Governo em legislar sobre o regime dos Serviços de Informações, competência que deixou de ter na sequência da revisão constitucional, foi também criticada pelo deputado do PCP que não deixou de tecer ainda severos reparos quanto ao facto de as actividades de fichagem não serem controladas, designadamente os ficheiros manuais, o mesmo sucedendo parcialmente com os ficheiros informatizados.

Neste domínio, assinalou como particularmente preocupantes as situações com o ficheiro de credenciações NATO, o ficheiro relacionado com indivíduos, organizações e factos na área do terrorismo, sabotagem e contra-espionagem, e, por último, os ficheiros da Direcção Central de Combate ao Banditismo (DCCB) da Polícia Judiciária e de outras polícias.

As actividades de escuta, telefónica e outras — «uma real ameaça à segurança dos cidadãos», de acordo com as suas palavras — foram também objecto de um comentário de José Magalhães, salientando a este respeito o facto de ser ignorada a «precisa dimensão daquelas escutas», a «real autoria das mesmas», bem como «os respectivos canais de processamento e de utilização».

Mexidas perigosas no arrendamento urbano

A proposta de lei que estabelece um novo regime de arrendamento urbano, submetida de forma quase furtiva a plenário numa das sessões da última semana e aprovada com os votos do PSD e do CDS, reveste-se da maior gravidade pelas soluções que preconiza, estando ainda no plano formal ferida de inconstitucionalidade, porquanto não são definidos nem o sentido nem o âmbito do diploma.

Corroborando as preocupações e alertas vindos a público logo que se soube desta imprevista iniciativa governamental, provenientes designadamente das Associações representativas dos Inquilinos — completamente ignoradas na consulta obrigatória prevista na lei —, a posição da bancada comunista no debate acabou por ser decisiva no sentido de trazer para primeiro plano o verdadeiro alcance das principais

questões suscitadas pela autorização legislativa, a qual, como sublinhou a deputada comunista Odete Santos, visa não apenas os arrendamentos futuros mas também os arrendamentos pretéritos.

Da dimensão dos perigos que decorrem de decisão de mexer nas relações contratuais de arrendamento deram conta, pois, os deputados comunistas, trazendo a lume alguns exemplos concretos reveladores do carácter pernicioso da iniciativa governamental que, por exemplo, permite a limitação da transmissão por morte do contrato de arrendamento sem explicitar claramente até que nível, o que poderá querer dizer que a transmissão se faça só em casos muito restritos (para cônjuge e filhos menores ou incapazes).

Mas a lista de alterações ao actual regime de arrendamento urbano permitida pela autorização legislativa inclui

ainda, como salientaram os deputados comunistas, disposições que podem permitir que um reformado por doença ou invalidez ou um inquilino com menos de 65 anos seja despejado desde que o proprietário alegue ter necessidade da casa para habitação própria, ou que denuncie o contrato de arrendamento sob a mesma alegação, sem ter de provar a necessidade da mesma.

De acordo com as alterações aprovadas, o próprio comerciante pode ser impedido de trespassar o estabelecimento, podendo ainda as rendas condicionadas ser aumentadas não se sabe para que montante e no caso de atraso no pagamento de rendas, limita-se a possibilidade, actualmente existente, de o inquilino fazer cessar a mora pagando a renda e a indemnização até ao termo da contestação da acção de despejo.

Trabalhadores

CGTP exige aumento dos salários reais

A *derrapagem* a que se assiste na evolução da inflação pode comprometer a subida dos salários reais; face aos ganhos de produtividade das empresas, a variação dos salários revela-se ainda mais insuficiente, agravando a injustiça na repartição do rendimento. Em alguns sectores (como a função pública e os transportes) surge mesmo a ameaça de quebra dos salários reais. Por todas estas razões, analisadas pelo Conselho Nacional da CGTP-IN na reunião da passada sexta-feira, a Intersindical considera necessárias actualizações salariais que corrijam tal situação.

Numa conferência de imprensa realizada ao fim da tarde de 13 de Julho, o coordenador da central apresentou a súmula das reivindicações fundamentais e as linhas gerais de uma plataforma «Para um Portugal desenvolvido e solidário».

Para 1991 - disse Carvalho da Silva - a Inter exige que se verifique um crescimento real dos salários, o qual **não deve ser inferior aos ganhos de produtividade** (de forma a permitir um aumento relativamente a 1989 na parte do rendimento que cabe aos salários) e deve ser **superior à média comunitária** (para iniciar a aproximação dos salários dos trabalhadores portugueses aos salários médios da CEE).

Assim, o CN da CGTP defende que **os resultados da negociação colectiva para o próximo ano exigem o**

crescimento da massa salarial em valores que se situem entre os 18 e os 20 por cento. A conjuntura económica e a boa situação financeira dos sectores, tal como as perdas verificadas nos últimos anos nos salários reais de alguns sectores e o baixo nível de vida dos trabalhadores portugueses exigem - entende a CGTP-IN - que os sectores e profissões com mais baixos salários obtenham aumentos superiores.

A central reivindica do Governo uma **actualização urgente do valor do salário mínimo nacional**, bem como a instituição da semana de **40 horas** como limite máximo legal da duração de trabalho, exigindo que o executivo de Cavaco Silva cumpra efectivamente «os muito limitados compromissos» que assumiu sobre a redução da semana

de trabalho para um máximo de 44 horas em 1990.

Por via legal deve ser garantido - exige o CN da CGTP - **que todos os trabalhadores tenham direito a um mínimo de um mês de férias**, eliminando os obstáculos legais a que, por via da negociação colectiva, se estabeleçam períodos de férias superiores.

A CGTP reclama ainda medidas para melhorar a protecção social, como a actualização do valor do **abono de família** e a criação de um regime que dê maior protecção às famílias de mais baixos rendimentos e que tenha em conta a situação das famílias monoparentais. É exigida também a **fixação imediata em 20 500 escudos da pensão mínima do regime geral**, a actualização das restantes pensões na mesma percentagem, a revisão das pensões degradadas, a alteração da fórmula de cálculo de modo a aproximar o valor da pensão do salário auferido à data da aposentação, a melhoria das pensões por acidentes de trabalho e doenças profissionais e a saída imediata de uma nova tabela de incapacidades.

No sistema fiscal, nomeadamente no IRS, devem ser feitas alterações para aumentar o seu grau de justiça e dar um tratamento mais justo aos rendimentos salariais.

aceitar que esta situação se mantenha». É assim que, como «contributo para o diálogo e concertação necessários», a Intersindical Nacional vai apresentar uma «Plataforma para um Portugal desenvolvido e solidário» - revelou Carvalho da Silva na conferência de imprensa após a reunião do Conselho Nacional.

Na AR pelas 40 horas

Uma delegação da CGTP foi recebida na AR por representantes dos diversos grupos parlamentares; a quem solicitou entrevistas para dar conta da necessidade de ser reduzido o horário de trabalho para um máximo de 40 horas semanais. Manuel Lopes e José Ernesto Cartaxo - de acordo com uma nota de imprensa da central - manifestaram aos deputados o desagrado da Intersindical pelo facto de a AR não ter agendado, durante a sessão legislativa que agora chegou ao fim, a discussão e votação dos diplomas sobre horário de trabalho que há mais de um ano se encontram pendentes na Assembleia.

Carris pode voltar a parar

Em plenários realizados durante a greve da passada quinta-feira à tarde - e que voltou a ter uma adesão muito próxima dos 100 por cento, segundo um nota de imprensa da FESTRU -, os trabalhadores da Carris decidiram dar ao Governo e à administração da empresa um prazo (que expirava ontem) para que respondam afirmativamente ao caderno reivindicativo que lhe foi apresentado.

A falta de tal resposta implicará - informou a Federação dos Transportes Rodoviários e Urbanos - a realização de **nova greve entre as 10 e as 14.30 horas do dia 25 de Julho, quarta-feira**. Nessa altura efectuar-se-á na estação de Santo Amaro um plenário geral de trabalhadores para analisar a situação e decidir formas de luta futuras.

Os trabalhadores exigem, nomeadamente, a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais e uma correcção salarial para repor o poder de compra. Num comunicado à população a FESTRU recordava que em 1990 os membros da comissão administrativa da Carris tiveram aumentos de 43,5 por cento (um aumento médio mensal de 140 contos)

nos ordenados e aumentos de 30 por cento nas despesas de representação; recentemente, revela a Federação, a CA da Carris adquiriu uma frota de carros, para uso próprio e dos directores, no valor de dezenas de milhares de contos.

Num comunicado recente a célula do PCP na empresa denunciava o «sistema repressivo e intimidatório de cima a baixo» que o conselho de administração tenta montar na Carris, com o acarinamento do PSD e do Governo, e realçava a importância da unidade e combatividade dos trabalhadores da Carris para resistir a esta política.

Coordenadora dos transportes

No dia 3 de Julho foi eleita a coordenadora das comissões de trabalhadores em empresas do sector de transportes, que tem como membros efectivos Luisa Bota (Carris), Luís Grácio (CP), José Gerales (RN), Agostinho Ribeiro (Socarman), Fernando Rosa (Metro), José Fernandes (Transtjejo), Luís Reis dos Santos (TAP), António Azevedo Jr. (ANA) e Fonseca da Silva (Carris).

PSD desvalorizou a profissão docente

O secretariado nacional da FENPROF decidiu repudiar «veementemente» a atitude da maioria PSD, que na AR fez aprovar o decreto-lei 409/89, sobre a estrutura e progressão na carreira e grelhas salariais dos professores. A Federação, num comunicado de imprensa distribuído anteontem, afirma que o parecer do grupo de trabalho da Gestão e Administração Escolar (da Comissão de Educação da AR) «exara iniquamente a condenação, já em momento anterior decretada pelo Governo, dos educadores de infância e dos professores dos ensinos Básico e Secundário a uma carreira cuja chegada ao topo é mais demorada do que até aqui, a um regime de transição da carreira por fases para a carreira por escadões que não respeita a contagem integral do tempo de serviço prestado pelo professor, a um congelamento na progressão nas fases mantido até Janeiro de 1991, o que, de forma despidorada, afasta ainda mais os vencimentos dos docentes dos vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública com iguais habilitações».

Para a Fenprof, os deputados do PSD, entre os quais se contam alguns professores, «empobreceram a democracia, porque cometeram um atentado contra os direitos de mais de 140 mil trabalhadores, apoiados em nenhuma razão legislativa, ou melhor, na obediência cega, surda e muda ao Governo, mesmo quando ele tem contra si a maior movimentação e o maior surto de greves em-

preendidos pela classe docente portuguesa».

A Federação anunciou entretanto que **vai colocar o Governo em tribunal**, uma vez que considera que o Ministério de Roberto Carneiro violou a Lei dos Concursos nas colocações do Preparatório e do Secundário. Segundo a Fenprof, no maior concurso público nacional o Ministério da Educação fez com que milhares de professores há largos anos no sistema tivessem sido ultrapassados no concurso por colegas que iniciaram a sua actividade em Setembro de 1989.

O período de férias no 1º ciclo do **Ensino Básico** - denuncia por outro lado a Federação - iniciou-se sem que fosse definido o calendário escolar para o próximo ano lectivo, o que dificulta a programação e prejudica os ritmos de trabalho. Além disso, o ME não pagou o subsídio de férias aos professores contratados, prevendo-se que tal só venha a acontecer em Setembro. A Fenprof revelou ainda que dos 13 mil professores candidatos a um primeiro lugar do Quadro geral, apenas 20 foram colocados, atitude que revela uma «contradição deliberada» entre o discurso do ME e a sua recusa em melhorar de facto a estabilidade de local de trabalho dos professores.

No dia 11 de Julho professores de **educação visual e desenho** concentraram-se junto do ME exigindo que lhes seja garantido um desenvolvimento de carreira idêntico aos dos restantes docentes, correcção prometida há mais de um ano.

Plataforma para diálogo

«É manifesto que as potencialidades do diálogo na sociedade portuguesa não têm sido plenamente aproveitadas e em vários momentos, perante a apreciação de grandes questões, nem o Governo, nem algumas das principais organizações patronais, chegaram sequer a assumir o exercício do diálogo social» - constata a CGTP, afirmando que «não é mais possível

Contra o muro de silêncio

Um «enorme e organizado muro de silêncio, por parte da generalidade da comunicação social» instituiu-se em torno da ofensiva contra o sector empresarial do Estado, propagando-se a todas as acções, estudo, propostas ou lutas que visem defendê-lo - constatarem os participantes num encontro de ORTs do SEE, realizado em Lisboa no passado dia 11.

Para os representantes dos trabalhadores das empresas do SEE - que voltam a reunir no início de Setembro

para ultimar a preparação de um plenário nacional de activistas do SEE -, a delapidação de parte significativa do património público, a ausência de uma verdadeira reorganização, reestruturação e modernização deste importante potencial para o desenvolvimento do País e a concepção redutora da sua periferização económica e social face à Europa são factos que se associam à crescente penetração do capital e dos interesses estrangeiros e a uma ofensiva contra os direi-

tos dos trabalhadores, com reflexos negativos nos interesses da economia nacional e com a degradação da situação social - como referem os ORTs do SEE numa nota distribuída à imprensa.

Saliendo a iniciativa do PCP de suscitar a apreciação de inconstitucionalidade da Lei Quadro das Privatizações, os representantes dos trabalhadores do SEE manifestaram o seu empenho na defesa de um sector empresarial do Estado forte e modernizado.

Torraltta cede nos escritórios centrais

Após a administração da Torralta ter assinado com os representantes dos trabalhadores dos seus escritórios centrais um protocolo aceitando um período até 6 de Agosto para a negociação de eventuais transferências para Tróia devido ao encerramento daqueles serviços, foi levantada no dia 12, quinta-feira, a greve que ali decorria desde 25 de Junho.

Rodolfo Caseiro, dirigente sindical da Hotelaria, considerou que foi conseguido «um bom acordo»; a luta dos trabalhadores forçou a administração a desistir da imposição «intransigente e radical» da transferência do pessoal dos escritórios da Avenida Duque de Loulé (chegando mesmo, como o sindicato da Hotelaria do Sul então denunciou, a impedir no dia 4 de Julho que os trabalhadores em greve saíssem do edifício).

O protocolo, para além do período de negociação das transferências, prevê que os trabalhadores que aceitem ir para Tróia tenham garantido o regresso a Lisboa, para a Duque de Loulé ou para outras instalações da Torralta, dentro de, no máximo, dois anos - informou Rodolfo Caseiro, sublinhando que ficou assente que os delegados sindicais e os membros da comissão de trabalhadores não podem ser transferidos.

Greve na Renault/Cacia

Desde 9 de Julho e até 5 de Agosto os trabalhadores da fábrica da Renault em Cacia estão em greve - informou o Sindicato dos Metalúrgicos do distrito de Aveiro. Cumprindo a decisão tomada em plenário no

final da primeira semana deste mês, a paralisação é de 1/2 hora diária, no final de cada horário, e tem «uma grande adesão», segundo o sindicato, que regista uma percentagem de 90% dos trabalhadores em greve no sector produtivo.

A luta na Renault/Cacia trava-se pela redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais, por aumentos salariais justos, por mais 5% no subsídio de horário para a equipa da manhã, por melhores regalias sociais e pelo cumprimento do caderno reivindicativo da empresa.

Pingo Doce quer feriados com trabalho não suplementar

O departamento de pessoal da cadeia de supermercados Pingo Doce distribuiu pelas suas lojas uma informação de serviço considerando que o trabalho prestado em dias feriados não é trabalho suplementar se não for efectuado para além das horas normais de trabalho.

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do distrito de Lisboa denunciou a situação numa nota distribuída esta semana à imprensa, classificando a orientação do Pingo Doce como «absolutamente ilegal à luz da Lei do Trabalho Suplementar e do próprio contrato colectivo de trabalho».

Para o CESL a administração da cadeia «parece não se satisfazer com os significativos resultados líquidos que vem acumulando». A propósito, o sindicato sublinha que «são exactamente as grandes superfícies, as cadeias de super e hipermercados, que maiores lucros registam no panorama do comércio retalhista português, as que mais atentados cometem contra os direitos e regalias dos trabalhadores».

Internacional

Nicarágua

Acordo abre portas ao diálogo

Aumentos salariais da ordem dos 63 por cento, garantias de estabilidade laboral e a não aplicação do contestado decreto que permitia a devolução de terras expropriadas aos seus antigos proprietários — são pontos fundamentais do acordo entre trabalhadores em greve e o governo de Violeta Chamorro, que abriu caminho a uma fase de negociações, depois de quase duas semanas de uma greve geral nacional.

A decisão de negociações com os grevistas e de elaboração de um acordo social (o que implica a participação efectiva dos trabalhadores), foi divulgada pela presidente da Nicarágua, tendo a seu lado o general Humberto Ortega (que os anti-sandinistas pretendiam afastar da chefia das Forças Armadas). Um facto só por si significativo do peso que os sandinistas mantêm na vida política nacional, a todos os níveis.

Um papel também bem evidenciado ao longo de todo este processo político-laboral.

A via do diálogo e dos acordos foi claramente afirmada, em termos oficiais. Violeta Chamorro salientou mesmo que «o diálogo é a forma civilizada de solucionar os problemas em democracia», dizendo estar disposta a «dialogar com todas as forças sociais do país com vista a alcançar um pacto social no qual participem todos os representantes dos sectores laborais e empresariais, além do governo». Humberto Ortega foi claro quanto ao papel do Exército: «Não

dispararemos contra o povo, como acontece noutros países, porque o preço de uma democracia é ter greves e o preço de uma ditadura com ti-

e como tal da necessária consideração dos interesses dos trabalhadores, que sem dúvida (como bem o demonstram) irão empenhar-se na defesa das conquistas alcançadas em dez anos de revolução sandinista.

Mas todo este processo também testemunhou de ameaças e perigos. Alcançada a paz dos acordos, não será fácil ainda a afirmação da paz efectiva.

PCP saúda Frente Sandinista

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou à Frente Sandinista de Libertação Nacional a mensagem de saudação que transcrevemos.

Queridos camaradas

Certos de transmitir o sentir de todos os comunistas e trabalhadores portugueses, enviamo-vos calorosas saudações fraternais, reafirmando a solidariedade do PCP à FSLN, aos trabalhadores e ao povo nicaraguense, na sua luta em defesa das conquistas da revolução popular sandinista, pela edificação de uma Nicarágua independente, soberana e progressista.

rania é disparar contra o povo.»

Um ponto de equilíbrio parece assim ter sido alcançado, no caminho das negociações,

As ameaças e os direitos

A presença de grupos de «contras» armados nas verda-



A luta contra a devolução das terras, hoje nas mãos dos camponeses, aos antigos proprietários, foi uma das razões da greve

deiras batalhas campais que decorreram nas ruas de Manágua, em particular junto das instalações da Rádio Corporação, a emissora que desde o início da greve tentou incitar a população contra os grevistas, é um facto inquietante, ainda que talvez não surpreendente.

De entre os «contra» presentes nos combates de rua, Oscar Sobalvarro, conhecido como comandante Ruben, e que formalmente tinha depositado armas em 27 de Junho, em San Pedro de Lóvago. Na cerimónia de entrega de armas, o «comandante Ruben» tinha mesmo afirmado: «O nosso objectivo é o trabalho e a reconstrução do país.» A verdade é que se poderá dizer que aogra, nas ruas da capital, os «contras» mataram outra vez (dos confrontos resultaram 5 mortos e várias dezenas de feridos). Não é menos verdade, entretanto, que a sua senha anti-sandinista não deu os frutos pretendidos.

Uma outra realidade, que ressaltou nestes dias com particular evidência, foi a profunda heterogeneidade que caracteriza a aliança que acabou vencendo as eleições presi-

denciais de Fevereiro. A tal ponto que, enquanto se desenvolviam negociações entre o governo de Violeta Chamorro e os sandinistas, o vice-presidente Virgilio Godoy anunciava a formação de uma Junta de Salvação Nacional e de «milícias democráticas» para «defender o processo democrático», acusando a Polícia e o Exército (dirigidos por Humberto Ortega) de serem «cúmplices dos delinquentes e arruaceiros».

A presidente Chamorro desautorizou Godoy e avançou no caminho das negociações. Mas o facto em si não pode nem deve ser ignorado. Há quem na Uno não hesite mesmo em recorrer à guerra civil para impor uma política antipopular. Há quem só defenda princípios democráticos e eleições, enquanto essa democracia lhes abrir as portas do poder. Há quem esteja insatisfeito com resultados eleitorais que, apesar da vitória da

Uno, deram aos sandinistas a possibilidade de agir como grande força da oposição.

Esta divisão óbvia das forças no poder pode naturalmente também funcionar como um elemento favorável em negociações e consensos que permitam uma melhor defesa dos interesses dos trabalhadores, defesa das próprias conquistas da revolução sandinista. Como disse Lucio Jiménez, dirigente da Frente Nacional de Trabalhadores (FNT), a greve teve como objectivo agitar «bem alto os direitos dos trabalhadores». Não se trata de «derrubar o governo mas sim de o obrigar a que cumpra o prometido: discutir connosco o seu programa económico».

Esta a exigência dos 100 000 trabalhadores do Estado, da indústria e da agricultura, que participaram na greve. Para já com uma vitória assinalável. Mas sem dúvida num contexto político em que os perigos não faltam.

Eduardo Galeano na «Barricada» O testemunho de um sandinista

«A perestroika e a paixão de liberdade que ela desencadeou fizeram estalar todas as costuras de uma asfíxica camisa de forças» — diz Eduardo Galeano, autor de «As veias abertas da América Latina», nas páginas de «Barricada», o jornal da Frente Sandinista.

«As mudanças multiplicam-se a um ritmo vertiginoso com a ideia de que a justiça social não tem que se opor à liberdade e à eficácia. Uma urgência, uma necessidade colectiva: as pessoas já não podiam mais com uma burocracia tão poderosa quanto inútil e que, em nome de Marx, proibia de dizer o que se pensava e de viver o que se sentia. Qualquer espontaneidade era apontada como traição ou loucura. Socialismo? Comunismo? Esrocqueria histórica? Como latino-americano coloco a questão: porque devemos nós pagar o preço dessa esrocqueria? Nós não vemos reflectida a nossa imagem nesse espelho.

«Sem sombra de dúvida, a

liberdade é sempre uma boa notícia. Para o Leste, que a vive com alegria, e para todo o mundo. Mas os elogios ao dinheiro e às virtudes do mercado serão também boas notícias? E a idolatria do «american way of life»? E a ingénua ilusão de entrar no clube internacional dos ricos? A burocracia, sempre pronta a encontrar lugar para si, adapta-se rapidamente à nova situação e os burocratas de ontem transformam-se nos burgueses de hoje». (...) «As eleições nicaraguenses foram um golpe muito duro. Como a cólera de Deus, nas palavras do poeta. Quando soube dos resultados, senti-me, e sinto-me ainda, como uma criança perdida na tempestade. Uma criança perdida, mas não sozinha. Somos muitos. Somos muitos, no mundo inteiro.»

«Por vezes sinto que até as palavras nos roubaram. A palavra socialismo é utilizada no Ocidente para governar em nome dos banqueiros e, a Leste, ela evoca um purgatório, talvez um inferno. A pa-

lavra imperialismo já não está na moda, foi apagada dos dicionários políticos dominantes, enquanto o imperialismo, esse, continua a existir, a espolar e a matar. E a palavra militante? E a própria paixão militante? Para os teóricos do desencantamento, é uma velharia ridícula. Para os arrependidos, uma lembrança incómoda.

«Em escassos meses, assistimos ao impressionante naufrágio de um sistema que havia usurpado o socialismo, que tratava o seu povo como um eterno menor e lhe puxava as orelhas. Há três ou quatro séculos os inquisidores caluniavam Deus quando afirmavam cumprir as suas ordens, mas eu penso que o cristianismo não é a Santa Inquisição. Hoje, os burocratas desacreditaram a esperança e a mais bela das aventuras humanas, mas eu creio que o socialismo não é o estalinismo.

«Agora, é preciso recomençar. (...) É preciso descobrir, criar, imaginar. Mais do que



Eduardo Galeano

nunca, é preciso sonhar. Sonhar em conjunto sonhos que se façam carne. Os meus melhores amigos vivem e lutam por este direito. Por este direito, alguns deram a vida.

«Este é o testemunho de alguém que crê que a condição humana não está condenada ao egoísmo e à obscena caça ao dinheiro, que o socialismo não está morto porque ainda não existiu e que está a nascer hoje o primeiro dia da longa vida que ele tem diante de si.»

São Tomé, 15 anos Mensagem do PCP

No 15.º aniversário da independência de São Tomé, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité do MLSTP, a mensagem que transcrevemos.

Queridos camaradas

Associando-nos à alegria do povo santomense por ocasião das comemorações do 15.º aniversário da independência do vosso país, enviamo-vos as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Certos de interpretar os sentimentos do povo português, cuja luta contra o fascismo e o colonialismo se conjugou com a luta do MLSTP e do povo de S. Tomé e Príncipe pela sua independência, manifestamo-vos a nossa vontade de continuar a agir no sentido do reforço dos laços de amizade e solidariedade entre o PCP e o MLSTP no interesse do desenvolvimento das relações entre os nossos dois povos e países e da causa da paz e do progresso social.

Desejamo-vos os maiores sucessos na vossa acção pela construção duma pátria independente e progressista.

Saudação ao Congresso do PC Japonês

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao 19.º Congresso do Partido Comunista Japonês, a seguinte saudação:

Prezados camaradas

Por motivo da realização do 19.º Congresso do Partido Comunista Japonês enviamo-vos as fraternais saudações internacionalistas dos comunistas portugueses, com votos dos melhores êxitos nos vossos trabalhos, a bem dos trabalhadores e do povo japonês, da paz e do progresso social no mundo.

Internacional

EUROPA

Quadro político em transformação

O quadro político europeu está em rápida transformação. Em conferência de imprensa conjunta, Gorbachov e Kohl anunciaram, no Cáucaso, em Chelesnovsdsk, o acordo que permite à futura Alemanha unida decidir «por ela própria e livremente» a que aliança quer pertencer, o que nas circunstâncias actuais significa a integração na NATO. A cimeira da NATO, em Londres, trouxe também alguns elementos de mudança.

Paralelamente, e talvez como pano de fundo de todo este processo, esboça-se o reforço, em perspectiva, do papel da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE).

A questão alemã

A decisão soviética de aceitar uma futura integração da Alemanha unificada na NATO, vem acompanhada, nos termos do acordo agora estabelecido, de alguns dados significativos, em particular no que se refere a medidas de desarmamento.

Concretamente, os efectivos do Bundeswehr serão reduzidos de 40 a 42 por cento, no quadro do processo de desarmamento convencional da Europa. E a Alemanha unificada renunciará ao fabrico e à posse de armas químicas e assinará o tratado de não proliferação nuclear. Medidas estas que contarão, segundo todas as sondagens, com um esmagador apoio da população alemã. A este respeito, o presidente Gorbachov disse «esperar que nenhuma arma nuclear aí fosse instalada».

Ainda nas palavras de Gorbachov, na conferência de imprensa conjunta, «as estruturas da NATO não serão estendidas ao território da RDA».

Inicia-se assim um processo de transição, que inclui a retirada das tropas soviéticas do território da RDA, num prazo de três a quatro anos

após a conclusão de um acordo bilateral entre a URSS e a Alemanha unificada.

Com o processo de unificação cessará totalmente a responsabilidade dos poderes das quatro potências aliadas. As tropas dos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha poderão continuar em Berlim enquanto as tropas soviéticas estiverem estacionadas na RDA.

Cimeira de Londres

O texto aprovado pelos chefes de Estado e de governo da NATO, em Londres, contém alguns elementos novos, no sentido do estabelecimento de bases de confiança mútua e de limitação dos arsenais armamentistas, sem pôr em causa entretanto, ainda que cingindo-o a «último recurso», a possibilidade de utilização da arma nuclear.

O documento, constituído por 23 pontos, inclui um convite a Mikhail Gorbachov e aos representantes dos países do Tratado de Varsóvia, para que participem no Conselho da NATO, em Bruxelas, propondo-se simultaneamente que os países de Leste passem a ter representantes seus junto da NATO.

Por outro lado, propõe-se aos membros do Tratado de Varsóvia uma declaração comum em que as duas alianças «proclamarão solenemente já não serem adversárias». Nessa declaração deveria ficar expressa a vontade



Manifestantes pacifistas em Londres, quando da Cimeira da NATO

de dos signatários de se «abster do recurso à ameaça ou à utilização da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado».

Este compromisso de não agressão seria extensível a todos os membros da Conferência para a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE).

No que se refere às negociações em curso, em Viena, sobre a redução das forças armadas na Europa, a Cimeira pronunciou-se pela conclusão, este ano, do primeiro tratado de desarmamento convencional e de um acordo sobre medidas de confiança e segurança. O tratado poderia ser assinado na Cimeira da CSCE, a realizar em Paris, em Novembro. Nessa altura, os membros da CSCE, no seu conjunto, abririam novo processo negociado sobre os efectivos militares, nomeadamente no que se refere à futura Alemanha unificada.

Em relação às armas nucleares, os membros da NATO consideram estar «em condições de adoptar, numa Europa transformada, uma

nova estratégia da NATO que torne verdadeiramente as forças nucleares em arma de último recurso». Simultaneamente propõe-se a eliminação de toda a artilharia nuclear na Europa.

Por fim, a declaração de Londres refere-se à institucionalização da CSCE, nomeadamente através da criação de uma «Assembleia da Europa», onde estariam representados os 35 Estados membros (todos os países da Europa, com excepção, de momento, da Albânia, mais os Estados Unidos e o Canadá), e de um Centro de prevenção de conflitos.

A posição soviética

Nos primeiros comentários, por parte da União Soviética, à Cimeira da NATO, divulgados sob a forma de uma declaração de Chevardnadze, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, sublinha-se que «foram dados passos sérios ao nosso encontro».

«A declaração adoptada em Londres comprova que também a NATO começa a seguir a via das transformações, reduzindo a sua tónica puramente militar e alterando a sua estratégia» — diz Chevardnadze, que refere concretamente:

«A NATO manifestou-se disposta a assinar a declaração em que se afirma que as duas alianças já não são inimigas e se absterão de recorrer à ameaça ou uso da força».

«A NATO manifestou a sua prontidão em concluir rapidamente as conversações sobre armamentos convencionais, actualmente a decorrer em Viena, e iniciar novas conversações sobre forças armadas na Europa. Neste contexto foi assumido o compromisso de adoptar garantias relativamente ao limite máximo das forças armadas da Alemanha unificada».

«A NATO manifestou-se favorável à redução do potencial ofensivo das forças armadas na Europa e pelo início de conversações sobre a redução dos armamentos nucleares tácticos».

«Declarou que será revista a estratégia de «defesa avançada» e a doutrina da «resposta flexível» e também a doutrina que prevê a possibilidade de utilização de armas nucleares».

«A posição da NATO, e a nossa própria, em relação à institucionalização do processo pan-europeu e à criação de estruturas de segurança, coincidem, na sua essência, em todos os pontos fundamentais».

Torna-se entretanto cada vez mais evidente que o que está em causa é a própria existência de alianças militares. Se a NATO ainda admite a utilização de armas nucleares «em último recurso», cabe naturalmente perguntar contra quem. Mais ainda, esse «último recurso» poderia significar o fim para todos nós.

Essa exigência de fundo dos manifestantes pacifistas que, em Londres, quando da Cimeira da NATO, exigiram o fim dos blocos militares e de quaisquer projectos de modernização nuclear.

«Sob a pressão das exigências da industrialização, que requer cada vez maior preparação técnica por parte dos operários e empregados, o governo foi finalmente obrigado a encarar o aumento da escolaridade obrigatória até à sexta classe, ainda que dilatando a sua aplicação prática para daqui a 4 anos, em virtude da falta de professores».

Devido à política reaccionária de Salazar, orientada pelo conceito de que «saber ler, escrever e contar» era suficiente para a grande maioria da população portuguesa, as escolas do Magistério Primário para a formação de professores estiveram encerradas durante 10 anos. Muitas outras medidas de atrofamento da cultura e da educação foram tomadas ao longo do negro reinado fascista de Salazar, tais como a perseguição e demissão de muitos milhares de professores e intelectuais democratas. Portugalé, assim, o país da Europa de mais baixa escolaridade e cujo ensino é dos mais retrógrados. Por esse Portugal fora há falta de escolas e salas de aula. Dão-se lições em salas arruinadas, em pardieiros e casas particulares. Cifram-se em muitas e muitas centenas as escolas sem mestre! Há, por outro lado, milhares de mulheres e também homens com a 4ª classe ou pouco mais a ensinar, como regentes, nos chamados postos de ensino, o pouco que aprenderam.

O panorama escolar do país é de tal modo conflagrador ao fim de 38 anos de regime fascista que o próprio jornal «O Século» não pode deixar de constatar que, devido ao facto de as dotações orçamentais para o ensino serem exíguas, devido à falta de professores em todos os ramos do ensino e à sua insuficiente preparação pedagógica; devido à insuficiência da remuneração do professorado; devido ao mau apetrechamento técnico e científico da maioria dos nossos estabelecimentos escolares para um ensino de acordo com as realidades do tempo actual; devido à desactualização dos programas e à ineficácia dos processos de ensino; devido enfim a toda a política reaccionária e de classe dos salazaristas - acrescentamos nós - 75% da população escolar fica impossibilitada de prosseguir os estudos para além da 4ª classe. Nos exames da 4ª classe há 60 mil reprovados anuais, no exame de admissão aos liceus e escolas técnicas a média de reprovados todos os anos aproxima-se dos 30% dos inscritos.

No ensino secundário - prossegue «O Século» - a análise dos números causa ainda maior desolação: em cada 1.000 alunos do liceu, 450 não chegam a concluir 1º ciclo; apenas 300 em cada 1.000 conseguem concluir o 2º ciclo; destes últimos somente 14 completam o 7º ano.

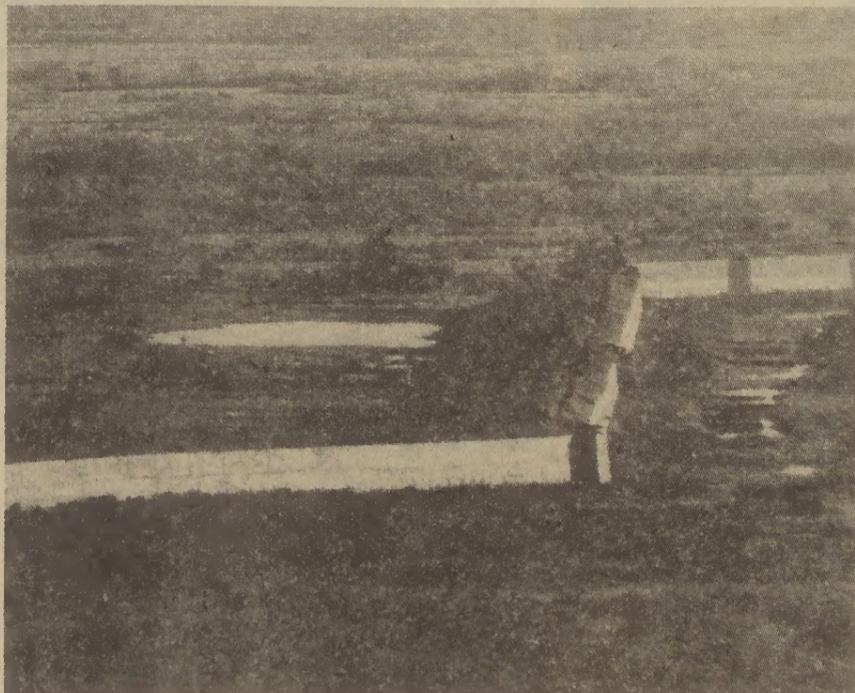
Nas Universidades a situação não é menos pavorosa. A média dos aproveitamentos não vai além de 33%, quando nas universidades inglesas e alemãs, por exemplo, oscila entre os 70 e 80 por cento.

Tudo isto mostra que a reforma agora anunciada «para daqui a 4 anos» não passa de mais uma medida demagógica. (...)

Sem uma reforma democrática da cultura tal como o Partido Comunista Português reclama, sem pôr fim à guerra colonial, desviando para a instrução e a cultura os milhões de contos nela despendidos, sem uma remuneração justa do professorado, não pode falar-se na solução dos problemas do ensino. Ao longo dos 38 anos do regime fascista, os salazaristas apenas têm agravado este problema. Por isso, só o derrubamento da ditadura fascista e a instauração de um regime democrático poderá abrir caminho também à solução do problema da cultura e do ensino em Portugal».

«Reforma do Ensino Primário ... para daqui a 4 anos!» - «Avante!», VI série, nº 344, Julho de 1964]

Coreia, uma passagem no muro



Desde o dia 15, está aberta uma passagem na linha de demarcação que divide a Coreia há 37 anos. A iniciativa partiu do governo da República Popular Democrática da Coreia, e foi anunciada, em Pyongyang, pelo Comité para a reunificação pacífica da pátria coreana.

Esta decisão foi tomada «para garantir com sucesso os contactos e as visitas entre o Norte e o Sul, apelando à parte sul-coreana para que tome» uma medida semelhante.

Entretanto, a Coreia do Sul aceitou formalmente a data proposta pela Coreia do Norte para retomar as conversações, interrompidas, em Fevereiro, como forma de protesto contra as manobras militares conjuntas dos EUA e da Coreia do Sul.

A divisão da Coreia é total desde 1953, quando do fim da guerra e do armistício que fixou a linha de demarcação ao longo do paralelo 38. Um muro de betão foi então construído pelas tropas de ocupação norte-americanas ao longo de toda a linha de demarcação.

Crónicas de Leandro Martins
enviado especial do «Avante!»

XXVIII Congresso do PCUS



Balanço positivo

○ 28.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética — assim continua a chamar-se, apesar de tentativas em contrário, largamente derrotadas — termina de modo positivo, com a aprovação de várias e importantes resoluções políticas e com a eleição dos seus dirigentes. Gorbachov conseguiu, como dissemos na semana passada, uma folgada maioria, contando embora com alguma oposição significativa. Para o cargo de secretário-geral adjunto foi eleito Ivasko, cuja votação reuniu 3109 votos, contra 1309. Uma maioria quase tão folgada quanto a de Gorbachov que interveio a seu favor quando da apresentação das candidaturas, apresentando-o, como um homem que «pode reunir pessoas, travar o diálogo e cooperar».

As emendas introduzidas aos Estatutos, que, ao deixarmos Moscovo e prolongados os trabalhos do Congresso, ainda não haviam sido com-

pletadas, transformaram o modo de eleição dos dirigentes. Tanto o secretário-geral como o adjunto são eleitos — já o foram — directamen-

te pelo Congresso e diferentes candidaturas, recordamos, foram apresentadas concorrendo ao lugar de secretário-geral. Ivasko, por sua vez, defrontou as candidaturas de Ligatchov e de Dudarev, reitor do Instituto Tecnológico de Leninegrado, que se apresentou a si próprio ao lugar, recebendo apenas 150 votos favoráveis e 4268 votos contra. Quanto a Ligatchov, recolheu 776 votos, enquanto que 3642 delegados se manifestaram contra a sua candidatura.

Iakovlev, Bakatine, Ianaiev, outros dos candidatos apresentados pelo Conselho das Delegações, retiraram as suas candidaturas a favor da proposta de Ivasko. Outras pro-

postas surgidas de entre os delegados também foram retiradas pelos propositos.

Uma eleição assegurada?

A eleição para o novo cargo de secretário-geral adjunto provocou grande especulação antes de realizar-se e de serem conhecidos os seus resultados.

Na véspera, Ivasko, que há tempos renunciara ao cargo de dirigente dos comunistas ucranianos — conservando-se no entanto no Bureau Político do PCUS — apresentou na sessão do Soviete Supremo da Ucrânia a sua demissão. O agora eleito segunda figura do PCUS parecia apostar num resultado favorável.

Chamado no fim da semana anterior pelo Soviete da sua República, juntamente com os 63 deputados que eram também delegados ao Congresso — o peso de membros do aparelho partidário e dos que acumulavam com a representação no aparelho do Estado era muito grande —, Ivasko declarou que a sua partida para Moscovo tinha sido concertada com os outros membros do Presidium do Soviete Supremo ucraniano e rejeitou as acusações de que a falta de quorum se havia verificado por estas ausências, quando o quorum necessário estava reunido em Kiev.

A candidatura de Ligatchov sofreu também alguma barragem da parte de alguns delegados. Foi colocada a questão da idade, e a necessidade de um rejuvenescimento do Partido, ao que o candidato, de 69 anos, responderia que a questão do rejuvenescimento era menos importante do que o Partido ser «máxista-leninista», livre de dogmas e estereótipos, um verdadeiro Partido revolucionário—.

Ligatchov, que apresentou a sua candidatura negando desacordos com Gorbachov nas questões políticas fundamentais, não viu a mesma receber grande apoio. Apesar de os delegados rejeitarem uma proposta que visava impedi-lo de levar a candidatura até ao fim.



XXVIII Congresso do PCUS

Balanço positivo

Congresso difícil

Muito crítico, amplamente democrático e extremamente complicado nos processos, este 28.º Congresso foi uma caixa de surpresas. Durante vários dias, que ultrapassaram afinal os dez previstos, e após as apreciações dos relatórios dos membros do Bureau Político, o debate das resoluções, as emendas aos estatutos, as votações e as eleições com as respectivas candidaturas, sucederam-se, numa ordem aparentemente caótica.

Boris Pugo, letão, engenheiro, nascido em 1937, foi eleito Presidente da Comissão Central de Controle. O Bureau Político, que surgirá completamente renovado e contará com cerca de 23 membros, tem já «cativos» pelo menos 15 lugares — os dos primeiros-secretários dos partidos comunistas das repúblicas. Os restantes membros serão eleitos pelo Comité Central, que virá a ter cerca de 400 membros, a sua eleição tem-se mostrado muito complexa e vivamente discutida pelos delegados. O Comité Central eleito designará de entre os seus membros o Secretariado, podendo alguns de-

les acumular funções no Bureau Político.

Quanto aos estatutos do Partido, há a assinalar também algumas ideias expostas por Gorbachov, na passada quinta-feira. O reeleito secretário-geral, que presidida à respectiva comissão, assinalou que os novos estatutos consagrariam o PCUS como «organização política que se fixa como objectivo, fundamentando-se nos valores humanos universais de toda a humanidade e sobre o ideal do comunismo, de criar no país um socialismo humano e democrático». A base social do Partido será «a classe operária, os camponeses, a intelectualidade e as outras camadas sociais afectas aos valores».

O centralismo democrático é também consagrado nos estatutos. A este propósito, Gorbachov afirmou que, fora decidido conservar essa expressão na proposta e não a rejeitar «pela simples razão de que durante longo tempo ter servido para camuflar o domínio da burocracia e uma vida partidária excessivamente organizada».

«Para que o Partido não evolua no sentido de se tornar num clube de discussão e para que não perca as suas capacidades de acção polí-

tica, é necessário que uma ampla democracia no seu seio esteja ligada ao centralismo e à disciplina».

Lettsine demite-se...

As principais teses da «Plataforma Democrática» foram rejeitadas ao longo do Congresso. Mudança de nome, rejeição do leninismo e do ideal comunista, transformação em partido parlamentar, despartidarização das forças armadas, liquidação dos bens do Partido, abandono do centralismo democrático, em todas as questões fundamentais os delegados que defenderam as posições dessa plataforma viram as suas propostas rejeitadas. Um delegado da «PD», que propusera uma resolução declarando que «o PCUS deve renunciar ao seu património ilegal», foi mal recebido, sendo-lhe lembrado que uma Resolução do Congresso decidira «lutar contra todas as tentativas de desacreditar o Partido».

Assim, durante os debates das candidaturas para o Comité Central,

lettsine não esperou mais: demitiu-se de membro do PCUS.

A justificação que forneceu à imprensa foi, pelo menos, curiosa. Ele, que havia prometido uma declaração no final do Congresso, antecipou-a para quinta-feira passada, quando já se previa, aliás, o prolongamento dos trabalhos. E afirma que se demite por pensar que, numa sociedade pluripartidária, um presidente deve ser apartidário... Ora, lettsine, já era há tempos Presidente do Soviete Supremo da Rússia. Não se demitira então. Esperou pelo Congresso e pelos seus resultados. E o resultado — havia uma proposta para a sua candidatura ao Comité Central — estava bem à vista...

Chostakovitvh, por seu lado, anunciou que a «Plataforma Democrática» sairá também do Partido, para criar um outro, de tipo parlamentar. Mas nem todos, nesta corrente, o seguiram. A maioria, segundo é afirmado por outros, ficará no PCUS.

Entretanto, várias resoluções foram sendo aprovadas. Não sem de-

bates, por vezes tensos e agitados. Numerosas emendas têm sido propostas. A «Declaração-Programa», por exemplo, que substituirá o Programa do PCUS — o qual será elaborado por uma Comissão designada pelo Congresso —, foi objecto de mais de 750 propostas de emenda, apenas 40 das quais foram introduzidas após debate.

Foi também aprovada uma importante Resolução «Sobre as direcções principais da política militar do Partido na etapa actual». Nela se afirma que «depois de analisar o estado e as perspectivas do desenvolvimento da situação militar e política, o Congresso declara que não se formaram ainda garantias da irreversibilidade das mudanças positivas; mantém-se o perigo militar para a URSS. Nestas condições, o cumprimento das obrigações constitucionais relacionadas com a defesa da pátria socialista, o reforço e a manutenção da capacidade defensiva e da segurança do país no nível da suficiência razoável e segura continuam a ser tarefas importantes do povo, do partido e do Estado».

Ao olhar para trás...

Volta a chover, no último dia da minha visita a Moscovo. Durante o Congresso, que vai terminar dentro em pouco, o sol esteve presente e ardia sobre a cidade, como se o calor dos debates o ajudasse. Terá voltado tudo a ser como dantes?, pergunto-me. É certo que voltei a acordar às 4 da manhã. Corvos e gralhas crocitam em algazarrá, misturando os seus gritos à chuva, no pequeno jardim em frente do hotel. Mas alguma coisa mudou? O avião ainda não se fez à pista, na viagem de regresso, e já me dou conta de que olho para trás. E temo que pouco tenha mudado significativamente. Talvez porque este Congresso a que assisti — com as dificuldades que já vos contei — não tenha conseguido, na minha opinião muito pessoal, abrir um caminho novo e seguro para resolver os graves problemas da sociedade soviética e, quanto ao próprio Partido, se tenha ficado pelo reconhecimento de que se encontra dividido, tendo sido possível um compromisso para continuar em frente, enquanto duas alas vão puxando, cada uma para seu lado, nos extremos.

Mas ambas — com as devidas variantes — olham para trás. Olhar para trás é uma atitude que tenho vindo a discernir, vendo e ouvindo, socorrendo-me do tal homem da rua e das informações desencontradas que obtenho. Face às dificuldades da vida, que se têm acentuado, e virando as costas à reafirmação de uma política que de novo se concede um prazo — agora o PCUS concede-se cerca de dois anos para ajustar medidas, trocar por miúdos as linhas programáticas e reequilibrar a situação, para depois arrancar em frente — não falta quem, na política ou na rua, volte os olhos em duas direcções aparentemente diversas. Estimam uns que o passado da URSS era melhor — um passado que vai até muito longe; julgam outros, pensando olhar o futuro, que a solução está no regresso ao capitalismo...

Por toda a parte, na cidade que deixo e que já recorro, e onde vim encontrar desarticulada a imagem que já tive dela — hoje até os muito officiosos carros pretos fazem ganchos de táxi e participam na desenfreada caça às divisas (chegam a levar, alguns táxis, dezenas de dólares para conduzir um turista ou um estudante ao aeroporto), se mostram sinais dessas duas maneiras de ver — olhando ambas para trás.

Há os que preferem uma das 20 lojas Mac'donald's, por exemplo, e aguentam horas na bicha por um hamburger, porque o que vem do capitalismo é que é bom. Há os que, ressuscitando, até nisso, o velho espírito grão-russo, invecivam aqueles que estão na bicha por um gelado ocidental, berrando que os russos são os melhores do mundo. Mas os quiosques soviéticos de gelados encontram-se fechados tantas vezes...

Há quem, aguentando a falta de cigarros e trocando por

meia dúzia de maços três horas de espera para fumar a marca «Do que houver», reclame contra a estatização «responsável pela desorganização da economia». «Se dessem as fábricas aos patrões, os trabalhadores trabalhavam e não havia estas faltas», ouvimos dizer. Que patrões? Não seria preciso inventá-los. Muitos dos que alinham politicamente nas reformas «radicais» devem estar a preparar o seu futuro. Com uma ajudinha estrangeira, talvez. A RFA não se fez rogada para engolir a RDA nem os capitalistas da Alemanha Ocidental se recusaram a dominar economicamente a República Democrática. Haverá crise e desemprego? Que importa? Quem a paga são os trabalhadores.

No meio disto, há os que lembram com saudade os tempos em que não havia — tantas — dificuldades de abastecimento. «Hoje», queixam-se-me, «nem se pode partir um prato numa zanga doméstica. Onde iríamos comprá-lo depois?» E os mais velhos começaram a dizer que o Brejnev não era assim tão mau. E, outros ainda, que dizem que o Stalin é que era bom!...

Enquanto se espera — quanto tempo? — por melhores dias, os que podem compram ouro, o mais que conseguirem, mesmo no contrabando. Outros contrabandeiaram ideias. As biblias — de contrabando! — chegaram em força (talvez Deus nos salve...), enquanto na televisão, os popes aparecem a toda a hora, recuperando certamente 70 anos perdidos.

O folclore do anticomunismo tem aqui cada vez mais o direito à cidadania. Passando pela célebre Rua Arbat, onde uns muito seródios hippies se juntam aos não menos seródios punks, de mistura com os bêbados de trazer por casa que acabam o dia deitados na valeta, os turistas têm ao seu dispor um caríssimo artesanato, e direito ao descabelado discurso «poético» de um anticomunista que, em verso, insulta Gorbachov, Rijkov e todos os outros. No meio da rua, um tipo de grande bigodaça vende fotografias antigas e melancólicas dos Romanovs, a última família dos czares, no meio de emblemas da organização reaccionária «Pamiat» (Memória).

Visão catastrófica? Gente sem esperança? Não. É que algumas esperanças depositam-se hoje no lugar errado. No parapsicólogo hipnotizador, que «cura através da televisão». Até os discos voadores começaram a «aterar» em território soviético e há também gente que «falou» com os homenzinhos verdes. A televisão e alguns jornais acorrem para recolher, pelo menos, alguns «depoimentos».

Olho para trás. Com algum cepticismo, é verdade. Mas com a esperança e o optimismo de quem já aprendeu de que nada se pode repetir da mesma forma. E a de que, na sua experiência, nas suas aspirações, os soviéticos hão-de encontrar forças de prosseguir o caminho que, apesar dos erros de percurso, encetaram no longínquo Outubro.



Alguns números

São 63 as nacionalidades representadas neste Congresso do PCUS, em que participam 4683 delegados.

Curiosamente, apenas 543 são operários e 255 são camponeses, na maior parte presidentes de Kolkhoses e Sovkhoses. O peso dos funcionários do Partido é enorme — mais de 40 por cento —, entre eles, 10 por cento são secretários de organizações de base do PCUS.

Esta disparidade levou o congresso a convidar 350 operários, que receberam «voto consultivo» e que, portanto, não podem decidir nada.

As mulheres — não há números precisos — contam-se pelos dedos. Os militares representam 6 por cento — entre membros das Forças Armadas, Ministério do Interior e KGB. Os jovens são cerca de 300. Os números divulgados são aproximações.

Total de delegados	4683
Operários	11,6%
Camponeses	5,4%
Dirigentes de empresas	17%
Funcionários do Partido	40%
Militares	6%

Composição etária

Menos de 30 anos	1,5%
De 31 a 40	25,1%
De 41 a 50	43,7%
De 51 a 60	26,8%
+ de 60	2,9%

Resolução

sobre o Relatório Político do CC do PCUS ao XXVIII Congresso e as tarefas do Partido

Depois de ouvir e discutir o Relatório Político do Comité Central do Partido, apresentado pelo secretário-geral do CC do PCUS, M.S. Gorbachov, o Congresso assinala que, no período entre os XXVII e XXVIII Congressos do Partido, se verificaram profundas transformações na vida da sociedade. O Comité Central do PCUS, o Bureau Político do CC, enquanto órgãos colectivos de direcção política, conduziram o Partido e todas as forças progressistas para a viragem revolucionária do país rumo ao humanismo, democracia e justiça social.

Supera-se o sistema totalitário estalinista que causou enormes prejuízos ao país, ao povo, ao Partido e ao próprio ideal socialista. Assiste-se à formação de uma sociedade de cidadãos livres, assente nos valores socialistas.

Transforma-se radicalmente toda a superestrutura política, consolida-se a verdadeira democracia com reforço dos direitos do homem, eleições livres e pluripartidarismo.

O estado supercentralizado transforma-se numa verdadeira união, assente na autodeterminação e unidade voluntária dos povos.

O diktat ideológico dá lugar à liberdade de pensamento, transparência e abertura informativa.

São desmanteladas as relações de produção monopolistas-estatais que alienavam as massas trabalhadoras da propriedade e dos resultados do seu trabalho.

Formam-se condições para a livre concorrência dos produtores socialistas.

Deste modo, as decisões do Partido, tomadas durante a **perestroika**, tornaram possíveis acções práticas no sentido de revitalizar o poder do povo, elaborar bases jurídicas do Estado democrático, formar o novo pensamento político e realizar a reforma económica. Tudo isto faz que milhões de pessoas se integrem na

vida política e contribui para a irreversibilidade da **perestroika**.

O Congresso salienta que o destino do Partido e as suas perspectivas históricas estão directamente relacionadas com a realização dos objectivos da **perestroika** e a melhoria da vida do povo. O Congresso manifesta-se pela renovação decidida do PCUS, pela renúncia ao dogmatismo, pelo desenvolvimento da arte do trabalho político de massas, de saber atrair, com a verdade e argumentos — e o que é mais importante ainda, com obras concretas —, as pessoas para a cooperação construtiva com outras forças sociopolíticas.

O Congresso declara que o PCUS é uma união voluntária de correligionários, continua a ser o partido de opção socialista e perspectiva comunista, traduzindo e defendendo, com a sua política, os interesses da classe operária, do campesinato, da intelectualidade e de todo o povo trabalhador. Tudo isto é inseparável da sua fidelidade aos valores universais e humanistas e à justiça social. A maior parte dos comunistas serviram e continuam a servir honestamente o povo. Não são responsáveis pelos crimes de Estaline e dos seus sequazes, pelos erros de direcção política cometidos nos anos de estagnação.

O Congresso manifesta-se contra o pensamento autoritário, a favor do desenvolvimento criativo da herança teórica de Marx, Engels e Lênine e da teoria socialista, pela análise profunda da experiência histórica do século XX, da actividade do próprio PCUS e das realizações do pensamento social universal.

O PCUS atribui significado prioritário à multiplicação da riqueza intelectual da sociedade que se traduz na ciência, na instrução e na cultura.

O Congresso condena decididamente os ataques contra a persona-

lidade de V.I. Lênine. É dever de cada comunista, de cada homem honesto defendê-lo, como político e pensador, das calúnias e difamações, assim como de honras pomposas e grande eloquência fútil.

O Congresso rejeita as tentativas de impor e cultivar na sociedade o anticomunismo, o anti-sovietismo e o extremismo sob o escudo da crítica das deformações do socialismo e das falhas do Partido, declarando a sua firme intenção de se opor, com todos os meios legais, às tentativas de coacção económica e política do Partido.

O PCUS é um partido de internacionalistas consequentes, sensível aos interesses nacionais, às necessidades e aos costumes, intransigente para com o nacionalismo, o chauvinismo, o racismo e todas as manifestações de ideologia reaccionária.

O Congresso considera como tarefa vital assegurar de facto o poder da massa dos militantes no PCUS, a possibilidade real de cada comunista participar na elaboração e realização da política do partido e a elevação radical do papel das organizações de base. A coesão ideológica e política do PCUS baseia-se nos princípios da autogestão das organizações do partido e de autonomia dos partidos comunistas das Repúblicas federadas no seio do PCUS.

O Congresso considera extremamente importante que as organizações do partido participem activamente no movimento operário e camponês que está a ressurgir no país.

No contexto do pluripartidarismo, o PCUS está disposto à competição aberta e à cooperação com outros partidos e movimentos, com base na lei, nomeadamente, nas eleições e na actividade parlamentar.

O Congresso reafirma que a política do PCUS de **perestroika** e renovação revolucionária corresponde aos interesses vitais do país.

No entanto, na sua realização, o CC do PCUS, o Bureau Político e o Secretariado do CC não consideraram devidamente as consequências económicas, sociais e morais das medidas concretas tomadas. A campanha antialcoólica, a organização das cooperativas, a passagem para a autogestão regional e a autonomia das empresas e uma série de outras grandes iniciativas têm sido concretizadas dum maneira não-sistemática, sem exame prévio aprofundado nas organizações do Partido. Este facto diminuiu os efeitos destas medidas necessárias e



importantes ou tornou-as mesmo contraproducentes.

As dificuldades e quebras de ritmo na realização prática da **perestroika** decorrem, antes do mais, da subestimação por parte do CC do PCUS das dificuldades da superação da herança do sistema burocrático directivo, do insatisfatório trabalho orgânico, ideológico e propagandístico para concretizar decisões tomadas, da inexistência em todos os escalões do Partido de experiência de trabalho nas novas condições.

Os relatórios dos membros e dos suplentes do Bureau Político e dos Secretários do CC do PCUS confirmaram que a actividade do Comité Central com vista à realização das decisões tomadas foi insuficiente. As comissões do CC do PCUS não se apoiaram devidamente no potencial intelectual do Partido e no espírito criativo das organizações partidárias.

Como resultado muitas tarefas colocadas pelo XXVII Congresso do PCUS e pela XIX Conferência Nacional do Partido não foram cumpridas, o que agravou a crise e a situação na sociedade e no Partido.

Não foi realizada a exigência do XXVII Congresso sobre a movimentação social da economia e a sua viragem para o Homem. A desintegração de facto do mercado de consumo, o agravamento das carências e a desvalorização do rublo aumentaram seriamente a tensão social e o justo descontentamento da população.

Agravaram-se os problemas socioeconómicos no campo.

O brusco enfraquecimento da disciplina estatal e laboral, aumento da criminalidade e da violência con-

duzindo a mortes e ao surgimento de refugiados, a corrupção, a especulação, o alcoolismo, a toxicodpendência e a degradação moral suscitam apreensões e complicam a situação política.

O estado precário da ciência, da instrução, da cultura e da saúde pública constituem um perigo para o presente e o futuro do país.

Muitas regiões do país — a zona de Chernobyl, da bacia do mar Aral, do rio Volga, a área de ensaios nucleares em Semipalatinsk, etc. — continuam em estado de desastre ecológico. As decisões respeitantes aos problemas ecológicos são realizadas de forma extremamente lenta. Estão a falhar os programas nacionais para liquidação das consequências dos terremotos na Arménia e em outras regiões do país.

O Congresso sublinha que a agudização das relações entre nacionalidades surpreendeu o Partido. Muitas vezes o CC não tomou a iniciativa na regularização dos conflitos, aceitando meias-tintas tomadas pelos organismos centrais e locais. Está atrasada a assinatura do novo Tratado da União. A integridade e a própria existência da URSS estão ameaçadas.

O XXVIII Congresso do PCUS condena as tendências separatistas como contrárias aos interesses dos povos. O Congresso lamenta a decisão nos Partidos Comunistas das repúblicas bálticas, o que levou à perda da sua influência decisiva no desenvolvimento da situação política.

O Congresso declara o seu apoio



Resolução

Em defesa dos direitos democráticos contra as perseguições aos comunistas

O PCUS reconhece a cada povo o direito de escolher por si próprio o sistema social e a maneira de viver. A democracia é incompatível com a humilhação da dignidade humana, com a criação de uma atmosfera de ódio e de vingança, com tentativas de, a vários pretextos, ilegalizar os partidos comunistas e os movimentos sociais de orientação socialista, como tais, e todos os seus membros e apoiantes. Não se pode transpor para eles a responsabilidade pelos actos dos regimes depostos pelo tempo.

Numa série de países da Europa Oriental, no processo das transformações ali em curso, foram atacadas milhares de pessoas honestas e sinceramente dedicadas às ideias do progresso. Elas são perseguidas pelas suas convicções, são discriminadas, são despedidas. Em volta das suas famílias cria-se uma situação insuportável, que leva, não raramente, a tragédias humanas.

O anticomunismo no passado deu origem a inúmeras tragédias e desgostos. Nas condições da sociedade civil proclamada, as perseguições por motivos políticos e o acossamento psicológico são inadmissíveis e suscitam um sentimento de amargura e protesto onde quer que tenham lugar - no estrangeiro, ou no nosso próprio país.

O Congresso expressa fraterna solidariedade para com os comunistas e todas as pessoas que são alvo de perseguições e terror moral, e apela a todas as forças democráticas para que defendam a honra e a dignidade e os direitos de cada pessoa. ■



XXVIII Congresso do PCUS

Resolução



No próximo número publicaremos extractos do Relatório Político do CC do PCUS apresentado ao XXVIII Congresso por Mikhail Gorbachov

às posições das organizações do Partido que defendem a opção socialista de desenvolvimento social. Exorta os comunistas da Lituânia, da Letónia e da Estónia a unirem-se em torno dos documentos programáticos do XXVIII Congresso do PCUS.

O Congresso assinala que a direcção do PCUS, ao dar um passo audaz para a renovação do Partido, não concretizou todas as possibilidades de sua transformação radical de partido de Estado em líder político. O CC do PCUS e os comités do Partido não conseguiram reestruturar o seu trabalho e mobilizar todo o potencial criativo das organizações partidárias.

O XXVIII Congresso do PCUS considera que o trabalho do Comité Central, do seu Bureau Político e do Secretariado do CC tem de ser radicalmente aperfeiçoado e a política de quadros renovada. O CC e o seu Bureau Político devem concentrar a sua actividade nas questões essenciais de garantir a unidade do PCUS e desenvolver a democracia no seio do Partido, consolidar a sociedade, alcançar a paz civil no país com meios políticos, elaborar e realizar medidas urgentes para arrancar o país da crise. São indispensáveis novas abordagens no trabalho junto das mulheres, da juventude e dos veteranos, a consideração da sua situação específica na sociedade e a integração completa destes grupos da população na vida partidária e nas estruturas sociais.

O Congresso encarrega o novo Comité Central do PCUS de prepa-

rar no prazo de três meses medidas práticas com vista a cumprir as decisões do Congresso e a realizar as propostas e observações críticas apresentadas pelos delegados.

Atendendo à complexa situação sociopolítica no país, recomenda que seja discutido nas reuniões do CC e da Comissão Central de Controlo do PCUS o momento actual, assim como os relatórios do Bureau Político e do Secretariado. Encarrega o CC do PCUS de examinar, no prazo de um ano, a questão da renovação do trabalho ideológico no Partido e reconhece ser necessária a reorganização de Academias das Ciências Sociais, do Instituto do Marxismo-Leninismo e do Instituto das Ciências Sociais junto ao CC do PCUS à luz das novas tarefas do Partido.

O Partido deve efectuar uma política socioeconómica firme e compreendida pelo povo. É necessário que o Partido faça a sua análise da situação e apresente as suas avaliações independentes com vista a sugerir à sociedade e aos órgãos públicos as vias para a saída da crise, para a estabilização da situação, e para a solução dos problemas da vida quotidiana.

O Congresso considera transgressão da democracia e da legalidade todos os actos tendentes a suprimir as organizações do Partido nos colectivos laborais e outras manifestações liquidacionistas.

O Congresso declara que é dever do PCUS concluir a reforma política e levar até ao fim a transmissão de todo o poder aos Sovietes.

Os comités do Partido têm de estabelecer contacto com novos Sovietes, contribuir para a sua consolidação enquanto órgãos de poder real e prestar um apoio eficaz aos operários e camponeses nas eleições. A posição construtiva dos deputados comunistas e das organizações do Partido deve favorecer a transição mais rápida possível dos Sovietes para o seu trabalho normal e válido.

O Congresso considera justa e necessária a introdução do instituto da presidência no sistema político do país. Realça ao mesmo tempo que não foi fixada em termos de lei nem a estrutura da articulação do presidente com o poder nas repúblicas e em todos os locais nem as formas de controlo da execução das directrizes do presidente.

O Congresso apoia a actividade internacional do Estado soviético na base da qual, em conformidade com as conclusões do XXVII Congresso e da XIX Conferência Nacional do Partido, estão a liberdade de opção, o equilíbrio de interesses, a igualdade e a não-ingerência, o respeito mútuo pela independência e soberania, a redução dos armamentos — sobretudo nucleares —, a democratização e a humanização das relações com base no respeito pelos direitos do Homem.

O Congresso assinala que a nova política externa da URSS, assente nos ditos princípios, contribuiu consideravelmente para a melhoria da situação internacional, a diminuição da ameaça de guerra, a evolução favorável no sentido da resolu-

ção dos problemas globais, a integração da economia no sistema económico mundial, acções articuladas na área ecológica, a cooperação na esfera espiritual, o alargamento dos contactos entre pessoas e deu início à redução do fardo das despesas militares. Isto cria condições externas favoráveis à solução das tarefas internas.

As mudanças positivas no cenário internacional não anulam as tarefas susceptíveis de garantir a firme segurança do país com base nos princípios da suficiência razoável. O Estado e o Partido devem ter permanentemente em vista os problemas relacionados com a política militar e a preocupação com os efectivos militares e as suas famílias.

O Congresso é favorável à ampliação e ao aprofundamento das relações internacionais do PCUS, realçando a importância dum cooperacão estreita com os partidos comunistas e operários e outras forças de esquerda, da procura de esferas de convergência de interesses

com um vasto espectro de partidos políticos e movimentos sociais.

A renovação radical do Partido exige igualmente a radical renovação profunda do seu Programa. O Congresso entende necessário criar uma comissão para preparação dum novo Programa do Partido e levar o seu projecto à discussão das organizações de base do Partido.

O PCUS propõe à sociedade e ao Partido um programa de acções para o período que agora se insere. Este Programa está exposto na Declaração Programática do Congresso «Para um socialismo humano e democrático» e nas resoluções concernentes aos problemas fulcrais do desenvolvimento do país.

O Congresso do Partido chama a atenção de todos os comunistas que trabalharão nos órgãos dirigentes do PCUS para a inadmissibilidade da repetição dos erros do passado que levaram o Partido e a sociedade à crise, o país à estagnação e ao poder autoritário e o socialismo à deformação.

O país atravessa tempos difíceis. Mais do que nunca, é imperativa a consolidação das forças democráticas. O PCUS propõe a todos os partidários da ideia socialista que se unam numa ampla coligação nos Sovietes, nas organizações e movimentos sociais, no trabalho quotidiano. Dispõe-se a dialogar em pé de igualdade defendendo tudo o que é construtivo em nome dos trabalhadores, da paz civil e da concórdia entre as nacionalidades.

«Pravda»: dificuldades e perspectivas

Como vai a imprensa? Como se comporta o «Pravda» na nova situação? Estas as perguntas que dirigimos a Iuri Vdovin, chefe da Secção Internacional/Países capitalistas, num vasto gabinete do belo edifício que ocupa o órgão do Comité Central do PCUS. Já visitara antes o jornal, em 1978, no edifício velho, de onde o «Pravda» se mudou no princípio dos anos oitenta. Mas não foi apenas nas instalações que o jornal mudou. Antes dirigido por Afanassiev, que há poucos anos se dedicou a tempo inteiro a tarefas científicas, o seu Director é agora Frolov, homem que esteve em evidência durante o Congresso, havendo quem vaticinasse a sua eleição para o cargo de secretário-geral adjunto, o que não se verificou. Mas é melhor darmos a palavra ao camarada Vdovin, que nos recebeu cordialmente, e se prestou a dar a sua opinião ao «Avante!» sobre a situação da imprensa em geral e a do «Pravda» em particular, num momento em que tanta coisa muda com rapidez:

«O «Pravda» ficou em situação muito difícil em relação a outros jornais», disse-nos, manifestando alguma preocupação. «A tiragem do jornal baixou nos últimos dois anos. Em 1987, a baixa foi de meio milhão de exemplares. No último ano desceu três milhões e meio...»

Quando lhe perguntamos as causas de uma descida tão significativa, diz não achar que fique a dever-se ao conteúdo do jornal. «Porque», afirma, «o «Pravda» foi o primeiro a iniciar a campanha pela purificação», publicando há anos um artigo assim intitulado, e que terá sido o sinal para outras publicações avançarem no mesmo sentido. No entanto, a explicação que nos dá é talvez contraditória:

«A perda de tiragem é um reflexo da perda de assinantes que abandonaram a política do Partido», es-

clarece. E socorre-se de alguns números: «Em 1985, a tiragem era de 11 milhões de exemplares, e os militantes do PCUS somavam 18 milhões — 7 milhões não o comprovam, portanto. Mas», precisa, «anteriormente a assinatura do «Pravda» era obrigatória para muitos militantes, por decisão de células e organizações do Partido...»

Entretanto, revela, «muitos não-militantes continuam a ser assinantes. Por outro lado, quando os assinantes tiveram a possibilidade de escolher e de lerem o que querem ler — começaram a voltar-se para outras publicações que», assinala, «estão a ter muito êxito. Muitos leitores começaram a ler na imprensa artigos sensacionalistas, que não havia antes. Mas havia grande apetite para esse tipo de artigos.»

E dá alguns exemplos: «A revista

Ogoniok, que antes tinha 300 a 400 mil exemplares por número, subiu para 4 milhões. Começou por publicar materiais revelando factos sobre o período do culto da personalidade de Stalin, artigos que apenas saíam no Ocidente. A revista Amizade dos Povos subiu também de tiragem, de 150 mil para 1 milhão e meio. Publicou o romance «Os Filhos de Arbat», de Ribakov. E não se pode esquecer que os leitores que assinam por exemplo Ogoniok, que custa 24 rublos por ano, pensam duas vezes antes de assinarem também o «Pravda», que custa 10,40 rublos por ano.»

A explicação do camarada Vdovin não aborda o modo como encara o «Pravda», hoje, numa situação de concorrência com outros órgãos, as formas de conseguir maior influência. Insistimos nisso.

«O «Pravda» tem hoje uma tiragem de 7 milhões de exemplares diários», explica. E mostra-se preocupado com a situação actual, afirmando que o mesmo acontece com os outros trabalhadores do jornal. Essa preocupação foi demonstrada ao novo Director, Frolov, a quem foi chamada a atenção para a necessidade de introduzir modificações no conteúdo e organização dos artigos.

«Começou-se este ano com uma folha de discussão sobre os problemas internos do Partido e foram, por exemplo, publicadas também as plataformas que divergem da orientação do PCUS — «Plataforma Democrática», «Plataforma Marxista», etc.»

«Numa rubrica da Secção Internacional, a «Terra da Gente», publicam-se hoje materiais de todo o tipo. Sob o título genérico de «Business Club», mostram-se as experiências do mundo capitalista, de empresas mistas, etc. E foram realizadas várias mesas-redondas, com gente de pontos de vista adversos, sobre os problemas do Partido e do país.»

«Estas medidas», considera, «não conseguiram fazer subir a tiragem, mas já foi possível travar a tendência para baixar e há mais interesse na leitura do «Pravda», concluiu.

«As medidas e mudanças operadas», admite, «ainda não são muito significativas. A situação do «Pravda» não é fácil». Mas Vdovin mostra-se confiante. Moderadamente.

Quanto à situação do jornal no meio de uma imprensa hoje agressiva do ponto de vista da batalha ideológica, comenta que esta, na sua opinião, se encontra enfraquecida, não apenas no «Pravda» como nos outros jornais. Antes, os artigos eram muito sectários. Hoje talvez de menos...

Falou-nos, neste breve encontro, de outras questões que são novas: a publicação, há cerca de um mês, de uma lei de imprensa. Significativamente não abordou esta lei do ponto de vista da responsabilidade legal do jornalista perante o público — embora ficássemos a saber que pode ser alvo de processo judicial se escrever inverdades ou calúnias —, mas deteve-se mais sobre os di-

reitos. Por exemplo, hoje, o jornalista pode negar-se a escrever um artigo se o seu conteúdo for contrário às suas convicções; e pode também negar a publicação de um artigo seu, se a chefia cortar partes que desnaturem o seu sentido.

Com outros problemas se debate o «Pravda», nomeadamente com o da falta de papel, neste país de imensas florestas que estão a ser, segundo me disseram, devastadas e não replantadas suficientemente, por incúria, enquanto o papel velho não é reciclado, mas simplesmente queimado!

Mas Vdovin não foi tão longe nesta apreciação. Destacou apenas a falta de papel no mercado. E, sublinhou, o jornal central do PCUS perde na concorrência. Sendo caro, o papel é porém acessível às edições de cooperativas, enquanto o «Pravda» depende de um orçamento rígido do Comité Central.

Assim, a promessa feita aos leitores de aumentar o número de páginas para 8, o que permitiria maior diversidade de temas, continua a ser de 6. Comidas, muitas vezes, por extensos discursos — agora já podem publicar-se apenas excertos, que continuam a ocupar muito espaço —, e documentos do PCUS.

Ao despedirmo-nos dos camaradas, cuja calorosa recepção nos comoveu, viemos com o sentimento de que, tendo ajudado de forma determinante ao arranque da Perestroika, o «Pravda» não ficou a beneficiar muito dela.

CDU denuncia «demagogia algarvia» do Governo

O PROTAL do clientelismo

No final do debate público organizado pela CCR sobre o Plano Regional de Ordenamento do Algarve — PROTAL — a Coordenadora Regional da CDU tornou pública a sua posição sobre a matéria, considerando que a aprovação de tal projecto configura «um precedente grave em relação à limitação da autonomia do Poder Local, pelo que deve ser redobrada a urgência do combate à política centralista do actual Governo, e torna necessário conjugar esforços de todos os sectores democráticos, no sentido de se darem passos concretos para instituir a Região Administrativa do Algarve».

«Antes do mais — pormenoriza o comunicado da CDU — continuamos a reafirmar a necessidade de dotar o Algarve de um Plano de Ordenamento, que discipline a ocupação do solo e perspetive o desenvolvimento da região no seu todo, no sentido de eliminar não só as assimetrias existentes, mas também dar combate às fortes distorções e dependências presentes na sua economia.

«Um Plano que, tal como por nós vem sendo desde há muito defendido, clarifique regras e objectivos que permita um desenvolvimento harmonioso de toda a região, assente no aproveitamento integrado de todos os seus recursos, que informe os Planos Directores Municipais, que surja como produto de um largo consenso através da participação e do contributo activo de todas as forças e sectores interessados no desenvolvimento do Algarve». E prossegue:

«Não estamos em presença desse objectivo. O PROTAL limita-se como já acentuámos e como a própria CCR já o afirmou, a definir o zonamento para uma pequena faixa do litoral, procurando sobretudo responder aos conflitos de interesse presentes entre o imobiliário e o sector turístico.

«Apoiado numa documentação desconexa, desarticulada e com níveis de aprofundamento dos problemas particularmente diferenciado,

omisso em relação a questões fundamentais, impostas por lei, como por exemplo o levantamento e classificação de todo o património histórico e cultural, a delimitação do domínio público hídrico e da reserva ecológica, superficial e contraditório na fundamentação das próprias acções apresentadas, sem qualquer perspectiva de coordenação com outras iniciativas do próprio Poder Central, em curso na região (Operações Integradas de Desenvolvimento, a Barlavento e Sotavento, Ria Formosa, Ria de Alvor, plano de obras públicas em curso ou anunciadas) o PROTAL da CCR é, no fundo, aquilo que já se antevia: um documento elaborado por uma equipa cujas competências técnicas se desconhecem, sob as ordens de um departamento do Poder Central, em conflito com a região e os seus representantes, procurando, a todo o custo, cumprir o mais diligentemente possível a política centralista do Governo do PSD, servindo clientelismos políticos que o apoiam e sustentam», acusa a CDU.

A escalada centralizadora

A Lei que institui os PROT's «representa uma perigosa escalada da política centralizadora empreendida pelo Governo do PSD». Todo o processo da sua implemen-



Há anos que o Algarve está à beira da rotura, devido à desenfreada pressão urbanística; o PROTAL não passa por aqui...

tação é da sua iniciativa e competência quer directa, quer através da acção das CCR's, remetendo os municípios para um simples e desvalorizado papel consultivo, invadindo as atribuições e competências dos seus órgãos, «centralizando toda a decisão em matérias de fundamental importância como as do desenvolvimento económico na área de cada autarquia, limitando e desvalorizando o direito das populações a participarem no ordenamento do seu território. Como já tínhamos afirmado — recorda a CDU — a CCR Algarve consegue para além disso, através da proposta de regulamentação do Plano, quer por aquilo que não faz,

quer pelo que avança em excesso, produzir um PROT ultracentralista, que lhe sirva de instrumento para administrar a região sem que para tal tenha sido sufragada». E a CDU do Algarve considera: «O debate público a que o Dec.-Lei 176-A/89 que institui os PROT's obriga, acaba de se realizar no Algarve.

Tal como se esperava, o debate efectuado revelou a impreparação geral para o realizar, dado o pouco tempo reservado à discussão e preparação do mesmo. Apesar disso é de extrema importância verificar que na maioria dos debates se levantaram fortes críticas ao que estava proposto, designadamente sobre as insuficiências e limi-

tações do PROTAL, o carácter centralista do mesmo e sobretudo quanto à necessidade da região ser dotada de um verdadeiro plano integrado de desenvolvimento».

«É portanto perfeitamente ilegítimo que membros do Governo antecipando-se às suas conclusões procurem desde já apresentar a aprovação do mesmo através de um largo consenso estabelecido.

«Tais declarações, associadas ao comportamento dos intervenientes em representação da CCR nas discussões realizadas, levanta desde já justas apreensões e fortes dúvidas acerca das reais conclusões que do mesmo venham a ser retiradas.

«Dadas as limitações evidentes em que o debate se produziu este não legitima ninguém para o utilizar como elemento de ampla consulta e muito menos para o invocar como factor de apoio a instrumento de qualquer consenso», sublinha a CDU.

É urgente a Região Administrativa

O Decreto-Lei que institui o PROT não prevê que o mesmo seja discutido, como deveria, nas Assembleias e Câmaras Municipais. A omissão não é produto do acaso. Está na linha de relegar para um plano secundário os órgãos que, legitimamente instituídos, se deveriam em primeiro lugar pronunciar sobre matérias da máxima importância no quadro da esfera das suas competências.

Por tudo isto, a CDU do Algarve considera «o debate realizado limitativo e insuficiente. Se se pretende efec-

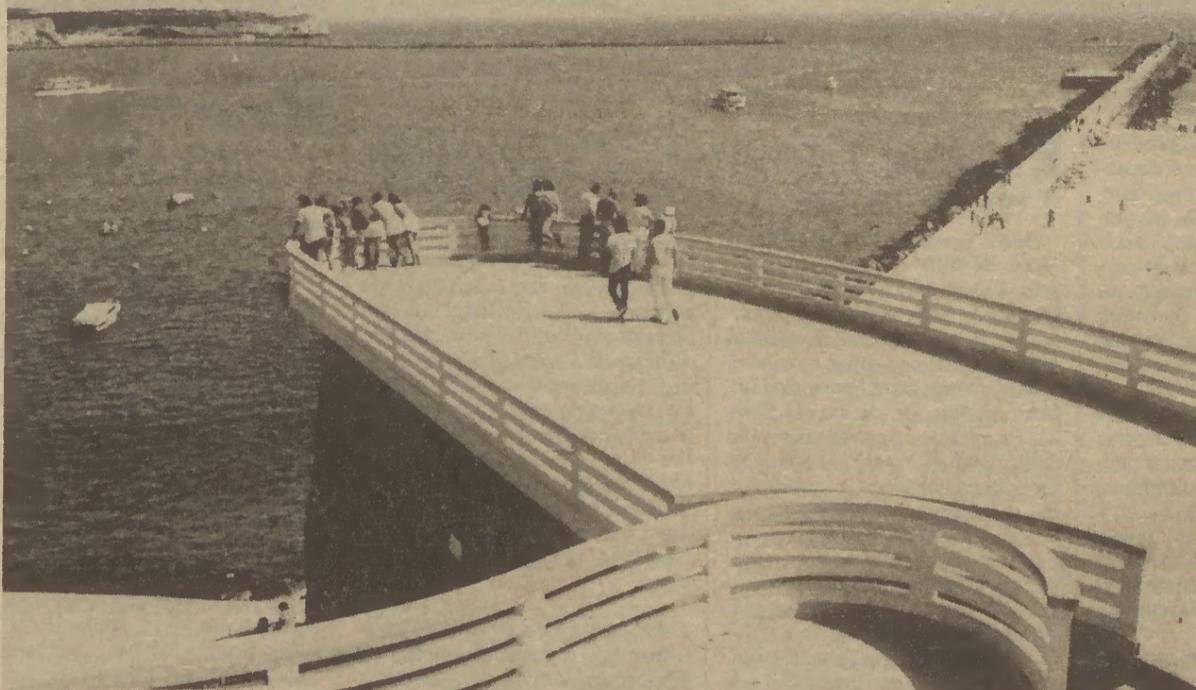
tuar uma consulta com alguma seriedade esta tem de se prolongar para o interior das Assembleias e Câmaras Municipais no sentido destas se pronunciarem clara e inequivocamente sobre o documento em discussão», acentua.

«Mais: que a seguir a tal consulta, seja igualmente ouvida a Assembleia Distrital de forma a que os órgãos representativos da região tenham uma palavra sobre tão importante questão».

Nesse sentido a Coordenadora Regional da CDU aprova todas as acções «que nesta direcção venham a ser empreendidas pelos eleitos nos diversos órgãos, tornando desde já clara a sua disponibilidade para concretizar tais iniciativas».

São particularmente importantes «as responsabilidades que neste quadro pesam sobre o PS já que este dispõe, como se sabe, a maioria em 12 das 16 Câmaras do Algarve», recorda a CDU.

Do processo em curso resalta a evidência da necessidade da criação urgente da Região Administrativa do Algarve, «única entidade com legitimidade democrática para elaborar verdadeiros Planos de Ordenamento e de Desenvolvimento Económico para a região, sem a qual todo o processo surgirá como um conjunto de medidas desgarradas, como é disso exemplo gritante o proposto PROTAL, apoiadas em processos centralistas, ao serviço de clientelismos de circunstância, ao arrefecimento dos verdadeiros interesses do Algarve, ao abrigo da impunidade de quem não está sujeito à fiscalização democrática que lhe é conferida pela responsabilidade de quem é eleito e tem de prestar contas a quem o elegeu», conclui a CDU do Algarve. ■



O turismo, principal receita algarvia, continua à espera duma política de fundo que proteja os interesses de todos, a começar pelos do Algarve e do País; mais uma vez a questão é perversamente iludida

Lei de Bases da família

Aperfeiçoar visões sobre uma realidade em mudança

Com a recente apresentação na AR de dois projectos de Lei de Bases da Família, um do CDS outro do PSD, importantes questões ligadas ao conceito de família e ao papel da mulher na sociedade voltaram a ser objecto de acesa polémica. Para falar sobre este tema convidámos Luísa Amorim e Odete Santos, deputadas na Assembleia da República, e Odete Crespo, actualmente doméstica. Da conversa mantida ficou o registo que publicamos de seguida.

Av! - Diz-se por vezes que Portugal é um país com uma legislação avançada no que respeita aos direitos das mulheres e à família. As propostas de Lei de Bases da Família apresentadas pelo PSD e pelo CDS visam de alguma maneira inverter esta situação?

Luísa Amorim (LA) - Portugal é de facto um país onde as mulheres alcançaram na legislação grandes conquistas. Isto deve-se em muito ao 25 de Abril que mais não fez do que reconhecer a luta das mulheres pelos seus direitos, travada antes da revolução. No entanto, o que se tem vindo a verificar é que, à medida que a democracia tem avançado, o não cumprimento da legislação passou a ser uma constante. As mulheres como o sector mais vulnerável da população foram as mais atingidas pela degradação das condições de vida e pela violação das leis. Isto hoje observa-se num direito fundamental como o direito ao trabalho e ao em-

placado em relação às mulheres, é mais explícita quanto aos seus objectivos. A política do Governo tem visado não cumprir as leis com carácter progressista e, como patenteia o presente projecto, as novas leis que elabora resumem-se a declarações de princípios, alguns dos quais já consagrados na legislação.

Av! - Contudo, não estará em causa, nestas propostas de lei, uma alteração quanto ao lugar que a família e, muito concretamente, a mulher ocupam na sociedade portuguesa?

LA - Bem, todos nós temos de encarar o facto da família ter vindo a evoluir ao longo dos tempos. Hoje não só temos uma família diferente da há 50 ou 60 anos atrás, como temos diversos tipos de família. Por isso uma Lei de Bases tem de ter um entendimento abrangente e amplo do conceito de família, vista cada vez mais como uma união livre de pes-

se cumpra uma igualdade de oportunidades e de tratamento entre homem e mulher, constatamos de imediato uma certa ambiguidade. Por exemplo, o projecto do CDS, se fala no planeamento familiar, não refere leis que até já foram aprovadas como a da educação sexual ou da interrupção voluntária da gravidez. Relativamente ao direito ao trabalho, embora admita o direito de opção, deixa na ambiguidade a responsabilidade do Estado em garantir a realização deste direito fundamental.

ficar em casa, desde que salvaguardadas as garantias de promoção profissional, antiguidade no emprego, vencimento, etc. Todavia, não é isso que está em causa, mas sim a o facto de se sublinhar, *especialmente a mãe*. Penso que se trata de um resquício do pelouro específico da mulher de tratar e educar os filhos. Esta é, em minha opinião, uma concepção retrógrada, aliás não a única. Outras há, designadamente através das associações de famílias, que se teoricamente podem funcionar

social se ter alterado, não obstante toda a filosofia oficial então vigente em relação à família.

Odete Crespo (OC) - Penso que essa alteração se observa sobretudo com o início da guerra colonial. A partida de milhares de homens para o ultramar levou a que, por razões económicas, a mulher fosse obrigada a sair de casa e corresponder assim a uma falta de mão-de-obra. Esta situação, quanto a mim, é ainda mais importante para a alteração do papel da mulher do que o fenómeno da emigração, verificado sensivelmente ao mesmo tempo, que, apesar de tudo, permitia uma assistência monetária à família. Em ambos os casos, contudo, a mulher passou a ser na prática o chefe de família.

Av! - Mas por que razão essa importante função social que a mulher passou a desempenhar está hoje a ser posta em causa por alguns sectores que defendem, nomeadamente, o seu regresso a casa?

OC - É de facto o que parece estar a acontecer. Ainda há pouco a Odete Santos referiu que o projecto do CDS coloca à mulher a opção do educador durante três anos, aliciando-a com a promessa de poder, caso assim escolha, regressar ao emprego após esse período. No entanto, é previsível que ao fim de três anos a grande maioria não voltará ao seu emprego, até porque com a introdução crescente das novas tecnologias haverá problemas de readaptação, correndo mesmo o risco de o seu local de trabalho ser entretanto suprimido.

Opção forçada

Actualmente sou doméstica, mas foi uma opção forçada, uma vez que foi motivada por razões de saúde e pelas condições péssimas de trabalho, onde nem sequer havia um salário mínimo e as pessoas ganhavam à produção. Neste momento é improvável que volte ao antigo local de trabalho. Sei que teria dificuldade em retomar a mesma profissão, até porque as máquinas são outras. Sinto que quando se fica em casa por um período prolongado se perde o contacto com a profissão, sendo depois muito difícil voltar à actividade.

LA - Podemos constatar um recrudescimento, não só em Portugal mas em toda a Europa, das associações de donas de casa e, contrariamente a uma filosofia recente que defendia abertamente o regresso da mulher a casa, hoje reconhece-se o valor do trabalho doméstico e a liberdade de



Luísa Amorim, médica e deputada do PCP na AR



Odete Crespo, doméstica



Odete Santos, advogada e deputada do PCP na AR

prego, em que a maioria das mulheres se encontra hoje na situação conhecida do trabalho atípico e precário. Isto lesa um dos direitos constitucionais fundamentais - o direito ao trabalho e à independência económica, suporte essencial para todo o processo de emancipação. Do mesmo modo, há outras leis que também não estão a ser cumpridas, como a da maternidade e paternidade, a lei da educação sexual e do planeamento familiar e a lei da interrupção voluntária da gravidez. O PCP usou, em Março, um dos seus direitos de agendamento exactamente para questionar o não cumprimento sistemático destas três leis.

Neste momento existem duas propostas de Lei de Bases da Família, uma do PSD, que não vem alterar nada à realidade das mulheres e apenas continua a política do PSD neste campo, e outra do CDS, que embora tenha aspectos perigo-

sos livres. A outra questão, prende-se com o papel da mulher e do homem na família. Já longe vai o tempo, no período do fascismo, em que havia um *chefe de família*. Actualmente há uma igualdade de direitos e deveres da mulher e do homem na família. Penso que a Lei de Bases tem de reconhecer essa igualdade de direitos e deveres, tal como tem de garantir aquilo que a Constituição já garante, ou seja, a promoção pelo Estado das condições necessárias para que homem e mulher se possam realizar na vida profissional e na vida familiar.

Av! - Os projectos em causa reconhecem a igualdade de direitos do homem e da mulher na família?

LA - Reconhecem teoricamente, mas quando há uma explicitação da responsabilidade do Estado na criação de condições para que de facto

Educador a tempo inteiro

Odete Santos (OS) - O projecto de Lei do CDS, refiro-me apenas a este já que a proposta do PSD não contém, de facto, mais do que enunciados gerais inócuos, apresenta soluções sobre questões concretas com aforamentos de princípios um tanto retrógrados. Nomeadamente em relação ao papel da mulher, o documento afirma que «serão progressivamente criadas condições favoráveis para que, a partir do nascimento dos filhos, um dos progenitores, especialmente a mãe, possa livremente escolher entre o exercício de uma actividade profissional fora de casa e o exercício em casa das funções de educadora a tempo completo». Ora nós aceitamos que um dos progenitores, até determinada idade da criança, possa escolher

como qualquer outra associação, encerram uma filosofia retrógrada que assenta na ideia de que a família é uma unidade legal, ou quase legal, que está para além dos direitos dos seus membros, que tem direitos e exige deveres, que é portanto uma entidade supra-individual. É em nome desta ideia de família, defendida ainda hoje nalgumas faculdades, que, por exemplo, se proibiu o divórcio, se discriminou, mesmo no aspecto sucessório, entre filhos nascidos dentro e fora do casamento, se condenou mais veementemente o adultério da mulher do que do homem, que se instituiu, afinal, uma hierarquia em que o homem era o chefe.

Av! - É contudo interessante verificar que o papel da mulher na sociedade está outra vez a ser discutido. Isto depois de, mesmo durante o fascismo, a sua função



um dos cônjuges a desempenhar as funções de educador a tempo completo. É claro que todos sabemos que culturalmente este papel cabe à mãe e será ela a ficar em casa. Assistimos neste sentido a uma promoção das associações de mulheres com esta nova filosofia, acenando-se mesmo com um hipotético subsídio, ou salário de educação, como se afirma no projecto do CDS. Isto pode ser a grande armadilha, preparada para o momento da livre circulação de capitais e pessoas, que tenderá, em países como o nosso, a desocupar a mão-de-obra feminina, já que devido à sua pouca qualificação terá mais dificuldade em competir no mercado de trabalho. É por isso previsível que o desemprego, especialmente feminino, aumente, e daí aparecer a tal opção de um dos elementos ficar em casa. Pretende-se desta forma resolver um problema social obrigando a mulher a regressar a casa.

Av! - É porém verdade que as sociedades modernas se defrontam com o problema da desagregação da família, de certa forma resultante da emancipação da mulher, da sua actividade, cujas consequências são conhecidas, designadamente, o envelhecimento da população.

OS - Penso que é uma questão importante e que deve ser ponderada. Todavia, se essa situação existe é apenas porque não são criadas as infra-estruturas sociais para que a mulher e o homem possam ter os filhos que desejam. O papel do voluntariado, referido no projecto do CDS, na satisfação dessas necessidades, nunca poderá por si só resolver este problema. Portanto, se se verifica um decréscimo demográfico, a responsabilidade cabe a quem está nos órgãos de poder e diminui as despesas públicas, dizendo que tem de haver menos Estado, em prejuízo da população e da satisfação das suas necessidades.

Mas voltando um pouco atrás, relativamente ao projecto do CDS, penso que mantém a visão de uma família como uma unidade económica, como se afirma logo na base segunda sobre os fins da família «nos planos moral, social, económico e cultural». Prefiro uma outra definição do Parlamento Europeu de 9 de Junho de 1983, que entende por família «uma unidade afectiva, educativa, cultural e social, utilizadora e consumidora de bens e serviços, que procura o desenvolvimento harmonioso e completo de todos os seus componentes, em especial da criança». Esta definição é muito mais adequada à realidade do nosso tempo, porque hoje a família não é a base da economia do Estado e da sociedade.

○ valor económico do trabalho doméstico

A este propósito surge a questão do valor económico do trabalho doméstico, acerca do que tenho uma visão muito pessoal. Na reforma do código civil em 1977 incluiu-se um artigo em que se reconhece o valor económico do trabalho doméstico, sem distinguir se é do homem ou da mulher. Hoje é um facto que o trabalho doméstico tem um valor económico, contudo entendo que a inclusão desta referência corresponde a uma concepção burguesa porque admite em última análise que

não é preciso exercer uma actividade profissional, e que as pessoas serão igualmente dignificadas se estiverem em casa. Isto corresponde ao incitamento a esse trabalho doméstico. Entendo que devemos organizar a sociedade de maneira a retirar ao trabalho em casa o seu valor económico. Isto é, em vez de cada família executar separadamente as suas tarefas domésticas o Estado deveria criar infra-estruturas que as reduzissem ao mínimo, o que permitiria libertar todos os membros do agregado familiar para actividades certamente bem mais interessantes.

Em relação à questão há pouco colocada de se voltar a discutir a função da mulher, penso que era fatal porque que este Estado, e o sistema capitalista, por mais liberal que seja, vê-se sempre confrontado com uma contradição. Se em termos de princípios é obrigado a proclamar todos os direitos da mulher, igual dignidade, direito ao trabalho, etc., por outro lado, o eterno jogo entre o desemprego e a inflação (que como aliás disse recentemente na televisão o ministro das Finanças, não podem ser contidos simultaneamente, se uma sobe, a outra baixa e vice-versa), leva a que em determinadas épocas seja preciso para a política de direita meter pessoas em casa, que normalmente são mulheres. A primeira-ministra inglesa dizia não há muitos anos que era preciso tirar as mulheres das estatísticas do desemprego, de tal modo as aumentavam. Também no nosso país se classificaram como domésticas mulheres que tinham estado empregadas, só para baixar as taxas de desemprego.

LA - Como acabou de ser dito, o trabalho doméstico tem um valor económico, porque permite a renovação e reprodução da força de trabalho. Só que esse valor tem de estar integrado no salário e na criação de infra-estruturas por parte do Estado precisamente para que cada trabalhador possa renovar e reproduzir a sua força de trabalho. Apesar disto, o que se tem tentado fazer é reduzir à família, e nomeadamente à mulher perto da família, a renovação e reprodução dessa força de trabalho, não lhe reconhecendo sequer valor económico. Ou seja não só não se criam as infra-estruturas como nem sequer se reconhece que o trabalho da mulher que é obrigada a ficar em casa, porque não lhe são dadas opções, é útil para a sociedade. Podemos colocar a seguinte questão se é mais útil numa sociedade do futuro que cada indivíduo faça a sua renovação ou reprodução da força de trabalho, ou seja a sociedade a assumi-lo. Eu penso que a sociedade não se pode demitir de criar as infra-estruturas mínimas essenciais para a protecção à criança, aos idosos, aos doentes, independente-

mente da mulher ou do homem poder optar por também ficar em casa. A grande questão que se pode levantar, numa fase transitória em que a sociedade ainda não criou as infra-estruturas de apoio ao trabalho doméstico, é saber quais são as responsabilidades do Estado em relação a esse indivíduo que fica em casa, não por opção, mas por obrigação. Muitas mulheres são hoje obrigadas a ficar em casa porque não têm infra-estruturas de apoio aos filhos, e vão sacrificar a sua vida ao serviço da sociedade e do Estado educando os filhos, garantindo à custa do seu trabalho gratuito a sobrevivência da família. Pergunto se nestes casos o Estado não tem responsabilidades para com essa mulher.

OS - Penso que as pessoas estão um pouco enganadas porque um Estado que não cria infra-estruturas não vai avançar com subsídios para essas mulheres.

OC - Concorde com isto, uma vez que neste momento não interessa ao Estado criar infra-estruturas que libertem a mulher do trabalho doméstico já que não lhes pode oferecer uma ocupação profissional.

Av! - A família poderá desaparecer caso sejam criadas as infra-estruturas de apoio ao trabalho doméstico?

OS - A família é evidente que não desaparece, mas ela não é uma realidade fechada, imutável. O que acontecerá é que deixará de ter a seu cargo tarefas cansativas e rotineiras para passar a ser um lugar de maior felicidade, vocacionado para o desenvolvimento afectivo, social, cultural dos seus membros. Já hoje verificamos que a família mudou bastante. O aumento das famílias monoparentais, que nada têm a ver com a familiar nuclear, demonstra que está ultrapassada a concepção fechada de família, formada por pai, mãe e filhos, cedendo lugar a uma realidade em constante mudança. O Mercado Único vai ser mais um elemento de mudança da realidade familiar, porque a livre circulação dos trabalhadores levará a que surja uma família com progenitores separados.

LA - Penso que a família não tende a acabar, mas como a Odete Santos disse, irá assumir formas diferentes, algumas delas são já hoje expressões minoritárias, e até de certo modo mal consentidas e mal aceites pela sociedade, mas que obrigarão pouco a pouco a uma evolução da família. Mas o importante é que a família liberta da escravatura do trabalho pesado doméstico, como já aqui foi dito, será essencialmente um espaço de liberdade, de criatividade, um espaço de encontro entre seres humanos livres, com todas as possi-

bilidades e potencialidades subjacentes ao núcleo que optem por ser sua base de família.

Av! - Hoje não dispomos dessas infra-estruturas e o que se observa é a desagregação e não o reforço da família.

OS - Concorde que se verifica a desagregação da família que nós conhecemos e que chamamos família nuclear. Mas se entendermos o termo desagregação como sinal de mudança da realidade, penso que não é negativo. Infelizmente o que observamos é que estas mudanças não têm correspondência numa política necessária para formar essa nova família.

Suporte ideológico

LA - A família tem ainda um aspecto extremamente importante que é o suporte ideológico, o qual tem sido bastante utilizado pela sociedade capitalista. É na família que se reproduzem e se renovam os valores da sociedade. Não é por acaso que a família é muito protegida nos sectores mais conservadores da sociedade, uma vez que é conhecido que nela se transmitem e se cimentam os princípios básicos ideológicos de suporte da sociedade. No Estado fascista a família era patriarcal, hierarquizada, em que havia sempre alguém que mandava noutro, o que reproduzia no fundo o modelo de sociedade em que havia sempre uma classe que era oprimida por outra classe, era a aprendizagem na família da estratificação social da sociedade.

Av! - Essa ideia continua presente nas actuais propostas de Lei de Bases da Família?

OS - O grande drama actual da direita é ver que, pela sua própria acção e pelas contradições do próprio capitalismo, desenvolve-se um novo relacionamento familiar. Apesar disso, é curioso que o projecto do CDS nem sequer fugiu ao uso do termo disciplina na família, também este um resquício de tempos antigos, porque efectivamente hoje a disciplina já não pode ser um elemento das relações familiares. Efectivamente, com o 25 de Abril desabrochou uma nova família, consequência das realidades sociais e do próprio Estado, que embora seja garante da classe exploradora, garante também a democracia e a igualdade entre as pessoas. O Direito tentou ajustar-se e nalguns casos até foi mais além do que as próprias realidades, por isso mesmo podemos gabar-nos de ter uma legislação progressista que infelizmente não é aplicada na prática.

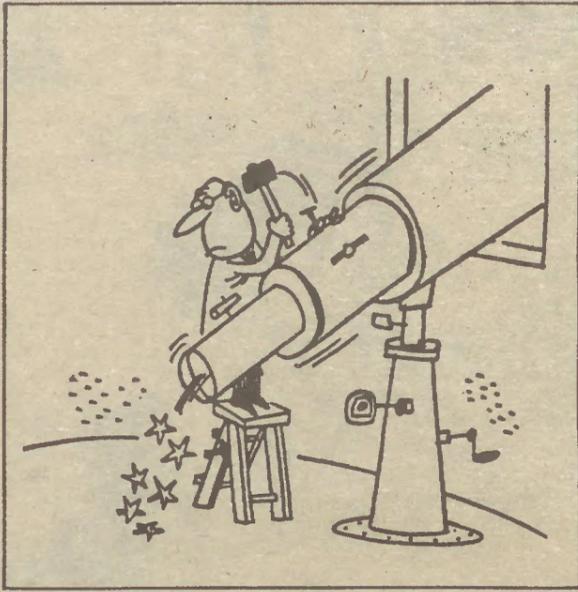
Propostas do PCP

Av! - Que iniciativas vão ser levadas a cabo pelo grupo parla-

mentar do PCP para a sua aplicação?

OS - Nós vamos apresentar na discussão na especialidade propostas de alteração aos projectos de Lei de Bases da Família. Fundamentalmente, embora ainda não estejam definidas na totalidade, as propostas que tencionamos levar ao Parlamento assentam em princípios contidos nos projectos que apresentámos já anteriormente na Assembleia da República. Concretamente entendemos que a Lei de Bases da Família deve consagrar a protecção às uniões de facto, de forma mais ampla do que a legislação actual, para o que temos um projecto de lei na Assembleia da República que a alarga às áreas da segurança social, da habitação, etc. Pensamos ainda que deve ser consagrada, nesta lei de bases a protecção dos filhos relativamente ao direito a alimentos, porque as pensões alimentares são hoje conseguidas dificilmente, quer devido ao desemprego dos pais, quer porque trabalham por conta própria.

Por isso o nosso projecto estabelece um princípio, com expressão aliás numa regulamentação do Conselho da Europa, que instituiu um sistema de adiantamento das pensões de alimentos sempre que haja dificuldade em obtê-las. Por outro lado, defendemos a concessão de um subsídio aos pais e mães só, com filhos a cargo, a criação de um sistema de informação jurídica à mãe solteira, bem como mecanismos que salvaguardem as mulheres contra a violência e que lhes garantam, em caso de violação ou agressão, uma recepção digna junto das esquadras da polícia o que hoje normalmente, não acontece. Prevemos também a criação de um serviço telefónico S.O.S junto da própria Procuradoria-Geral da República para atendimento de casos de mulheres maltratadas. Estas propostas, que foram entregues já há bastante tempo na Assembleia da República, surgiram na continuação doutros projectos aprovados e que nasceram de iniciativas legislativas do PCP, como é o caso das leis da educação sexual, interrupção voluntária da gravidez e do planeamento familiar, o projecto para garantir os direitos da mulher do inquilino, a qual era muitas vezes posta na rua apenas porque o marido entregava a chave ao senhorio. Hoje esta situação está defendida por uma Lei da República, assim como a questão do acompanhamento familiar à criança hospitalizada e à mulher em trabalho de parto. Penso que iremos ainda introduzir outras alterações nos projectos de Lei de Bases, para já retirando-lhes aquilo que consideramos como malfetorias e depois aperfeiçoando em termos de propostas a nossa visão sobre a realidade familiar.



Chicanas

Agora até as Regiões Autónomas querem afundar Cavaco Silva. A Comissão Política Regional do PSD/Açores considerou «uma provocação» a visita do dirigente máximo do PSD ao arquipélago, prevista para o próximo dia 27, a convite de Álvaro Monjardino, um social-democrata ex-ministro do governo de Mota Pinto que ultimamente tem acentuado as duas dissensões com Mota Amaral. À boa maneira caciqueira, as críticas à visita de Cavaco Silva surgiram inicialmente nos jornais de S. Miguel, em alguns casos por expressa indicação dos dirigentes PSD locais, que revelaram o conteúdo de vários editoriais antes da publicação.

Na Madeira a coisa fia ainda mais fino, com Alberto João Jardim a apoiar abertamente o deputado madeirense Jaime Ramos, do PSD, cujo acusou Cavaco Silva de «colonialista» (nem mais nem menos), pondo-se depois os dois a entoar o hino separatista.

No caso dos Açores a coisa prende-se com o suposto apoio do Primeiro-Ministro à «linha» rival de Mota Amaral no reino do PSD, enquanto na Madeira a zanga vem do facto de o Governo central não ter «perdoado» a dívida da Madeira nem ter levantado objecções a alguns capítulos do projecto de Estatuto Político-Administrativo. E assim vai o País, entregue a um partido que já pouco mais é que uma arena privada onde impera a chicana e o compadrio mais desbragado.

Pontos Cardeais

De vento em popa

Dezenas de membros do Solidariedade criaram agora o «Movimento de Cidadãos/Ação Democrática» com o objectivo de «fortalecer a democracia polaca» e combater o extremismo de que acusam Lech Walesa, nomeadamente por ambicionar a curto prazo a presidência da República e de estar «a desestabilizar o executivo». Recorde-se que o mandato do general Jaruzelski, eleito presidente da República em 1989, só expira em 1995, mas Lech Walesa já deu claramente a entender que deseja substituí-lo muito antes dessa data, fazendo letra morta daquilo que negociou com o antigo regime comunista. Como se vê, a democracia vai de vento em popa na Polónia.

Forças Armadas

O novo decreto-lei do Governo regulamentando as carreiras e as remunerações militares está a criar grande mal-estar no seio das Forças Armadas, com os oficiais oriundos da Academia Militar a chamarem a atenção para o

estrangulamento das suas carreiras e os sargentos a queixarem-se dos escassos aumentos que lhes coube, enquanto as altas chefias militares — os únicos verdadeiramente beneficiados — receberão chorudos ordenados na base deste novo sistema remuneratório. É lógico, da parte de um Governo que tem uma visão bombeiral das Forças Armadas do País — nomeadamente para as utilizar no apagamento de alguns «fogos» eleitorais.

«Caso a caso»

Elias da Costa, secretário de Estado das Finanças, anunciou que o Governo vai determinar os limites à participação do capital estrangeiro nas empresas a privatizar, em análises «caso a caso». E acrescentou que «os limites serão na proporção inversa à importância das empresas a serem privatizadas. Os estrangeiros poderão ter 10, 20, 30 ou 40 por cento». Portanto os limites serão os que... convierem aos senhores estrangeiros. «Caso a caso», evidentemente, que isto é um Governo de tratamento personalizado.

Gazetilha

por Ignotus Sum

Governo apoia

Em Portugal, 45 por cento dos desempregados têm menos de 25 anos. (dos jornais)

Eu bem dizia que a maior virtude de Cavaco, nesta altura crítica, era a sua política de apoio à juventude. Eu bem dizia num verso lúcido translúcido de simpatia. Eu bem dizia, em rasgos de poesia que a História literária há-de julgar. Eu bem dizia Só que ninguém me queria acreditar...

Rapotacho

Vai criar-se um Instituto de Promoção Externa de Portugal (dos jornais)

Promessa enfática: dar o combate à hidra burocrática. Uma comissão nova em gestação é a melhor prova de que o Chefe tem sempre razão.

Outro Instituto? Eu acho que é o melhor caminho. Venha lá mais um tacho pra ficar rapadinho...

(Ricos mesteres! Nas horas aguçadas já se cruzam as colheres como espadas...)

Telecomédia

A SONAE desistiu da candidatura a um canal de TV (dos jornais)

Foi candidata a SONAE a um canal TV. Agora, ai, a SONAE já não é. Diz-se até que o Belmiro de Azevedo está dentro do enredo desta telenovela e não quer mais perder tempo com ela...

Dos canais de TV marcados os destinos estarão: um para a Igreja é outro para o Balsemão...

Claro, manda a premissa de que as candidaturas hão-de ser tratadas com justiça. O que não quer dizer que não se saiba já quem é que as ganhará...

Se é geral a comédia porque faria excepções os média...

Calma!

Greves na CP, na Rodoviária e na ANA. Os trabalhadores mostram-se dispostos ao diálogo. (dos jornais)

O Governo não quer dialogar. Resultado: o país pode parar

Poesia tem gesto universal — o amor, o luar, a rosa. Mas o momento é excepcional. Vai mesmo em prosa:

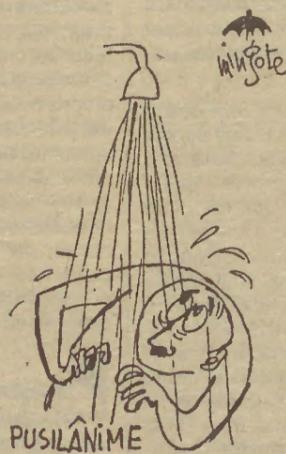
Se o Governo não se prepara para dialogar, tudo o que é roda pára.

A menos que os ministros sabichões se resolvam a pegar no serviço e guiem eles os comboios, autocarros, aviões...

Calma!, não façam isso!

Vocês bons, bons são a desgovernar... Mas a guiar...

O
HOMEM
E O
DUCHE



Agenda

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 865

19 de Julho de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Divulgar a Festa, vender a EP, participar nas jornadas de trabalho voluntário, no terreno — três tarefas de primeiro plano no âmbito da preparação do grande convívio do Portugal de Abril



Novo CT em Felgueiras

Para dar continuidade à recente inauguração do novo Centro de Trabalho do Partido, na Urbanização do Outeiro, a Comissão Concelhia promove no sábado à noite, a partir das 21.30, uma confraternização para que estão convidados todos os camaradas da cidade e os que porventura ali estejam a veranejar.

Café-concerto em Cascais

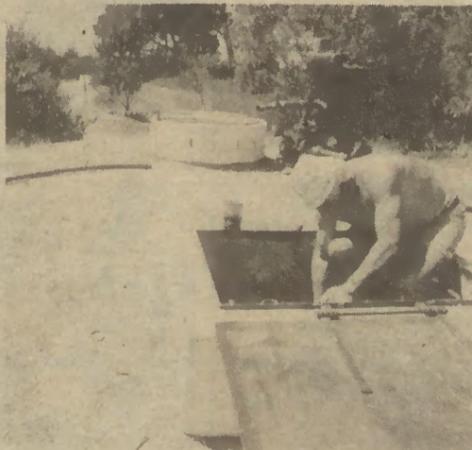
Por iniciativa da JCP realiza-se no sábado à noite, no Centro de Trabalho de Cascais, um convívio animado pelo grupo de música rock «Discípulos».

No programa está também prevista a realização de um debate sobre os problemas da juventude naquele concelho.

No 37.º Aniversário do Assalto ao Quartel de Moncada

Jantar de Amizade Portugal-Cuba

26 de Julho
Restaurante «A Valenciana»
Inscrições: Tel. 65 73 05



ANTOLOGIA

O MARIALVA



CLARO QUE
SOU PELA
JUSTIÇA!



POIS SE RTÉ
RIMA COM
"CASTIÇA"...

ZEP

ZEP (Portugal) in Vida Mundial de 17/10/1969

TV O Programa

Quinta

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez (inclui «Os Marretinhas»)



12.05 - A Gata Comeu (51º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Um Anjo na Terra (12º epis.)
14.20 - Pescadores - Caminha
14.40 - Tom Petty em Israel
15.25 - Casa de trene (57º epis.)
16.00 - Derrick (23º epis.)
17.00 - O Mundo Animal (15º epis.)
17.25 - Brinca Brincando
18.30 - Os Marretinhas (12º epis.)
19.00 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Roda de Fogo (19º epis.)
21.15 - Um Espião no Purgatório (8º epis.)
22.10 - Luta pela Democracia (1º epis.)
23.20 - Murphy Brown (15º epis.)
23.55 - 24 Horas
00.25 - Remate

RTP2

14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Espaço Infantil
15.00 - Filhos e Filhas (514º epis.)
15.25 - Agora, Escolha!
16.50 - Os Centuriões (15º epis.)
17.15 - Brincadeiras na Ópera
17.45 - Os Desafios da Lei (16º epis.)
18.35 - Meu Pé de Laranja Lima (151º epis.)
19.15 - Espaço Infantil
19.55 - Via Rápida
20.05 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco» (4º epis.)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Emoções (25º epis.)
21.55 - Hora da Verdade
22.55 - O Processo Franchise (série, 1º epis.)
23.25 - Universidade Aberta

Sexta

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - A Gata Comeu
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Gloss (12º epis.)
14.20 - O Mar e a Terra
14.45 - Bruce Willis - «The Return of Bruno»
15.40 - Casa de Irene
16.10 - Os Amores de Napoleão e Josefina (3º epis.)
17.00 - O Mundo Animal

17.25 - Juntos e ao Vivo
18.30 - Os Marretinhas
19.00 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Roda de Fogo



21.15 - Wolf (2º epis.)
22.15 - XIII Festival de Bandas Militares
22.50 - Primavera em Viena
23.45 - Chefe, Mas Pouco (23º epis.)
00.15 - 24 Horas
00.45 - Remate
01.00 - Pela Noite Dentro - «A Estrada do Amanhã», real. Robert Milligan (EUA/1978, 111 min.)

RTP2

14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Espaço Infantil
14.55 - Filhos e Filhas
15.30 - Agora, Escolha!
16.50 - Heróis (11º epis.)
17.15 - Aventura do Silêncio (3º epis.)
17.40 - Primeiro Andamento
18.10 - Zircus
18.35 - O Meu Pé de Laranja Lima
19.15 - Espaço Infantil
19.55 - Via Rápida
20.05 - As Cidades e as Terras
20.30 - Bucha e Estica (15º epis.)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - D. Beija (43º epis.)
23.00 - Rotações
24.00 - Haja Música

Sábado

RTP1

09.00 - TV Rural
09.25 - Meu Querido Sábado
13.00 - Notícias
13.10 - Yazz - «The Only Way is Up»
14.00 - Os Espectaculares Records Guinness
14.25 - O Barco do Amor (9º epis.)
15.20 - Vivamúsica
16.00 - Sessão da Tarde - «Amar de Novo», real. Alan J. Pakula (EUA/1979, 108 min.)
17.40 - XIII Festival de Bandas Militares
19.10 - Nem o Pai Morre Nem a Gente Almoça (2º epis.)
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.30 - Concerto «The Wall»
23.05 - Poirot (9º epis.)
00.05 - Cinema da Mela Noite - «Duas Plateias para a Morte», real. Sidney Lumet (GBr., 103 min.)

RTP2

09.00 - Universidade Aberta
10.15 - Caminhos
10.50 - Zona Jazz
11.40 - Um Lar para os Animais
12.30 - Documentário - «Os Caminhos de Compostela»
12.55 - Tauromaquia
13.20 - Cine-Sábado - «O Rei do Circo», real. Joseph Pevney, interpr. Jerry Lewis, Dean Martins (EUA/1954, 104 min.)
15.00 - Estádio
19.00 - Primeiro Jornal
21.20 - A Prova dos Novos
23.00 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»

Domingo

RTP1

09.00 - Domingão
11.30 - 70x7
12.00 - Missa
13.00 - Notícias
13.10 - Oito e Oitenta (5º progr.)
14.30 - Primeira Matinée - «As Mil Apoteoses de Ziegfield», real. Vincente Minnelli e outros (EUA/1946, 108 min.)
16.20 - Concurso 1, 2, 3
18.55 - McGyver (43º epis.)
20.00 - Jornal de Domingo
20.40 - Querido John (17º epis.)
21.20 - O Quinto Missil (2º epis.)
22.05 - Domingo Desportivo

RTP2

09.00 - Música n'América
10.00 - Troféu
13.00 - Espaço Infantil
14.20 - Novos Horizontes
14.45 - Troféu
19.00 - Primeiro Jornal
19.15 - Imagem e Imagens
19.40 - A Bela e o Monstro (15º epis.)
20.30 - Cineclube - «Diário de Um Pároco de Aldeia», real. Robert Bresson (França, 115 min.)
22.20 - Leituras
23.10 - Lusitânia Expresso

Segunda

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - A Gata Comeu
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Sete Filhos (2º epis.)
14.20 - A Água e a Vida (5º epis.)
14.45 - Alice Cooper - «The Nightmare Returns»
15.55 - Buck Rodgers no Séc. XXV (4º epis.)
17.00 - O Mundo Animal
17.25 - Brinca Brincando
18.30 - Os Marretinhas
19.00 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.15 - Roda de Fogo
21.15 - Jogos Sem Fronteiras



22.55 - História de Duas Cidades (série, 1º epis.)
24.00 - 24 Horas
00.30 - Remate

RTP2

14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Espaço Infantil
15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.50 - Fora de Horas
17.00 - Jogos da Amizade 1990
18.30 - O Meu Pé de Laranja Lima
19.05 - Espaço Infantil
19.55 - Via Rápida
20.05 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco» (série, 1º epis.)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Acerto de Contas
22.00 - Teatro - «Mãe Coragem e os Seus Filhos», de Bertolt Brecht, enc. João Lourenço, real. Nuno Teixeira

Terça

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - A Gata Comeu
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Dallas
14.15 - Rotas do Extremo Oriente (série, 1º epis.)
14.40 - Gary Moore: Emerald Aisles
16.05 - Pais e Filhos (4º epis.)
17.00 - O Mundo Animal
17.30 - Brinca Brincando
18.30 - Os Marretinhas
19.00 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal



20.15 - Roda de Fogo
21.15 - Clube dos Subscritores
21.45 - Primeira Página



22.50 - Saracen (2º epis.)
23.55 - 24 Horas
00.25 - Remate

RTP2

14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Espaço Infantil
14.50 - Filhos e Filhas
15.15 - Agora, Escolha!
16.35 - Os Novos Caça-Fantasma (35º epis.)
17.00 - Jogos da Amizade 1990
18.30 - O Meu Pé de Laranja Lima
19.05 - Espaço Infantil
20.05 - Ruas de S. Francisco
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Cinemazine
21.50 - Cinemadois - «Um Casamento», real. Robert Altman (EUA/1978, 120 min.)

Filmes

«A Estrada do Amanhã» - 6ª, 01.00, RTP-1
«O Rei do Circo» - sáb., 13.20, RTP-2
«Amar de Novo» - sáb., 16.00, RTP-1
«Duas Plateias para a Morte» - sáb., 00.05, RTP-1
«As Mil Apoteoses de Ziegfield» - dom., 14.30, RTP-1
«Diário de um Pároco de Aldeia» - dom., 20.30, RTP-2
«Um Casamento» - 3ª, 21.50, RTP-2
«Música pelo Caminho» - 4ª, 21.30, RTP-1

Teatro

«Mãe Coragem e os Seus Filhos» - 2ª, 22.00, RTP-2

Música

Quinta
14.40, RTP-1: Tom Petty
19.55, RTP-2: Via Rápida

Sexta

14.45, RTP-1: Bruce Willis
17.40, RTP-2: Primeiro Andamento
19.55, RTP-2: Via Rápida
24.00, RTP-2: Haja Música

Sábado

10.50, RTP-2: Zona Jazz
13.10, RTP-1: Yazz
17.40, RTP-1: XIII Festival de Bandas Militares
19.15, RTP-2: Canção de Coimbra Anos 80
20.30, RTP-1: «The Wall»

Domingo

09.00, RTP-2: Música n'América

Segunda

14.50, RTP-1: Alice Cooper
19.55, RTP-2: Via Rápida

Terça

14.40, RTP-1: Gary Moore
19.55, RTP-2: Via Rápida

Quarta

14.50, RTP-1: Meatloaf
19.55, RTP-2: Via Rápida
23.30, RTP-2: Manhattan Transfe.

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (00.25), 6ª (00.45), 2ª (24.00), 3ª (23.55), 4ª (00.30)
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.05
Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 14.45



19.05 - Espaço Infantil
19.55 - Via Rápida



20.05 - Ruas de S. Francisco
21.00 - Jornal das Nove



21.30 - Van Gogh (4º e últº epis.)
22.30 - Serviços Secretos Americanos (2º epis.)
23.30 - Manhattan Transfer

Teatro O Cartaz

LISBOA

Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a 6ª às 21.30. O Baile, encen. Heider Costa, pelo grupo A Barraca.

Comuna, Pr. de Espanha. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. Sala Nova - O Estrangeiro em Casa, de Richard Demarcy, encen. João Mota.

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. 6ª e sáb. às 22. O Regresso de Bucha e Estica, encen. Mário Viegas.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. Vitória! Vitória!, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. Os Meninos à Roda da Mamã, enc. Francisco Nicholson.

CASCAIS

Teatro Mirita Casimiro, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. às 16. Rei Lear, de Shakespeare, enc. Carlos Aviléz, pelo TEC

PORTO

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16 e 21.30. Anfitrião ou Jupiter e Alcmena, de António José da Silva, encen. Moura Pinheiro, produção conjunta Tear/Os Comediantes.

Coliseu. 3ª a 6ª às 21.45, sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e 21.30. A Severa.

Cinema

A selecção

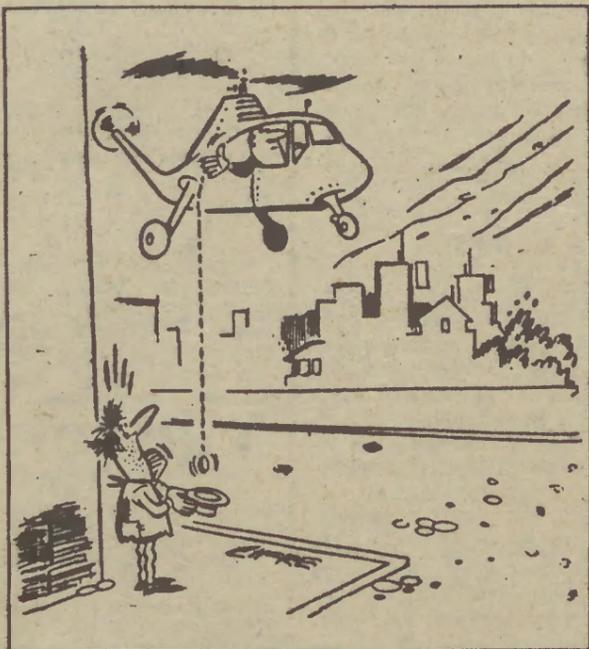
		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Ata-mel	—	★★	—	—
B	Coração Branco, Coração Negro	—	★★★★	★★★★	★★★★
C	Cookie	—	★★	—	★★
D	Na Corda Bamba	—	★★	—	—
E	Sonhos	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Pedro Almodovar — Amoreiras/9 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00); Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Quarteto/2 (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — Lisboa.
- B — Real. Clint Eastwood — Quarteto/1 (14.15, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. Susan Seidelman — Quarteto/3 (15.00, 16.45, 18.30, 20.15, 22.00, 24.00) — Lisboa.
- D — Real. John Badham — Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/1 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00); Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15); Império (15.30, 18.30, 21.30); Mundial (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
- E — Real. Akira Kurosawa — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Quarteto/2 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.

...e ainda

Música, debates, etc.



Festa de Teatro de Almada

Do extenso programa que foi o da VII Festa de Teatro de Almada estão por apresentar, hoje e amanhã, três espectáculos de teatro e um concerto.

O concerto - hoje às 21 horas na Incrível Almadense - tem a participação da Regie Sinfonia.

Quanto às representações teatrais: hoje ainda, às 22.30 no Palácio da Cerca, **A Castro**, de António Ferreira pelo Teatro Ibérico; amanhã, no Pátio do Prior do Crato, teatro de rua pelo **Colectivo Margem**, de Oviedo - às 21 horas - e, para encerramento do festival, às 22.30, **Amor a Quanto Obrigas**, texto de Gil Vicente.

cente adaptado por Virgílio Martinho, pela Companhia de Teatro de Almada.

Cinemateca Portuguesa

Para os cinéfilos lisboetas a alternativa ao "deserto de qualidade" que é, com a excepção da regra, a actual programação das salas de estreia, pode ser a Cinemateca, onde amanhã se presta homenagem a **Rex Harrison**, o grande actor inglês recentemente desaparecido. As 18.30 exhibe-se **O Fantasma Apaixonado**/1947, de Joseph L. Mankiewicz, e às 21.30 **My Fair Lady**/1964, de George Cukor - só o 2º legendado em português.

Entretanto, a partir de sábado e até ao fim do mês, a Cinemateca promove o ciclo **Tem-**

po do Mundo Português, referenciado à Exposição do Mundo Português - tema, aliás, do primeiro filme a exibir, realizado em 1941 por António Lopes Ribeiro, autor de outros títulos (incluídos no ciclo) que serviram à divulgação da política e da estética salazaristas dos anos 40.

Sessões diárias às 18.30 e às 21.30, e ao sábado também às 15.30, com o seguinte calendário: - sábado: «A Exposição do Mundo Português»; «Inauguração do Estádio Nacional»

e «A Morte do Eng. Duarte Pacheco»; «O Pai Tirano» - todos de António Lopes Ribeiro;

- 2ª: «Feitiço do Império»/1940, de A.L. Ribeiro; «Pátio das Cantigas»/1941, de Francisco Ribeiro; - 3ª: «O Cortejo Histórico de Lisboa»/1947 e «Lisboa de Hoje e de Amanhã»/1948, ambos de A.L. Ribeiro; «O Costa do Castelo»/1943, de Artur Duarte;

- 4ª: «Um Homem às Direitas»/1944, de Jorge Brum do Canto; «O Leão da Estrela»/1947, de Artur Duarte.

Festivais de música

Ute Lemper, uma cantora alemã que se vem notabilizando como intérprete de Weil-segundo-Brecht, apresenta-se amanhã, dia 20, às 21.30, no Teatro S. Luís com o espectáculo «Paris, Berlim & Hollywood», integralmente preenchido com canções de teatro de Kurt Weill.

É um espectáculo integrado no Festival dos Capuchos e realizado em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa.

O Festival da Costa do Estoril também transfere esta semana dois concertos para Lisboa: na Sé Patriarcal **José Manuel Azcue** interpreta nos dias 19 e 20 às 21.30 a obra integral de **Cesar Frank** para órgão. Entretanto volta à Igreja dos Salesianos, no

Estoril, para um concerto de música coral religiosa dos sécs. XV, XVII e XX pelo **Coeur des Enfants de Paris**. No dia 21 às 21.30. A **Kammermusik di Napoli**

Concerto de Verão no Tivoli

Está anunciado para amanhã, dia 20, às 21.30, um concerto de **nomina do Americana** - obras de Charles Ives, Bernstein, Copland, Blitzstein e John Adams - pela **Orquestra do Teatro Nacional de S. Carlos**.

Como se sabe, a orquestra do TNSC tem estado em luta - com greve às apresentações públicas - por melhores condições de trabalho e salariais, e alguns dos concertos desta série têm sido por isso cancelados. As suas reivindicações continuam por atender.

A realização destes Concertos de Verão do TNSC no Tivoli foi saudada, quando do seu anúncio, como iniciativa a prosseguir, tanto mais que, contrariamente ao que é habitual nas outras épocas do ano, no Verão a música «sai de Lisboa». Adesão activa a este projecto é agora manifestar solidariedade aos músicos do TNSC, que lutam pela própria sobrevivência da única orquestra sinfónica pública de Lisboa.

Exposições

LISBOA

Azulejos do Metro - mostra dos azulejos de autor que decoram as estações do Metro de Lisboa. Museu do Azulejo, Rua Madre de Deus, 4. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.

No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Setembro)

Clara d'Ovar - Tapeçaria. Voz do Operário, Rua da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14.30 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 21/7)

Colectiva - Pintura de Augusto Barros, Gracinda Candeias, Jean Miotte, Roland Bouvier, Tomás Mateus. Galeria Triângulo 48, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 28/7)

Colectiva de Arte Contemporânea. Galeria Miron, R. do Mirante, 14, r/c, Esq. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 31/7)

Colectiva de Gravura - gravuras e serigrafias de 150 autores. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.

Colectiva de Pintura («A natureza-morta é um revivalismo?»). Galeria Artebruta, Rua do Século, 104-114. De 2ª a 6ª das 10 às 13.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13.30.

Colectiva de Verão (pintura). Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 28/7)

Daniel Blaufuks - Fotografia. Ether, R. Rodrigo da Fonseca, 25. De 3ª a sáb. das 15 às 20 (até 30/7)

Evocação de Ivone Silva. Museu Nacional do Traje, Estrada do Lumiar, 10.

A Fotografia Actual em França («Escolha de 3 críticos»). Centro de Arte Moderna, Rua Nicolau Bettencourt, 4ª e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2ª). Até 14/8

Helena Moura - Pintura. Galeria João

Hogan, Rua da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14.30 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 21/7)

«O Jazz em França: dos anos vinte aos nossos dias» - fotodocumental. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 27/7)

Jochen Gerz - «Foto-textos 1988-90». Módulo, Calçada dos Mestres, 34-B. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 21/7)

Jovens Pintores - Concorrentes ao Prémio Soctip. Galeria Soctip, R. D. Estefânia, 195. De 2ª a 6ª das 10 às 20 (até 30/7)

Júlio Pomar - «Pomar/Brasil», pintura e desenho. Centro de Arte Moderna, Rua Nicolau Bettencourt, 4ª e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2ª). Até 19/7.

Luís Camacho - Pintura e escultura. Galeria Valentim de Carvalho, Palácio Alcáçovas, Rua Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a 6ª das 11 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19 (até 31/7)

«90 Anos de Arte Moderna Portuguesa» (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20.

Paulo Cardoso - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. 2ª das 15 às 19.30, 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.

Pedro Morais - Desenho e pintura. Livraria Barata, Av. Roma, 11-A. De 2ª a sáb. das 12 às 23 (até 11/8)

Pintura soviética no tempo da Perestroika - colectiva. Galeria Liberdade 190, Av. Liberdade, 190, s/c Esq. (prolongada até 20/7)

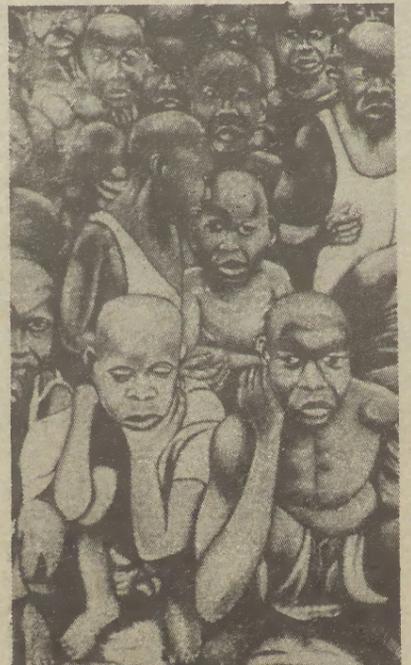
Rocha Mendes - Fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 27/7).

Rogério Ribeiro - Pintura recente. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-B.

Saldanha da Gama - Pintura e desenho. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c.

Um Século de Electricidade. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18).

Severin Muller -



Arte moçambicana na Coop. Árvore

Escultura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 20 (até 30/7)

Isabel Moniz - Pintura. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 26/7)

José Barrias - Esculturas e desenhos; **Cerâmicas dos Antigos Povos da Amazônia**. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30.

Pedro Tudela - Pintura. Galeria Atlântica, Rua Galeria Paris, 67. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30.

2ª a 6ª das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30 (até 30/7).

Manuel Cargaleiro - Pintura, desenho e azulejos. Galeria Municipal de Almada, Av. Nuno Álvares Pereira, 74-A. De 3ª a dom. das 15 às 22 (até 19/7) ALMADA

Ida Pompeira - Pintura e desenho. Galeria da Casa Museu dos Patudos, das 14 às 17.30 (até 12/8) ALPIARÇA

Pedro Chorão Ramalho - Pintura. Galeria de Colares, Rua Fria, 2 (até 22/7) COLARES

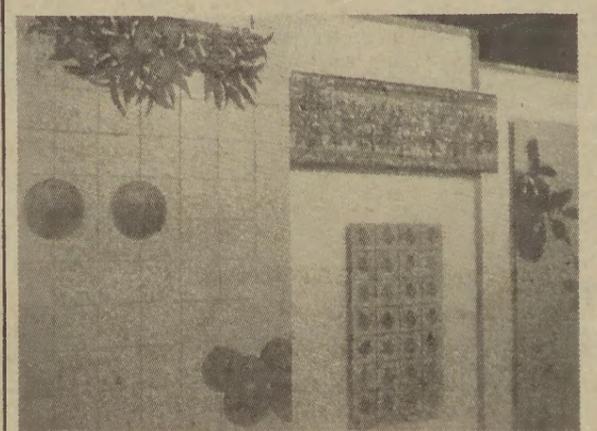
Henrique Pichel - Pintura. Galeria Múltiplo, Centro Comercial Solmar (até 27/7) ESPINHO

Jovens Artistas Portugueses - Colectiva de pintura, escultura e cerâmica. Galeria Arcada, Arcadas do Parque (até 30/7) ESTORIL

Fernando Carvalho - Pintura. Agora Sim, Rua Alvaro Luz, 19

3ª Bienal Internacional de Obidos - pintura. Até 2/9, OBIDOS

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ



Azulejos do Metro no Museu do Azulejo

PROGRAMA

ALMADA VELHA

VII FESTA DE TEATRO DE ALMADA

FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO

Quinta, 19, 21h. Incrível
Quinta, 19, 22.30h. P. Cerca
Sexta, 20, 21h. Pátio
Sexta, 20, 22.30h. P. Cerca

CONCERTO REGIE SINFONIA
A CASTRO. de António Ferreira
REDOBLANDO. teatro de rua
AMOR A QUANTO OBRIGAS

de Gil Vicente - Adaptação de Virgílio Martinho

TEATRO IBÉRICO
COLECTIVO MARGEM
C T DE ALMADA

Porto
Lisboa
Oviedo, Espanha
Almada

As representações têm lugar no PALACIO DA CERCA, INCRÍVEL ALMADENSE, TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA E PATIO DO PRIOR DO CRATO
Assinaturas e Bilhetes à venda no Teatro Municipal de Almada Tel. 275 21 75 • 275 65 67

Exposição documental do Homenageado da VII Festa - o cenógrafo **MÁRIO ALBERTO**
Exposições de Artes Plásticas. Animação de Rua. Feira de Artesanato

Tempo

Fim de Semana

Continuação do tempo quente.
Céu pouco nublado ou limpo.
Vento fraco, soprando moderado de Noroeste no litoral Oeste para a tarde.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

Sebastião come tudo

A informação na RTP está dividida em dois grandes e quase exclusivos sectores: o internacional e o oficial. É a velha história do *Sebastião come tudo, tudo tudo*. Apenas o Sebastião muda de nome...

Cada vez mais a televisão assume papel decisivo na estratégia eleitoral do governo e, logo, do PSD. Nunca é de mais repeti-lo. Desta vez, Cavaco Silva está mesmo resolvido a fazer passar a sua *mensagem*...

Para o que conta com os órgãos de informação diários e com os semanais, na RTP. Sim, porque os telejornais não lhe bastam. Onde quer que se fale, tem de se falar dele, da sua gente, dos seus gloriosos feitos. E não importa o tema - porque todo o tema pode servir de pretexto.

A droga, por exemplo. Talvez mais do que nenhum outro. Fala-se de droga e logo, por associação de ideias, fala-se do governo. Drogas pesadas, claro.

A droga está no genes?

O Rosto da Notícia dedicou toda aquela emissão à droga, sem grandes preocupações de originalidade. O que, aliás, seria bem difícil, tantos têm sido os programas dedicados ao assunto.

O maior motivo de interesse jornalístico, digamos, consistiu na presença de uma senhora de nome ressonante, a cuja porta a droga bateu duas vezes. Felizmente, porém, pode ter os filhos em recuperação numa clínica de Londres, pagando, para isso, mais de mil contos por mês.

A sua experiência (particularmente no que se refere ao contacto com as «Famílias Anónimas») foi seguida com muita atenção.

No entanto, algumas das suas observações mereciam tratamento adequado e não passar, como passaram, sem contestação. A senhora pensa que o vício da droga tem origem genética. Não pareceu inconveniente à responsável do programa que a afirmação ficasse pairando livremente.

Arlindo, o da Saúde

É mais do que evidente que nem todas as famílias no nosso país podem dispor de mil contos, todos os meses, para combater o mal.

Pelo contrário. A nível oficial, pode dizer-se que o esforço para a recuperação é meramente simbólico. No Centro de Recuperação de Coimbra, por exemplo, existem apenas 12 camas, ou seja, uma gota de água no oceano. Sector dedicado à desintoxicação, naquele Centro, existe. Mas não funciona por falta de verba...

Minutos depois virámos a ter a boa notícia de que a dita verba ia ser desbloqueada, o que, como é natural, provocou a alegria da responsável por aquele centro.

A notícia foi transmitida ainda no decorrer do programa e chegou até nós pela boca do dr. Arlindo de Carvalho, ministro da Saúde, cuja entrevista ocupou toda a segunda parte do programa.

Móveis Luís XVI

A entrevista foi um longo, longo e monocórdico discurso sobre a Saúde em Portugal. Tudo boas notícias. O Ministério ia contar com uma verba suplementar de 25 milhões de contos, a recuperação dos drogados ia conhecer novo impulso, o País disporia em breve de novos e modernos hospitais. Estejamos tranquilos, pois. O governo do prof. Cavaco Silva trata-nos exemplarmente da Saúde.

E não saímos disto. Os ministros nunca vão à televisão para discutir, para serem confrontados com análises divergentes da realidade. Eles vão lá a Luís XVI: para expor, para comunicar, para dar «boas» notícias - em suma, e falando mais chãmente, para fazer propaganda.

Assim não vale. Repito: assim é batota. Daqui à suspeita de que todos os programas nascem para servir o governo, vai um passo.

Disse a responsável do programa que era grande o calor no estúdio porque se avariava o ar condicionado. Engana-se. Na RTP o ar condicionado funciona lindamente.

Pode viver-se sem um ideal?

Afastemo-nos agora dos ministros e suas falácias para falarmos de coisas sérias.

Foi dito no programa mencionado que uma das principais causas do vício da droga assentava na ausência de incentivos oferecidos aos jovens.

Estes, disse-se, vivem numa sociedade que lhes não dá perspectivas, que, por um lado, os obriga a uma excessiva competição que, por sua vez, desemboca num beco sem saída...

Ou seja: aos jovens, a sociedade (leia-se o capitalismo) não apresenta um ideal por que valha a pena viver. De facto, a febre consumista mais não é de que um mecanismo de substituição da alma.

Só que os homens não podem viver sem um ideal - e se o capitalismo nada, a esse respeito, tem para oferecer, afinal onde está a justificação histórica dele?

Isto a propósito de uns senhores que andam para aí a engraxar a bota da besta...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Cultura de propaganda

Pedro Santana Lopes, investido na SEC depois de preenchidos outros vazios da sua carreira cultural, veio anunciar há dias um imaginativo plano para toda a área em que devia intervir aquela Secretaria de Estado. A cultura pode muito bem clamar por actos totalmente diferentes, mas isso que importa?

Outra nova era

«O volume do *dossier* distribuído à Imprensa e a arrojada multiplicidade das propostas, abrangendo todas as áreas possíveis e mais algumas inimagináveis (caso da Imaginação) não deixam margem para dúvidas. Trata-se do projecto do Empire State Building da cultura nacional.

35 páginas de projectos. «Tesouros da Coroa Portuguesa». Europalia. Presidência do Conselho das Comunidades Europeias. Animação nas regiões fronteiriças. Exposição de Sevilha. Lisboa capital europeia da cultura. Recuperação faseada das principais salas de teatro. «Teatro Novo». Impedimento sistemático da desafectação das salas de espectáculo.

Teatro D. Maria II. Recuperação Parque Mayer. «Verão da Nova Dança Portuguesa». Sociedade de capital de risco. Apoio à produção. Prémio Instituto Português de Cinema. Privatizar 26% da Tobis. Horários. Audiovisual. Novo Museu de Cinema. Novas Livrarias. Livros a preço fixo. Coleção pública de fotografias. Arte Equestre. Fado. Folclore e muito mais...

«Saudosismo quinhentista? Qual quê! Santana Lopes está convicto que inaugura uma nova era da cultura, aliás a Nova Era. Com maiúsculas no texto: «Seguros de quem somos, partamos para esta Nova Era. (...) Os anos 1990-1994 integram-se na década do Desenvolvimento Cultural, promovida pela UNESCO, e na Década das Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Serão anos de ouro para a Cultura Portuguesa.»

(«Semanário», 14 de Julho)

Aluações

«O secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, apresentou há dias os projectos do seu organismo até 1994.»

(...)

«Sem introduzir grandes novidades, o «Projecto SEC-90/94» promete intervir em alguns dos «buracos» da cultura portuguesa.»

«A série de medidas e acções culturais para os próximos quatro anos, anunciada por Santana Lopes, parece prenunciar uma radical viragem na política cultural portuguesa, nomeadamente no que se refere a iniciativas como a animação das zonas fronteiriças portuguesas, a terem lugar durante o período da feira de Sevilha. Uma maior agressividade que terá de ser correspondida com uma maior canalização de verbas. Lua Cheia.»

(«Sábado», 13 de Julho)

garantias de entidades interessadas no negócio.

Os resultados poderão, a prazo, não ser os melhores para o cinema português, mas Santana Lopes vai, decididamente, brilhar.

Enquanto o dinheiro proveniente da anunciada venda do património imobiliário da Tobis servirá, pelo menos, para financiar quatro ou cinco longas-metragens, alguns bancos e outras empresas privadas lucrarão, pelo prestígio e pelos descontos fiscais que a Lei do Mecenato garante, ao entrarem na anunciada sociedade de risco.

Os candidatos já existem. Segundo apurou «O Jornal», o Banif será um deles. Este banco pertence a Joe Berardo e a Horácio Roque, a quem Santana Lopes vendeu a sua participação no grupo PEI, proprietário da «Sábado», do «Diário Popular», do «Record», da RadioGest e do ex-«Liberal». Confessando que, em matéria de declarações, tem aprendido com os políticos, Horácio Roque comentou a «O Jornal»: «Não confirmo nem desminto.» Além do Banif, outro banco já candidato poderá ser o BPA.

Santana Lopes confessa que já ouvira falar em instituições bancárias interessadas nas fitas, mesmo antes de ir para a SEC. E agora que é secretário de Estado pode tornar-se o principal protagonista da acção.»

(«O Jornal», 13 de Julho)

À espera

«A Secretaria de Estado da Cultura e o Instituto Português de Cinema continuam sem responder aos repetidos pedidos de concessão do subsídio, garantido já em 1989 ao Festival Internacional de Cinema do Porto (Fantasporto), cuja 10.ª edição se realizou em Fevereiro deste ano.

Cerca de dois mil contos é a quantia que está em falta para a edição de 1990. Esta verba aproxima-se das que haviam sido afectadas aos festivais de cinema da Figueira da Foz e de Tróia, que, realizado no passado mês de Junho, já recebeu, entretanto, o subsídio do IPC.

Fontes da Cooperativa Cinema Novo, a entidade responsável do Fantasporto, disseram ao «JL» que o atraso na concessão dessa verba e a ausência de resposta do IPC e da SEC vem, ainda, juntar-se à anulação do patrocínio integral para o festival que a empresa cervejeira Unicer resolveu conceder de novo em 1991, depois de já o ter feito este ano, ao abrigo da Lei do Mecenato.»

(«Jornal de Letras», 17 de Julho)

Damas

CCLXII — 19 de Julho de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 262

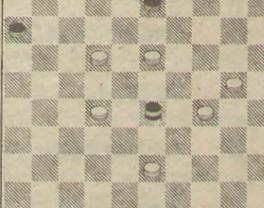
Por MICHEL SABATER (Fr.)

«La Marseillaise» 18.X.1978

(Composição n.º 6281)

Pr.: [5]: 8-9-13-16-33)

Br.: [6]: 22-23-30-32-34-43



Branças jogam e ganham

GOLPE N.º 262

Por JACQUES HAUCHARD (Fr.)

«Le Havre-Press», 20.VII.1978

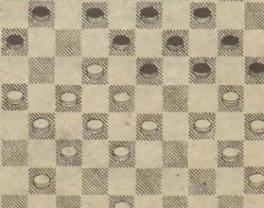
(Composição n.º 2800)

Pr.: [16]: 3-4-8-9-10-11-12-13-14-

16-18-19-20-23-24-25

Br.: [16]: 22-26-27-28-30-31-32-

33-34-35-37-38-40-41-45-48



Pretas jogam e ganham

Soluções do N.º CCLXII

N.º 262 (M.S.): 30-24 (33x17...)

A,32-28 (...17x19), 23x12 (13-18),

12x23 (16-21), 23-19 (21-27), 19-

14 (27-32), 14-10 (32-37), 10-

5=D (37-42), 43-38 (42x33), 5-32

e 32-49+

A Se: (33x20), 34-29

(...20x18), 23x14 (13-19) 14x23

(16-21), 23-19...+

Golpe N.º 262 (J.H.): (23-29),

34x23 (25x34), 40x29 (20-25),

29x20 (18x29), 33x24 (19x30),

35x24 (16-21), 27x18 (8-12),

18x7 (13-19), 24x13 (9x47=D),

20x9 (47x2) +.

A. de M.M.

Xadrez

CCLXII — 19 de Julho de 1990

Proposição n.º 262/A

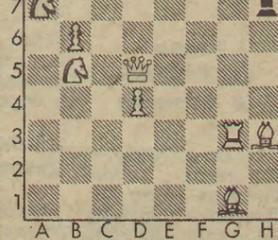
Por: F. D. Mac Queen

«Melbourne Leader», 1934

Pr.: [2]: Th7-Rb8

Br.: [10] Ps. b6, d4-Cs.a7,

b5-Bs.g1,h3-Ts.g3,h8-Dd5-Ré8



Mate em 2 lances

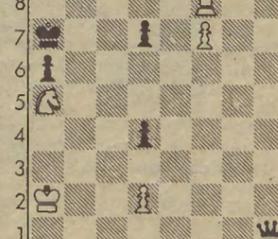
Proposição n.º 262/B

Por: A. A. Troitski

«Schachmatny», 1901

Pr.: [5]: Ps. a6,d4,d7-Dh1-Ra7

Br.: [5]: Ps.d2,f7-Ca5-Tf8-Ra2



Branças jogam e ganham

Soluções do n.º CCLXII

N.º 262/A (F.D.M.Q.): Chave:

1. Bg1 Bh2!

1. Th8+; 2. Tg8++

1. Th6; 2. Tg6++

1. Th5; 2. Tg5++

1. Th4; 2. Tg4++

1. Th3; 2. Th3++

1. Tg7; 2. Tg7++

1. Tf7; 2. Rf7++

1. Te7+; 2. Re7++

1. Td7; 2. Rd7++

1. Tc7; 2. bc7++

1. Tb7; 2. Dd8++

1. Ta7; 2. ba7++

N.º 262/B (A.A.T.): 1. Tb8!

Dd5+; 2. Rb2! Df7; 3. Tb7+, Ra8; 4. Cc5 e G.

A. de M.M.

para os filhos dos homens
que nunca foram meninos

ESTEIRO

Soeiro Pereira Gomes

Uma das mais importantes obras
do neo-realismo

Agora em 4ª. edição, com introdução
de Isabel Pires de Lima

Um livro indispensável na sua biblioteca

❧ A ESPANTOSA AVENTURA DO REPÓRTER HENRIQUE CUSTÓDIO E DOS SEUS FILHOS NA GRANDE VIAGEM TERRESTRE E FLUVIAL QUE FIZERAM A ATALAIA E REGRESSO. NARRADA PELO PRÓPRIO PARA SER DISTRIBUÍDA EM TODO O PAÍS E ESPECIALMENTE DEDICADA AOS MILHÕES DE PORTUGUESES QUE IRÃO À FESTA QUE A GAZETA “AVANTE!” VAI REALIZAR NAQUELAS TERRAS. IMPRESSA EM LISBOA EM JULHO DE MCMXC. ❧

Em 1896, já lá vão 94 anos, o maluco do director do «New York Herald» virou-se para o não menos doido John Rowland, jornalista mais tarde celebrizado com o nome de Sir Henry Morton Stanley, e disse-lhe mais ou menos assim: «Há três anos que não se sabe nada de David Livingstone; há quem diga que morreu, por isso vai lá à África Equatorial e averigua o que se passa.» Ele foi e ao descobri-lo meses depois, inglesíssimo e rodeado de negros numa recôndita aldeia africana, interpelá-lo-ia com a celebérrima pergunta «Dr. Livingstone, I presume?!...». Nascia assim, deste episódio lendário, não apenas a grande reportagem como a época de ouro do jornalismo romântico e aventureiro.

Muita água correu sob as pontes e o jornalismo, hoje em dia, consegue pôr uma notícia a dar a volta ao mundo em menos tempo que Sir Stanley demorava a acender o cachimbo. Neste quotidiano de «fax», «ships» e pipilares gravitacionais foi-se a aventura da descoberta e ficou a angústia da investigação, concretizou-se o sonho da última hora e perdeu-se o prazer do tempo. Por isso há quem julgue que o jornalismo romântico está morto e enterrado, juntamente com a época das grandes aventuras e descobertas.

Ora se pensam isso é porque não conhecem o meu chefe de Redacção que, se não dirige o «New York Herald», tal deriva simplesmente de um atraso de 100 anos no seu nascimento — mas lá que é pelo menos tão doido como o outro, disso escusam de duvidar. Imaginem que se virou uma tarde destas para mim, o infeliz em epígrafe, e sem mais aquelas disparou: «Amanhã pegas nos teus filhos e vais à Atalaia; como o terreno é novo, anda por lá o mistério de se saber como as famílias vão chegar à Festa; leva a tua e descobre.»

Posto isto, despejou-me em cima a tralha toda que adiante ele próprio ilustra e descreve (eles fazem sempre questão em que não nos falte nada quando nos enfiam na toca do lobo...) e lá fui eu de escantilhão para a Atalaia com três dos meus quatro descendentes (o mais velho teve a sorte de estar longe, em férias). É verdade que não sou o Stanley mas tal não me impede de também ter os meus brios, pelo que aqui vos apresento o relato da expedição: não há cataratas mas tem barcos, não apareceram leões mas não faltaram caranguejos, não enfrentei despenhadeiros mas enfiei os filhos em buracos maiores que eles, não participámos em banquetes tribais mas abancámos numa rica esplanada com vista para uma bifalhada e o mais belo rio do mundo. A rapaziada gozou à brava, eu descobri o mistério de se saber como as famílias devem chegar à próxima Festa do «Avante!» (é de barco, meus amigos, é de barco!) e... que diabo! A Quinta da Atalaia também não é propriamente a África Equatorial! É melhor. *I presume!*

H.C.

I

A Partida

Às sete da manhã fiz saltar toda a gente da cama e a expedição começou aí, com o Alexandre, que ainda tem cinco anos, a empurrar o João, que tem 10, em frente ao lavatório da casa de banho e a discutir a prioridade em lavar os dentes, dado que qualquer deles executa tal operação só quando o adulto passa da recomendação à citação formal, era óbvio que estava em presença de dois convictos expedicionários; quando à Elsa, reagiu como de costume evoluindo dum sono ronronado para um desenrolar felino, mulherzinha de 16 anos a acordar como quem não quer a coisa. Às 8.30 já estávamos a pôr gasolina, o que é notável para quem teve de galgar quatro banhos e quatro pequenos-almoços ao serviço de um adulto e três menores, com algumas discussões pelo

meio envolvendo opções decisivas, como o número de bolas a levar ou se uns carrinhos «juck-box» não deviam constar da bagagem. Constataram mas ficaram na mala do carro, evidentemente.

Rumámos para a Ponte 25 de Abril, coisa resolvida num quarto de hora; dos acessos à portagem demorámos o dobro e quase outro tanto para nos desvençilharmos do trânsito de Almada e Cacilhas, o que adensou de imediato o mistério que ali me levava, cujo era o de saber como vão as famílias chegar à Festa. Nessa altura desconfiei que só a pé, isto apesar de ter conseguido chegar de carro em pouco mais de uma hora, o que não é nada; mas também não ia ali mais ninguém para a Festa...

II

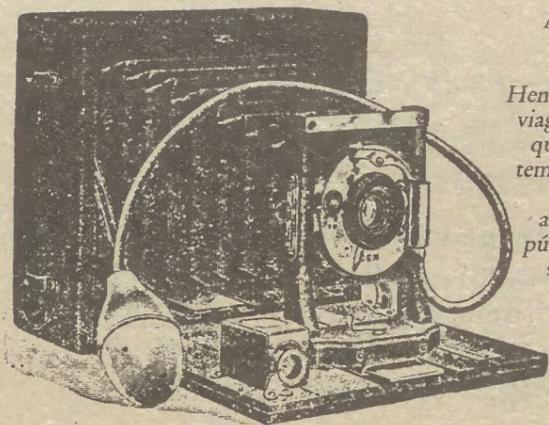
A Chegada



Chegada da expedição à Atalaia

Ao entrarmos na Quinta os meus expedicionários acharam que tinha começado a prova e chegara, portanto, a altura de uma atitude emancipadora face às regras paternas, pelo que se esticaram todos para fora das janelas; não reagi porque não sou menos que o Indiana Jones, que conquista a liberdade na acção, limitando-me, por isso, a abrandar o carro, não fosse algum cair sem uma liana a jeito para se agarrar.

Como a Elsa fazia a sua estreia absoluta na visita ao terreno, os dois infantes desataram numa algaraviada ao desafio mal puseram pé em terra, tentando cada um arrastar a irmã para um fundamentado ciceroneamento; com a sabedoria que dá a idade larguei as bolas no chão, o que pôs logo o João, que tem a mania que é futebolista, a trocar a disputa por uns toquinhos de habilidade enquanto o Alexandre se desinteressava do caso para inspeccionar a arca dos gelados que foi descobrir, não sei como, na cafetaria improvisada que os camaradas têm na zona de apoio aos trabalhos. Camaradas que já olhavam para o reboliço da nossa chegada, tal foi ele, o que teve a vantagem de os deixar a jeito para a conversa. Estavam acampados no terreno (mais tarde vimos as tendas, num pinhal magnífico debruçado para o rio), os jovens aproveitavam as férias para dar uma aju-



A potente e sofisticada Kenwood Folding Camera utilizada por Henrique Custódio na sua viagem. A semelhança do que Henrique Custódio tem por hábito fazer, está prevista, em data a anunciar, uma exibição pública dos interessantes shots obtidos na outra banda

da, enquanto outros mais velhos as haviam interrompido ou adiado e todos convergiam na mesma preocupação: o atraso dos trabalhos e a imensidão de tarefas a realizar, insistindo por isso, muito, na necessidade de se alertar os camaradas e amigos para darem uma mão à Festa.

Quanto aos acessos e estacionamento, confirmaram as apreensões que fui acumulando no trajecto da Ponte. É certo que serão tomadas medidas, mas o caso parece bicudo. Para o pessoal que mora na margem Sul, a ida à Festa é mais fácil: acessos sinalizados, reforço de carreiras de autocarros. Mas para os do Norte...

Foi aí que ouvi a primeira alusão «in loco» à vantagem de se viajar de barco para a Festa, utilizando as carreiras fluviais (que a Trans-tejo reforçará) entre o Terreiro do Paço e o Seixal. Aliás trazia essa na manga, como se verá, mas naquela altura quem me puxou pela manga foi o Alexandre, já senhor da situação em que estava o «stock» dos gelados e que, com o João à boleia, se queixava de «uma grande sede». Mande-os beber água e tangi-os para a visita à Quinta.



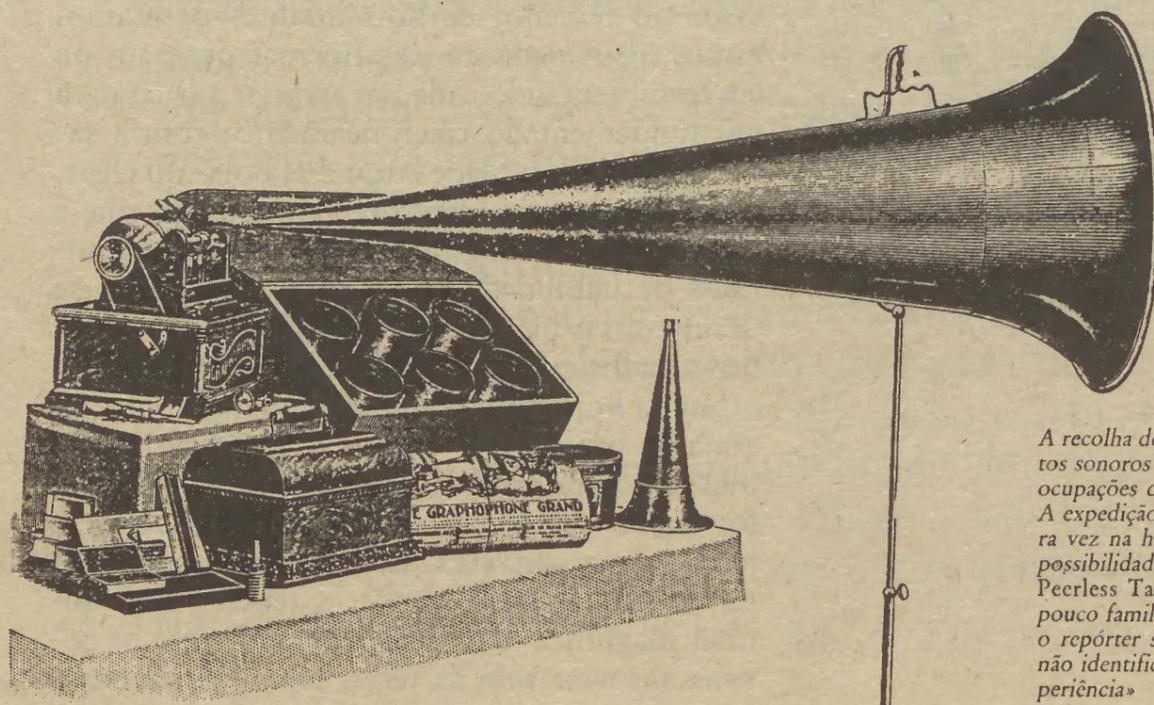
Foi com este óculo (um Bardon Ritle Range Telescope!) que o repórter «Avante!» observou Lisboa a partir das encostas da Atalaia

III

O Grande Buraco

Avançámos pelas alamedas onde a sombra das árvores parecia refrescar o próprio zumbido dos insectos, essa reverberação metálica de todas as canículas. Seduzidos por um tanque onde boiavam nenúfares e nadavam girinos; os mais pequenos fizeram uma pausa que a Elsa utilizou para divagar, fascinada, frente ao por-

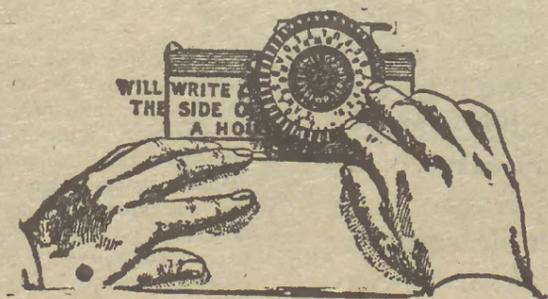
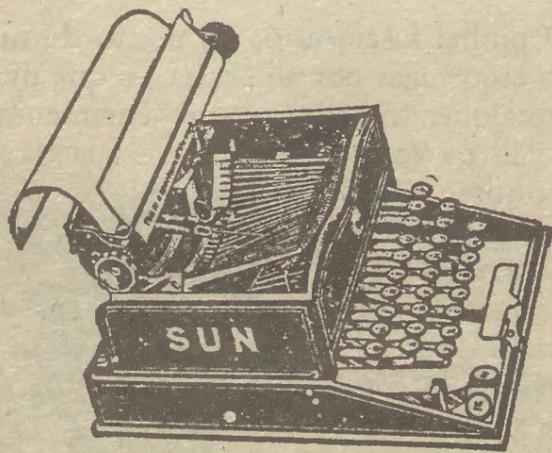
tão do palacete da Quinta, talentosa como sempre na descoberta do pormenor, aqui um vaso de louça tão bonito, olha a portada das janelas! Já viste o desenho da relva? Casas tão caiadas, há aqui calor e frescura... decidindo que tudo aquilo era óptimo para casa de repouso. Depois viu o Tejo ao fundo e arregalou os



A recolha de entrevistas e outros documentos sonoros encontra-se no centro das preocupações de um trabalho de reportagem. A expedição à Atalaia contou, pela primeira vez na história do nosso jornal, com a possibilidade de recurso à novíssima Grand Peerless Talking Machine. Infelizmente, pouco familiarizado ainda com o aparelho, o repórter só conseguiu registar uma voz não identificada dizendo «um dois três experiência»

olhos, a Quinta abria-se-lhe num horizonte muito mais vasto com colinas ondulando até ao rio, a terra rasgada de valas onde se estão a instalar infra-estruturas, pequenos bosques a rendilhar de frescura a paisagem e as pessoas lá em baixo, quase como formigas, a descarregar ou a desenrolar tubo. Sugeriu-lhe que imaginasse aquilo com centenas de milhares de pessoas e ela quis descer, habitar já a Festa com a sua presença. Penso que desistiu ali da sua casa de repouso.

Quando chegámos ao imenso vale onde se desenrolarão alguns dos grandes espectáculos da Festa já os mais pequenos se haviam autonomizado, pontapeando as bolas naquela farrura e metendo o nariz onde lhes dava na real gana; o Alexandre vencera obstáculos sobre obstáculos e encontrara ali as olimpíadas da sua vida, pois qualquer meio metro constituiu-se-lhe um desafio de monta — facto de que, aliás, tinha aguda consciência pois não parava de me anunciar ao longe, em orgulhosa berraria, ora emergindo dum monte de tubagens, ora cavalgando uma pilha de manilhas, a sua nova vitória sobre a aspereza dos elementos; quanto ao João estava farto de aparecer e desaparecer, pelo que ao princípio não liguei muito ao seu chamamento longínquo, um «Pai!» sem aflição e que não se percebia muito bem donde soava. Só fiquei alerta quando desconfiei que a voz vinha debaixo do chão, o que era absolutamente exacto como constatei pouco depois, ao vê-lo sorridente mas já agastado por tanto pa-



Os originais desta reportagem foram elaborados com recurso a algumas das mais modernas técnicas de dactylographia. Henrique Custódio dispunha, para os textos mais longos, da Visible Writing Machine que pode ser observada na gravura de cima; para os textos mais pequenos, pôde utilizar a Little Gem Typewriter com a qual se encontram equipados todos os jornalistas da nossa Redacção

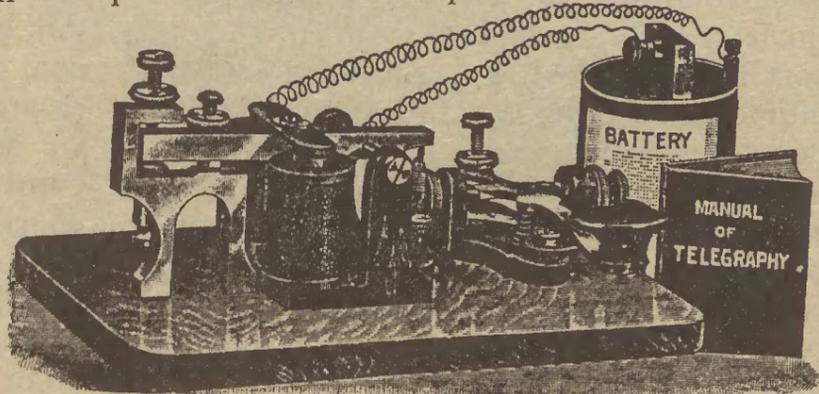
tegar no fundo de uma vala, onde fora buscar a bola e acabara a descobrir que certas habilidades são mais fáceis de ver no cinema que de fazer na prática. Não quis ajuda, é claro. Um herói de 10 anos só precisa de um apoiozito moral. Vencido o lance sacudiu o pó da luta, avaliou o adversário de alto e comentou, com dignidade: «Mas que grande buraco!».

IV

O Homem Que Fazia Lume

Dali rumámos em direcção ao Tejo, descobrindo o acampamento dos camaradas a trabalhar permanentemente no terreno, uma magnífica plataforma de pinhal debruçada para o rio. Enquanto a Elsa se entregava à contemplação da paisagem que tinha o Tejo e Lisboa ao fundo e o Alexandre cirandava no meio das tendas com a alegria de quem descobriu um labirinto, o João esforçava-se por impor a sua autoridade de campista adquirida há duas semanas numa primeira experiência que, apesar de não ter chegado ao fim, lhe proporcionou algumas convicções acerca de espias e amarras. Servi-lhe de auditório, é claro, e lá ba-

temos a continência um ao outro com a solidariedade de dois veteranos (eu por via da tropa) que o mundo não compreende.



Como todas as equipas de reportagem do «Avante!», a que efectuou a viagem à Atalaia dispunha dos mais sofisticados instrumentos proporcionados pela tecnologia. Embora não se tenha revelado necessário, Henrique Custódio contava com um moderníssimo equipamento de telegrapho que a gravura mostra. Irónico, o nosso repórter afirma que, a ter de utilizar a máquina, se veria um pouco aflito, uma vez que é bastante melhor a transmitir pontos, defrontando algumas dificuldades nos traços

O pinhal fascinou-os ao ponto de me porrem a escorregar por ali abaixo; o que não lhes deu qualquer trabalho no convencimento porque, valha a verdade, continuo a pellar-me por coboias, coisa pela que peço algumas confidencialidades porque, se os meus putos sonham, não há quem nos arranque das matas deste País.

Como o rio não se podia «atacar» por ali (essa parte da operação teria de ser desencadeada a partir do Seixal), subimos no regresso às instalações centrais ou melhor, eu subi e eles desapareceram como cabritos aos pulos encosta acima, o que não me complexou absolutamente nada dado que, se eu quisesse, desatava a correr por ali fora e papava-os num instante. Só não o fiz porque também não estava para sair de maca.

Quando cheguei ao cimo, aproveitando o refrigério da alameda arborizada que desce



Uma iniciativa de Henrique Custódio para este seu trabalho: dado que se fazia acompanhar pela família, equipou-se com uma das últimas maravilhas dos States, a Modern Lemon Squeezer, um expremedor de citrinos de grande potência. Infelizmente, o nosso repórter esqueceu-se de levar a mesa para fixar o Squeezer, pelo que teve de comprar laranjadas para os petizes



Carro de repouso e transporte das crianças de Henrique Custódio



A sóbria elegância do nosso repórter momentos antes de partir para a Atalaia

quase até ao rio, fui dar com o mais pequeno a olhar, boquiaberto, para o camarada que «fazia lume» na soldadura de um latão, indo pescar depois os outros ao conjunto de pavilhões que já está de pé e onde a azáfama era mais que muita. «Dá gosto ver as coisas saírem assim das nossas mãos», comentou a Elsa que é dada à «bricolage» e estava um pouco assarapantada pela dimensão daquela. «Pensa nisso», sub-reptíciei eu, com a manha de pai que há-de sempre cair na tentação da mensagem subliminar. Quanto aos outros, o que queriam era ir almoçar porque no «ir» é que estava o ganho, como eles já sabiam e vocalências também saberão, se estiverem dispostos a ler os próximos capítulos.

V

Do autocarro ao almoço

Regressámos aos pavilhões de apoio, onde todos tiveram o direito a um gelado e o dever de não me chagarem o juízo enquanto eu falasse com alguns camaradas presentes. Aventurosamente cumprimos o combinado, e eu pude confirmar que a ligação à Festa por via fluvial se fará entre o Terreiro do Paço e Seixal, com ligação rodoviária permanente entre este último cais e a Quinta da Atalaia, frisando todos de novo que seria a melhor solução, por mais rápida e cómoda. Era o que eu queria tirar a limpo. Memorizei o horário dos barcos, despedi-me do pessoal, enfiei a prole e as bolas no carro e dirigi-me ao Seixal partindo do princípio que era um autocarro. Num levantamento destes, há que ser rigoroso até na atitude mental.

E pus-me lá em 10 minutos, viajando devagar como qualquer autocarro que se preza. Entretanto não era hora de barco e mesmo que

fosse não ganhava nada com isso, porque o grupo expedicionário tinha o programa de acção organizado ao milímetro. Encontrado o local de embarque e reconhecido o terreno, o que estava previsto era almoçar. Foi o que se fez numa simpática esplanada virada para o jardim e em frente ao cais, instalando-nos todos com o ar de quem desembarcou nos trópicos e se prepara para um turismo exótico. Após lavar os mais novos do pescoço para cima e dos cotovelos para baixo — tarefa para que os não considere suficientemente qualificados, tal era a densidade de pó conseguida em tão pouco tempo — divergi pela primeira vez dos meus «compagnons de route», a quem não consegui atrair para uma açordazinha de marisco; muito prosaicamente optaram por bifeinhos regados a refrigerante, a grande concessão do dia, porque às refeições eles estão treinados a água.

Há que respeitar o gosto dos aventureiros. Pelo menos durante a aventura.

VI O Regresso

A expedição chegava ao fim mas faltava um lance de alto coturno — o regresso a Lisboa de barco.

Eles já sabiam que eu não podia ir com eles e estavam particularmente satisfeitos por isso; ter o pai à perna numa aventura inteirinha pode não ser chato na medida em que se torna só aborrecido; fechar a odisseia numa viagem de navio, como teimava o mais novo em classificar o pachorrento cacilheiro que os transportou, fazê-lo numa espécie de corporação fraternal e regressar a casa com total autonomia, «era o máximo!», na expressiva formulação do descendente do meio, enquanto a mais velha não via com desagrado a repentina subida ao comando das operações.

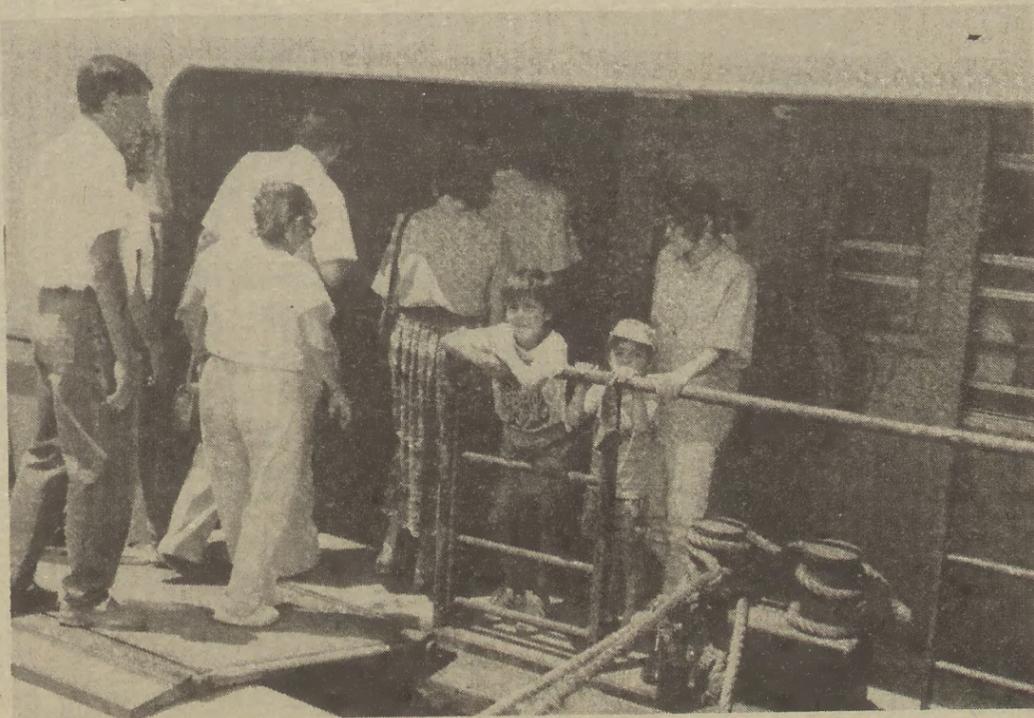
Enquanto o barco não vinha, os exploradores continuaram no seu afã. O João dava pulos com o tamanho e a quantidade de peixes que via à transparência das águas, fenómeno a que apenas tivera acesso nas bancas da praça, enquanto o Alexandre batia palmas perante todo o caranguejo que descortinava a subir o pontão, prodígio que à viva força queria ver fotografado, indiferente às minhas explicações sobre a impossibilidade de registar tão minucioso espectáculo; a Elsa virava conchas, sorria com os irmãos e enchia-se de Lisboa, Tejo e tudo, passe o plágio — e até o viriato, se necessário.

A chegada do navio do Alexandre chamado «Dafundo» levou a excitação ao rubro, a posês no portaló e a um longo adeus marítimo, como se de repente ficasse tudo de pernas para o ar, comigo a ficar em terra e eles a partirem para a Guiné — eles, quem nem eram nascidos nessa altura.

Mas pelos vistos são mais vivaços do que a gente, porque chegaram a casa antes de mim. É verdade que eu posso invocar que fui embrulhado na Ponte pelo alargamento que lá andam a fazer e que a deixou mais estreita. Mas isso não passa de uma desculpa — a ainda por cima



Um dos expedicionários prepara-se para embarcar...



... no barco...



... que transportou o sector mais dinâmico da equipa de reportagem

à custa do Governo e das boas intenções do coitado!

De qualquer modo está resolvido o mistério do melhor caminho para a Quinta da Atalaia. Famílias da margem Norte deste Tejo e deste País, para irem à Festa, vão de barco! ■

XIV Festa Avante!

A XIV Festa do «Avante!» realiza-se nos próximos dias 7, 8 e 9 de Setembro. Este ano será utilizado pela primeira vez o terreno da Atalaia, no concelho do Seixal, uma quinta nas margens do Tejo adquirida pelo PCP expressamente para a realização da Festa.

A edição de 1990 da maior acontecimento político e cultural de massas do País adquire particular relevo não só por ser a estreia da Atalaia, mas também por constituir a primeira grande realização do PCP após o seu XIII Congresso (Extraordinário) e na qual serão apresentadas as grandes propostas políticas do Partido para o importante ano eleitoral de 1991 (eleições para Presidente da República e para a Assembleia Nacional). O Pavilhão Central da Festa incluirá neste sentido diversas exposições e a INFORFESTA, um pavilhão onde, com recurso a bases de dados informáticas e outras utilizações de computadores se poderão obter informações sobre o PCP e as suas propostas políticas.

Ainda no Pavilhão Central, uma exposição sobre o Tejo (o rio é visível de todos os pontos da Festa!) e uma mostra de peças do museu do PCP.

No campo dos espectáculos, foi já assegurada a presença de um conjunto de artistas portugueses de primeiro plano que aos palcos da Festa levarão espectáculos em diversos casos preparados especialmente para apresentação na Atalaia: **Fernando Tordo, Paulo de Carvalho, Júlio Pereira, Rádio Macau, Telectu** e outros ainda a anunciar.

Do vasto programa de artistas estrangeiros, foi já confirmada a presença do grupo da Galiza **Na Lúa** (que actuará num espectáculo conjunto com Júlio Pereira, revelando assim ao público português o resultado de um trabalho de colaboração já registado em disco) e o grupo africano **Osi-bisa**, um dos mais importantes grupos de música africana, pioneiro na fusão das raízes musicais da África negra e da música popular anglo-saxónica.

Até à Festa serão ainda anunciadas outras presenças que incluem artistas da Irlanda, do Brasil, de Cabo Verde, de Espanha e dos Estados Unidos.

O teatro estará igualmente presente com espectáculos todas as noites da Festa.

Também o folclore terá o seu

palco, tal como o já tradicional **café concerto** de iniciativa do Sector Intelectual da Organização de Lisboa do PCP. Stands e restaurantes de todas as organizações do País asseguram aos visitantes a possibilidade da compra de artesanato, de uma vasta informação sobre a realidade nacional e... petiscos de Norte a Sul de Portugal!

Na área do Pavilhão Central, erguem-se os pavilhões de jornais e movimentos progressistas de todo o mundo e um Pavilhão da Solidariedade, com particular realce à solidariedade com o povo da África do Sul e a sua luta.

A EP (Entrada Permanente que dá direito ao acesso à Festa durante os três dias) encontra-se já à venda e dá ainda direito à participação em sorteios com valiosos prémios.

Um vasto conjunto de medidas (reforço de transportes rodoviários e fluviais, parqueamentos na zona da Festa) asseguram o acesso ao novo terreno da Festa do «Avante!» de 1990.

No seu novo local e, como sempre, a maior, a mais bela e a mais fraterna festa do Portugal de Abril.

da festa!

AMORA-SEIXAL • 7, 8 e 9 SETEMBRO

Avante!

Director

António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 5

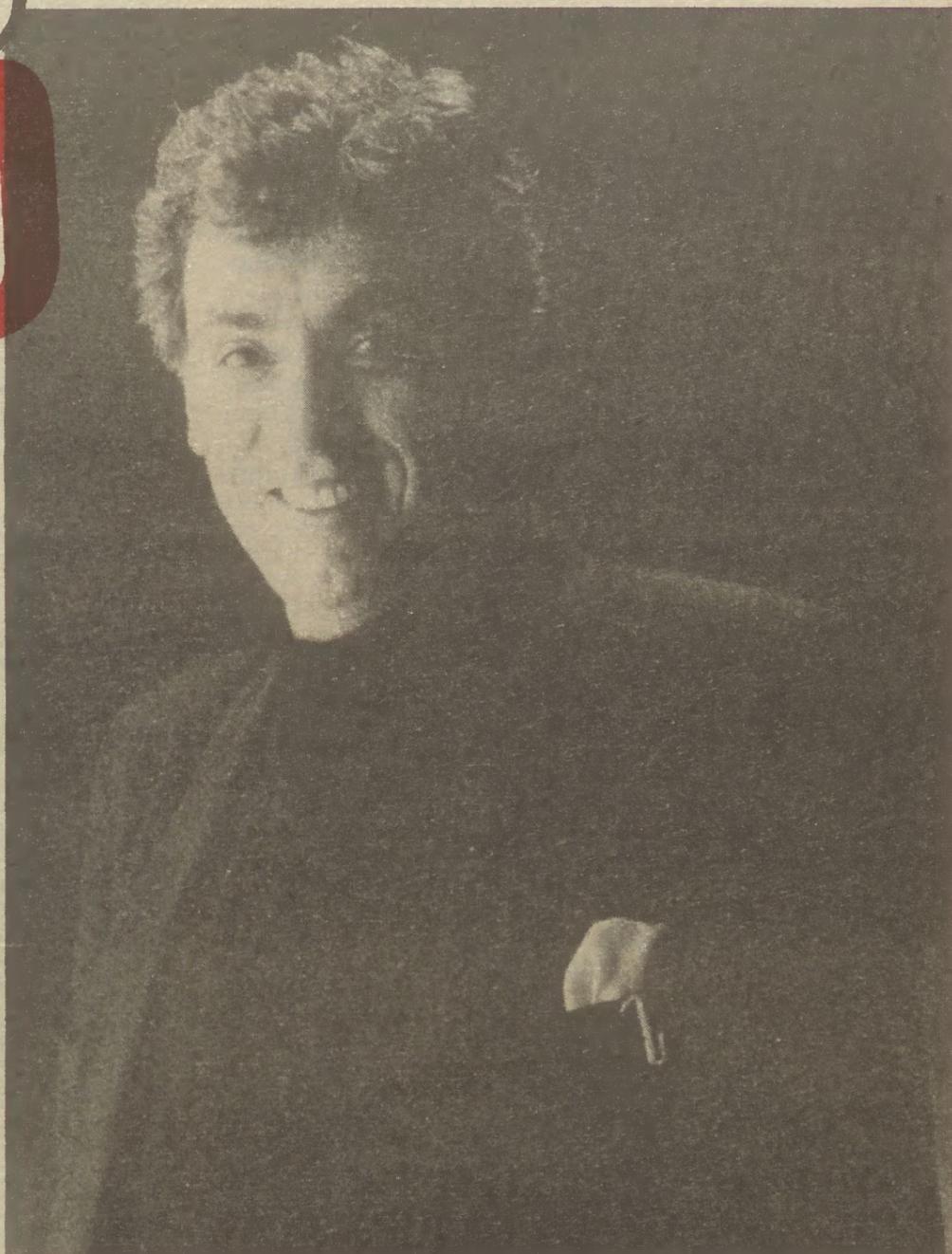
19 de Julho de 1990

Não pode ser vendido

separadamente

PAULO

XIV
Festa
Avante!



OSIBISA

É uma música feliz! São os Osibisa e estão na origem do sucesso da música pop africana na Europa e Estados Unidos, percussores que foram dessa situação ao atingirem os dez primeiros lugares do top britânico de vendas de álbuns em 1971 e 72, enquanto que nos Estados Unidos chegavam aos primeiros vinte lugares. Uma das principais razões que estão na base do continuado sucesso dos Osibisa é a forma extravagante e energética como se apresentam em palco. Daí uma boa razão para ir vê-los à «festa!».

*XIV
Festa
Avante!*

Alguns dos membros deste grupo tocam juntos à vinte anos tocando uma música que se reivindica de étnica. Mas os sons produzidos em palco e em disco sugerem igualmente influências do jazz, do rock e, naturalmente, de outras músicas africanas que não as do país de origem dos Osibisa.

Depois do sucesso dos espectáculos na «festa!» de nomes como Mory Kanté, Salif Keita ou Ray Lema, será importante assistir ao espectáculo dos Osibisa para compreender o enquadramento actual da música africana, na sua expressão mais popularizada na Europa e Estados Unidos.

Cancões como «Jambo» poderão fazer lembrar o álbum «Graceland» de Paul Simon, mas os seus sucessos mais antigos são «Superfly TNT» e «(I feel) Pata Pata», bem como «Sunshine Day», «Dance the Body Music», «The Warrior» ou «Who's Got The Paper», temas que atingiram ao longo dos anos lugares cimeiros das tabelas de vendas europeias.

Tudo começou no Ghana

Tudo começou quando um músico do Ghana que naquele país formara alguns dos mais relevantes grupos de Highlife, a pop music da África Ocidental, e que já colocara uma das suas composições nos primeiros lugares das charts do Ghana, da Nigéria e da Serra Leoa, resolveu partir para Londres. Teddy Osei faria de tudo na capital britânica: desde lavar pratos até ter a oportunidade de uma bolsa de estudo do governo ganhês para estudar música. E, finalmente, constituiria o grupo que daria origem ao boom da música africana na Europa: os Osibisa. Que significa mais ou menos «ritmos diversos que explodem em felicidade!»

Ritmo e alegria

No início da década de 70, marcada por um rock de estilo frio e hierático, a música dos Osibisa iria constituir uma alternativa de ritmo e alegria que a breve prazo ganharia um público entusiasmado também pela luxuriante apresentação cénica do grupo.

Teddy Osei fizera vir do Ghana o seu irmão, o espantoso trompetista Mac Tontoh e juntara ao



OSIBISA

Uma música feliz!

grupo o baterista Sol Amarfo que a breve prazo se transformaria numa referência inultrapassável de percussionista africano para todos os grupos europeus. Numa iniciativa que faria dele pioneiro dos grupos que surgiram no final da década de 80, Osei recrutaria igualmente músicos de diversas nacionalidades, tais como Spartacus R, de Granada, Wendell Richardson, da Antígua, Robert Bailey, da Trinidad, Lasisi Amao, da Nigéria - todos reunindo o comum traço das origens africanas da sua música.

Constitui hoje um dado assente que os Osibisa, na sua fusão de ritmos africanos e influências do rock anglo-americano, constituíram um dos mais fecundos fenómenos musicais das últimas décadas, abrindo não só as portas para a entrada doutros grupos africanos no mercado europeu, mas também revelando novos e sugestivos horizontes rítmicos e musicais aos músicos europeus.

A ofensiva disco da década de 70 e a sua «conquista» das discotecas prejudicou fortemente a ascensão dos Osibisa: grupo fundamentalmente de cena, vocacionado para grandes espectáculos ao vivo. A sementeira de alegria rítmica por eles lançada frutificaria contraditoriamente nos ritmos quadrados e laboratorialmente prefabricados que apelavam à dança nos recintos cheios de lasers e luzes negras.

A nova concorrência

Seria preciso que a década de 80 devolvesse à música popular a alegria do ritmo e o gosto por tirar dos instrumentos electrónicos efectiva música e não apenas efeitos, para que os Osibisa de novo invadissem os palcos.

Confrontado já com nova concorrência vinda de África - Mory Kanté, Salif Keita, Mazakela, Yousouf N'Dour - o grupo de Teddy Osei teve de enfrentar os «purismos» dos críticos ocidentais recém-convertidos às maravilhas rítmicas da África. Os Osibisa foram acusados de terem o que continua a constituir uma das suas maiores riquezas: as múltiplas influências africanas, antilhasas e anglo-americanas.

Osei ri-se quando o acusam de «trair» as suas raízes africanas e recorda que os blues têm origem africana, que a soul tem origem africana, que o rhythm and blues tem origem africana, que o jazz tem origem africana, que o rock... tem origem africana...

Convertidos em globe trotters, os Osibisa devem ser hoje o mais internacional dos conjuntos africanos. As suas tournées levaram-nos já a praticamente todos os países africanos (com audiências de dezenas de milhares de pessoas), aos Estados Unidos (três gloriosas tournées coast to coast, a última das quais há dois anos), uma tournée à Índia que assinala um dos seus mais significativos êxitos.

«A Índia não será de novo a mesma». «Histeria colectiva», foram alguns dos títulos dos jornais indianos para descreverem os espectáculos dos Osibisa.

Este ano estiveram já na Austrália e no Extremo Oriente.

Toda a magia existente nos espectáculos ao vivo dos Osibisa poderá ser escutada pelos privilegiados que possuírem cópias do duplo-álbum «Black Magic Night», gravado num concerto memorável no London's Royal Festival Hall.

Em termos de gravações discográficas, esta banda conta já um extenso curriculum, de que constam quatro álbuns gravados entre 1971 e 1973 para a MCA, um para a Buddah gravado em 1974, dois para a WEA gravados em 1974 e 75, três álbuns gravados entre 75 e 78 para a Bronze e um álbum para cada uma das seguintes editoras, gravados sucessivamente entre 1979 e 1983: CBS, PYE, EMI, Magnet Records, Trillion.

Em Portugal, na Festa do «Avante!» os Osibisa apresentarão a sua actual formação completa, com onze elementos.

PAULO de Carvalho

TEMAS NOVOS VELHOS ENCONTROS

A cântar anda Paulo de Carvalho há vinte e sete anos. É muito tempo! Como há muito tempo o cantor vai à «festa!». Este ano isso acontece outra vez, alguns dias antes da publicação de um novo disco e numa altura em que pensa abandonar a carreira...

AV: Cantar porquê?

PC: Canto fundamentalmente porque gosto, se calhar não sei fazer mais nada... Não! Principalmente porque gosto!

Mas também não vou andar a cantar durante muito mais tempo porque se calhar não faz sentido... Num país onde a maioria das pessoas não gosta das coisas portuguesas, por muito que digam o contrário... Só quando se sentem mais ou menos ofendidas é que dizem não senhor, gostamos imenso. Durante o dia-a-dia, no en-

falar disto e constatamos determinados factos em tom de quase brincadeira...

AV: Com razões de queixa do público?

PC: Não. Com razões de queixa de nós. Todos nós. Não sou nada daqueles gajos que alinham no discurso que já me têm feito: *pá, se tivesses nascido no estrangeiro!* Já tive oportunidade de ir para o estrangeiro e não quis! Eu gosto é de estar aqui, esta é que é a minha terra! Tenho pena que as pessoas não reajam de outras formas, mas a culpa também é minha.

A culpa tem de ser assumida colectivamente, não é só de uns quantos.

Estes serão alguns pequenos desgostos, mas não fazem com que eu ande preocupadíssimo, a bater com a cabeça nas paredes.

Há que saber reagir e saber actuar no meio de toda esta forma de ser que penso ser bastante portuguesa...

Gostava que a maioria dos portugueses gostasse mais de ser portugueses e das coisas portuguesas, mas isso transcende-me...

Que gostasse no bom sentido, não era de uma forma chauvinista...

Mas não, isso não acontece!

Posso dar exemplos: ninguém se preocupa que um grupo como os Stones venha ganhar 350 ou 400 mil contos mas quando um qualquer fulano português pede 600 ou 700 contos para ir a qualquer lado com um conjunto atrás, aparelhagem e luzes, já se considera muito dinheiro...

Bem, são estas coisas que fazem também com que esta luta seja gira!

Santos da casa...

AV: Mas esta situação acontece por razões muito variadas...

PC: Não é por acaso que se costuma dizer que *santos da casa não fazem milagres*. Houve responsáveis deste país, (não direi a nível de Governo mas que nos governam também em alguns campos) que me descobriram o ano passado em Milão, ao fim de vinte e seis anos de andar a cantar! Como fui a Milão, convidado, houve gente que me descobriu lá e me disse *você tem um espectáculo muito giro, não sabia que cantava tão bem*. Foi preciso ir a Milão! Curioso...

As vezes é mais fácil cantar no estrangeiro, para pessoas que não entendem nada do que estamos a dizer. Mas olha que há gente cá na terra que também gosta do que nós fazemos.

AV: Como vai ser o espectáculo da «festa!»?

PC: Vou apresentar um novo espectáculo onde as pessoas terão oportunidade de ouvir muitas cantigas novas, que serão publicadas no meu próximo disco, a sair no princípio de Outubro.

Nesta altura estou a trabalhar com sete músicos, mais do que é normal comigo.

Teremos guitarra e viola, mas também guitarra eléctrica sintetizada, teclados,

percussões eléctricas e acústicas, duas raparigas a cantar e ainda um baixo eléctrico.

É um espectáculo que não sendo preparado para a «festa!» é um espectáculo diferente até pelas dimensões do próprio palco, a requerer uma atenção muito especial.

Normalmente durante o ano não temos oportunidade de tocar e fazer concertos em sítios com aquelas características, com aquele tipo de estrutura. Isso faz com que tenhamos de pensar de forma diferente em termos de concepção de espectáculo... nem para melhor nem para pior, somente diferente. É isso que vamos fazer.

AV: Em termos práticos, isso resultará em...

PC: Nós não estamos habituados a tocar muito longe uns dos outros, em termos de distância entre músicos e ali são tantas pessoas a verem-nos, o palco é tão grande, que se nos juntássemos como nos palcos onde tocamos habitualmente, vistos à distância, ficávamos como se fôssemos *só um*.

Durante uns dias teremos de ensaiar no sentido de levarmos o palco em conta.

AV: E essa dimensão do palco cria também uma relação diferente com o público?

PC: Bem, não sou exactamente o chamado *astreante* em espaços desses, e muito menos na Festa do «Avante!». A relação com o público que ali se cria tem a ver, para já, com a forma como o próprio público vai para os espectáculos. De um modo geral, em noventa por cento dos casos, o público do palco principal da Festa do «Avante!» vai para ouvir música, vai para ver cantores, músicos, para ouvir a música que esses cantores e músicos fazem. A partida essa situação pressupõe um público interessado naquilo que vamos fazer... depois pode gostar mais de um ou de outro artista, mas isso é lógico e normal. Aquele público vai, de qualquer modo, com vontade de ter atenção, e isso é bom.

A relação com o público na «festa!» não é coisa que a partida me preocupe muito, preocupa-me mais a forma como nós vamos fazer o espectáculo para aquele público que ali vai estar.

Em princípio tudo indica que estarei na «festa!» no Sábado à noite. É um bom dia, embora não tenha problemas em cantar em qualquer dos outros dois dias. Gosto é mais de cantar à noite, para tirar partido das luzes que existem e que normalmente são de muito boa qualidade na Festa do «Avante!».

AV: É bom ir à «festa!»?

PC: Já fui à «festa!» uma série de vezes. Houve anos em que gostei muito, houve outros que não terei gostado assim tanto, por numa ou noutra altura (e isso não é normal na «festa!») as coisas, tecnicamente, terem sido maltratadas. Mas o balanço é muito positivo. A «festa!» é um grande acontecimento, espero que este ano volte a sê-lo. Penso que este ano há possibilidade de fazer com que ela seja ainda mais bonita do que costuma ser, porque o sítio pode proporcionar-lo.

Para além de tudo a «festa!» é um acontecimento cultural muito importante. Tenho pena que não existam outros. Por muito que muitos *deitem abaixo* a Festa do «Avante!», culturalmente falando, a verdade é que não há outro acontecimento desta natureza. Esse pessoal era bom que desse fazer festas como a Festa do «Avante!» em vez de a deitar abaixo. É claro que é sempre bom!



Música em Portugal? Só para alguns!

AV: Em Portugal há grupos rock, ou se se quiser, da chamada música moderna portuguesa que gravam discos. Há cantores já com carreira feita que gravam discos. É raro aparecerem novos cantores...

PC: Não sei se se vou ser muito cruel, não sei mesmo se, em relação à imagem que eventualmente as pessoas tenham de mim, vá mesmo ser *estúpido*. A música ligeira em Portugal é realmente só para alguns! As coisas acontecem por serem *acontecimentos* e não pela qualidade musical que tenham. Nuns casos têm essa qualidade musical e ainda bem que foram *acontecimentos*. Noutros casos têm pouca qualidade musical mas são *acontecimentos*, são moda e funcionam como tal. O público está a consumir aquilo que lhe é dado para consumir e não tanto por ter capacidade de escolha, porque de um modo geral não a tem!

Acho que com isto disse tudo...

AV: Mas o Só Nós Três, por exemplo, teve êxito, foi um acontecimento...

PC: O *Só Nós Três* terá, eventualmente, qualidade musical, até por qualquer um dos fulanos que estão na sua base terem para aí vinte e cinco anos de cantigas. É tempo! Tempo com o público a conhecê-los mais ao Pedro Osório, maestro desses anos todos... O público ao longo desses vinte e cinco anos ouviu falar de trabalhos nossos, esteve a consumir, a ouvir e a gostar de muitos desses trabalhos. É natural que nos seja atribuída alguma qualidade... Mas foi, de facto, um *acontecimento*.

AV: Porquê?

PC: A história do *Só Nós Três* tem um pouco a ver com a memória das pessoas, não há dúvida alguma. Foi mais fácil fazer este espectáculo: as pessoas, na sua maior parte, tinham aquelas cantigas na cabeça, as pessoas gostavam de as ouvir de novo. Mas se nós tivéssemos feito aquele mesmo espectáculo sem a força comercial, sem a força económica, sem a força (digamo-lo entre aspas) de *contactos com a imprensa*, a força do Casino Estoril, se por exemplo tivéssemos feito esse mesmo espectáculo por iniciativa nossa no Coliseu dos Recreios, se calhar este espectáculo não tinha sido o sucesso

que foi. E só estamos a falar destas coisas, não de música.

AV: Mas é mais fácil bandas como os dos grupos rock obter condições para a gravação de um disco. Um cantor precisa de contratar músicos, ensaiar...

PC: É por isso que estou a trabalhar com músicos como se fosse um conjunto. Isto tem a ver, da parte de quem quer vender discos, com a procura desesperada de um produto barato. Tudo está a ficar mais caro, as horas de estúdio hoje em dia são realmente muito caras, não é? *Se um conjunto é igual a um artista*, ensaia em qualquer lado, não cobra *cachet* para gravar, só precisa do tempo de estúdio; é muito mais barato, pode gravar.

Não é por acaso que se diz assim: agora há uns senhores muito generosos que vão tratar do rock em Portugal, gostam imenso e vão pôr todos os conjuntos a gravar. Calmal É que os conjuntos a gravar rock saem muito mais barato do que um artista que necessite de músicos e não pode ensaiar de qualquer maneira por os músicos não lhe pertencerem.

Depois muitos desses *múidos* aparecem agora e pedem menos condições que outros artistas. Custam menos, têm mais possibilidades de gravar.

Não sei como está agora, mas há poucos anos, ou há poucos meses, não havia conjunto rock que não gravasse. *Se der certo ganhamos dinheiro, se não der, também não nos custou muito*, é o que pensam muitas editoras.

Não há uma real protecção ao chamado *rock português*, há é uma moda... e uma exploração, se quiserem.

Depois há os que ficam, como sempre acontece. De todos os *booms* musicais que surgem há sempre alguém que fica. Já em 1960, quando não se chamava rock e se chamava pop, quando havia *Sheiks, Ekos, Quinteto Académico*, por aí fora, também houve uma série de gente que ficou...

AV: Como o Paulo de Carvalho para quem hoje é fácil gravar...

PC: Tenho é um contrato feito. Preocupa-me muito mais os anos de contrato do que propriamente o dinheiro que peço ou ganho. São raros os artistas que ganham dinheiro com discos em Portugal...

AV: Como é que se ganha dinheiro?

PC: Com espectáculos. O disco é uma espécie de jornal que gosto de fazer,

quase todos os anos ou de dois em dois. É, no fundo, dar notícias de mim, do que estou a fazer, às pessoas que por esse Portugal fora gostam de mim e das cantigas que vou fazendo. É isso que me interessa. Daí dizer que a venda dos discos não me interessa. O que não quer dizer que eu não queira ou não gosto que os discos se vendam bastante. Tomara eu!

Disco novo

AV: A propósito, vai sair um disco novo, acabado de gravar. Diferente ou não dos anteriores?

PC: Passo a vida a arriscar na música que faço... não será uma forma de estar na vida, mas será uma forma de estar na música. Poderão dizer que não sou nada coerente, musicalmente falando, e eu contraponho que em termos musicais a minha coerência é mudar. Colaborei muito com os músicos que gravaram comigo este disco, todos nós colaborámos uns com os outros. Daí surgiu este tipo de música que nem sequer me atrevo a qualificar... não quero pôr rótulos ao que fizemos.

AV: Mas é um disco de fados? É um disco de fados com outras canções? Não tem fados mas tem guitarra portuguesa?

PC: Só existe guitarra e viola num ou noutro tema; há um ou outro somente com piano e sintetizadores; na maior parte dos temas surge a guitarra portuguesa mas depois aparecem também violas sintetizadas e sintetizadores, percussão eléctrica e coros, toda uma série de coisas que faz com que eu goze muito com o que ando a fazer...

AV: Foi uma produção cara?

PC: Ao nível de Portugal creio que a produção deste disco não terá sido muito cara. Há aí muita gente a gastar muito mais dinheiro só em tempo de estúdio. Terá sido uma média produção, já que não foi das mais baratas, nem pouco mais ou menos... hoje está tudo caro! E não só os estúdios, as batatas também...

Esta produção terá embarcado por eu ter feito o disco com músicos com os quais normalmente trabalho. Esses músicos também estão interessados neste projecto, embora quem lhe dá o

nome seja eu, enfim, como figura mais conhecida.

Allás, cada vez mais me ponho no lugar do músico que tem à sua volta gente mais nova, outros músicos que colaboram com ele, com quem ele, músico, também colabora.

Se eu *dou o nome* a este trabalho é porque ando nisto há vinte e sete anos e alguns deles estão agora a começar... digamos que *puxo* pelos outros com que estou a trabalhar.

Para além disso, este disco tem músicas minhas, do Fernando Abrantes, textos que vão desde a Rita Olivais e passam pela minha companheira, Helena Isabel, até à Maria do Amparo que nunca tinha feito textos e que penso que agora se estreia. Sei lá, tem tanta coisa! Até por ter gravado títulos a mais, para a editora e eu escoshermos o material que nos parece melhor, é ainda complicado explicar o que nele se vai passar.

Equilíbrio

AV: Em termos pessoais, o que é que do Paulo de Carvalho está nesta gravação?

PC: Resolvi assumir com certo equilíbrio (e digo com *equilíbrio* porque vivemos em Portugal) todas as músicas e tipos de música que fui assimilando durante estes anos todos, bem como a música que gosto de fazer. É isso que está neste disco.

AV: Esse equilíbrio, essa não rotura com o passado tem a ver com um eventual recelo de um menor sucesso comercial?

PC: O problema das vendas dos discos é algo que me ultrapassa completamente, esse é um problema da editora para onde eu gravo: eles vendem discos, eu faço música. Portanto, se um dia chegarmos à conclusão que a música que eu faço não serve para eles a venderem, então pararemos e falaremos... não me parece ser o caso.

Cada vez estou mais satisfeito com o que estou a fazer, com a forma como o estou a fazer, sobretudo com a colaboração que tenho (acho que já é a terceira vez que falo disso, mas é muito importante para mim)... é que estou a colaborar com músicos, uns têm vinte e um anos, o mais velho tem trinta e eu já tenho quarenta e três. Isto dá-me muito gozo: estar a colaborar com esta gente, gente que tem

ideias novas e que trouxe coisas novas à minha forma de funcionar...

AV: Gente com outras influências?

PC: Principalmente isso: gente com outras influências. Funcionámos quase como um conjunto. Estou a voltar um pouco às bases, parece quase os *Sheiks*: cada um dá as suas ideias... só que eu sou mais conhecido que os outros e os discos saem com o meu nome...

AV: Quem são eles?

PC: Tanta gente!... Um músico muito bom, com uma sensibilidade fora do normal, que está na guitarra portuguesa e se chama Paulo Jorge. Foi um músico ensinado pelo grande amigo e músico que comigo tocava igualmente guitarra portuguesa, o Alcino Frazão, que, enfim, como alguns saberão, morreu... Antes de nos ter deixado já ensinava o Paulo Jorge, vindo o Paulo da mesma linha do Alcino...

O Carlos Manuel toca viola acústica, vem do meio do fado mas nesta altura é um miúdo que está a estudar música, está a estudar piano o que querará dizer qualquer coisa. Não é normal no meio do fado haver violistas a tocarem e ao mesmo tempo a fazerem os seus exames de piano, solfejo, música... ele acabou de passar do quarto para o quinto ano do Conservatório.

O Armindo Neves, é assim o *director da banda*, e toca viola eléctrica com sintetizador misturado.

O António Palma é um bellissimo teclista. Das duas raparigas do coro temos a Paula que tem nesta altura bastante experiência de música de Jazz, que é o que normalmente ela canta; a outra é a Cristina que faz parte de um grupo vocal que é o *Bá Dá*, um grupo vocal de música norte-americana...

O Pedro Abrantes toca percussão, mas sobretudo bateria eléctrica...

Mas há, principalmente, o Fernando Abrantes, por acaso irmão do Pedro, mas que é talvez (que me desculpem) o único engenheiro de som em termos de concertos que temos em Portugal, além de ser um bellissimo músico, um grande teclista. Ele é meio alemão e tirou o seu curso de engenharia de som na Alemanha, praticando muito em estúdios alemães nos últimos quatro anos. Foi ele que gravou o disco. O som deste disco novo é *dele*, é da culpa dele (evidentemente que não só, mas também...).

Esta é a equipa! Por acaso, no meio disto tudo, existe um fulano que também canta e faz umas músicas...

AV: Sempre em defesa dos músicos?

PC: Nesta altura sou acusado de *tramar* um pouco o mercado por se calhar ser o que melhor paga aos músicos com quem colaboro... isso parece ser entendido como *tramar o mercado*... Melhores tempos virão, com certeza.

AV: Satisfeito com o disco?

PC: Bem, não estou *contentinho*... Mas estou de facto satisfeito com o trabalho que fiz. Não quer dizer que daqui a quinze dias não comece a pensar em outras coisas...

AV: E o que acontece a seguir?

PC: Bem, o costume nestes casos. Algumas destas cantigas serão cantadas *ao vivo* para que as pessoas as possam identificar com o disco, com o que ouviram ou têm lá em casa... é uma forma de funcionar, é normal... parece uma linha de montagem... mas é engraçado; é preciso é saber o porquê das coisas e penso já andar cá há tempo suficiente para o saber...

Avante!
A festa!



XIV
Festa
Avante!



Cidade da Juventude

Ponto de encontro especial das camadas mais jovens que participam na Festa do Avante!, a Cidade da Juventude procura corresponder à diversidade de interesses dos seus visitantes.

Assim, este ano, com o objectivo de divulgar alguma da imprensa feita em Portugal pelos jovens e pelo seu associativismo, haverá um espaço para mostra e venda de Imprensa juvenil. Especial atenção será ainda dada à fotografia, feita por jovens. O concurso-exposição «Tomar a Iniciativa», actualmente a decorrer, premiará com

material fotográfico no valor de 100, 50 e 25 contos os melhores trabalhos fotográficos apresentados.

Particularmente valorizado será o espaço para exposição dos trabalhos a concurso.

Música ao vivo, teatro e dança executados principalmente por jovens e dois debates sobre temas de grande actualidade — um para abordar o Serviço Militar Obrigatório —

preencherão as tardes e noites do espaço de animação da Cidade, destinando-se as manhãs à passagem de filmes.

Artesanato

A feira do artesanato contará com a presença de numerosos artesãos, vindos de vários pontos do País. Alguns bares e um bar-esplanada darão o necessário apoio de «comes-e-

-bebes», embora ligeiros, mais ao gosto da malta mais jovem (tostas mistas, croissants, pão com chouriço). Finalmente, num espaço integrante da Torre da JCP haverá uma venda de materiais (títulos de participação, camisolas, pequenos sacos com terra da Atalaia) que, sob o lema «Um milhão da Jota para a Festa», pretende angariar contribuições para o pagamento do belo terreno da Atalaia.

Uma mão cheia de iniciativas e de motivos de interesse

Torneio de futebol de 5 em Beja 300 craques em acção

Com a colaboração da Câmara Municipal de Beja, que cedeu o pavilhão gimnodesportivo, e de numerosas empresas e Juntas de Freguesia, que oferecem taças e troféus, prossegue, na capital do Baixo Alentejo com grande entusiasmo e afluência de público, o Torneio de Futebol de 5 da Festa do Avante — 1990.

Nesta altura disputa-se a 1.ª fase, com a participação de 30 equipas distribuídas em 6 séries de 5 formações cada. Esta fase inicial termina em 24 de Julho. No dia 25 terá início a 2.ª fase que contará com 2 equipas apuradas de cada uma das 6 séries anteriores, num total de 12 equipas, em 2 séries. Nesta fase em cada série jogam todos contra todos. Depois, para apurar os 1.º, 2.º, 3.º e restantes classificados defrontar-se-ão os que tiveram equivalentes classificações em cada uma das séries. Há prémios em disputa até ao 8.º classificado. O vencedor deste torneio irá disputar em seguida, com o vencedor de idêntico Torneio que se está a realizar no concelho de Serpa, o apuramento da fase distrital.

A comunicação social regional tem dado destaque à realização desta iniciativa, que, além de movimentar mais de 300 jovens jogadores e numerosas claques, tem prendido a atenção de numerosas assistências e fomentado um salutar espírito de convívio juvenil.

Corrida da Festa
9 Setembro Atalaia - Seixal - Atalaia



Diploma de Participação

Nome: _____
Tempo: _____ Lugar: _____

Atalaia, 9 de Setembro de 1990

Pla Organização

COMISSÃO DA CORRIDA DA FESTA DO AVANTE

A Corrida da Festa, marcada para 9 de Setembro, continua a suscitar vivo interesse entre os atletas de estrada, clubes, associações e colectividades. O tiro de partida será este ano dado pelo veterano mas sempre jovem Armando Aldegalega, atleta do Sporting Clube de Portugal, nome prestigiado do desporto nacional

1.º Sorteio das EPs a 11 de Agosto

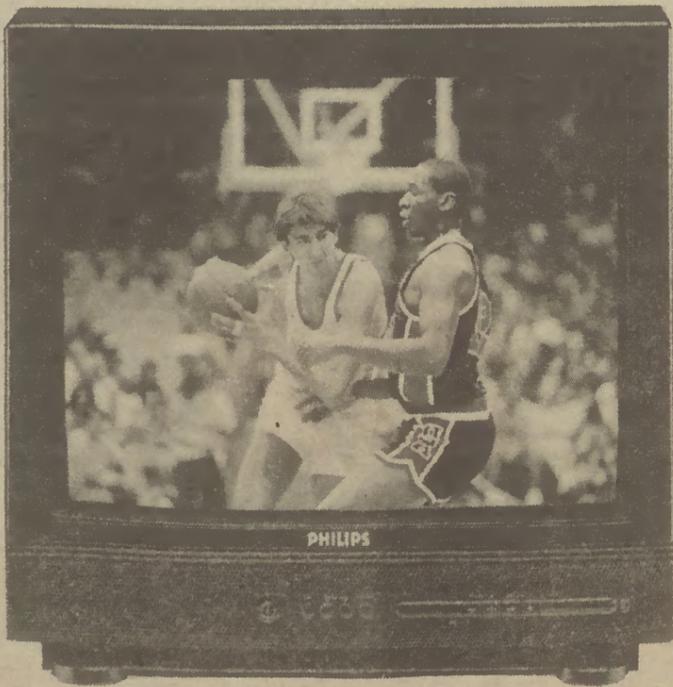
Um televisor com comando é o primeiro prémio do sorteio das EPs da Festa do Avante!, a realizar já no próximo dia 11 de Agosto. Trata-se de um aparelho da marca Philips, ecrã de 55 cm e

potência musical de 2 watts. Mas, atenção: o primeiro sorteio das Entradas Permanentes (em 9

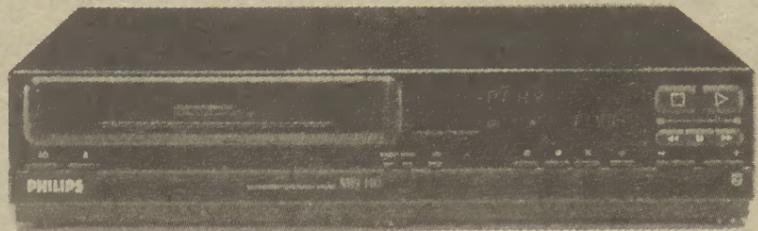
de Setembro, terceiro e último dia da Festa, haverá outro) não vai oferecer apenas aquele aparelho. Um videogravador e um combinado estereofónico (sistema midi telecomandado) são os outros prémios (também Philips) deste sorteio, mais um motivo para, desde já, adquirir o acesso aos três dias da Festa. Três dias de animação,

convívio, desporto, arte, cultura e espectáculos ao vivo. Tudo por 900 escudos! Já agora, mais algumas indicações sobre os 2.º e 3.º prémios do sorteio de Agosto. O vídeo é do sistema VHS e tem duas cabeças. É programável à distância pelo controlo remoto AV 5636. Protecção de memória para dados

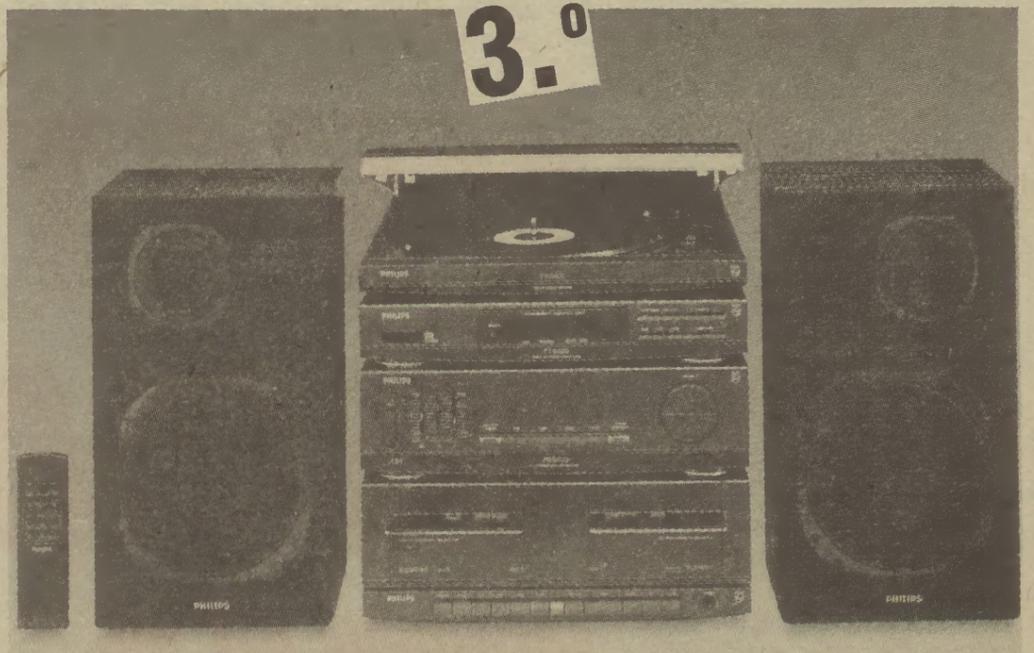
memorizados e controlo de luminosidade automático são características deste simpático videogravador. Por seu turno, o combinado estereofónico é constituído por gira-discos, sintonizador e duplo deck de cassetes, para além de duas colunas de duas vias. Boa sorte!



1.º



2.º



3.º



Feira da Ladra

• *Uma iniciativa dos professores da ORL*

Num programa tão diversificado como o da Festa do Avante!, não podia faltar uma feira da ladra...

Na área da Organização Regional de Lisboa (ORL) os visitantes vão encontrar uma feira desse tipo. A iniciativa pertence aos professores comunistas da ORL que, a partir de agora, esperam no Vitéria ofertas para o «mercado de velharias» que depois levarão para a Atalaia, em 7, 8 e 9 de Setembro.

Objectos antigos dos mais variados (procurem lá no sótão ou naquela arca que já não abrem há muito tempo), brinquedos, postais, roupas, quinquilharia, etc., serão bem-vindos à feira da ladra.

150

mil Contos
para o Terreno
da festa

«O construtor» é o nome da mascote da campanha dos 150 mil contos, um pequeno boneco que simbolizará o esforço empenhado dos que contribuem para a construção da Festa do «Avante!». Contribuição para o nascimento de uma iniciativa única no nosso país, este ano mais bonita ao ser possível usufruir pela primeira vez desse terreno à beira Tejo, ali ao Seixal, que tem o nome de *Quinta da Atalaia*.

Daqui a alguns dias «o construtor» aí estará, para aquisição de todos os que desejarem participar nesta campanha para o terreno da «festa!». Poderemos dizer que é fofinho, tem capacete e

fatiota vermelha... o resto saber-se-á depois!

Quanto ao decorrer da campanha, podemos dizer que ao longo desta semana já foram ultrapassados os setenta e quatro mil contos.

Organizações como a Direcção da Organização Regional do Algarve ou a sua congénere no Porto estabeleceram já metas de percentagem a atingir, antes do final da campanha, 75 por cento até 30 de Setembro no caso do Porto, 70 por cento até ao final de Agosto no caso algarvio. Já agora diga-se que este fim de semana vai haver festa em Vila do Bispo, também para a campanha dos 150 mil.

Na própria «festa!» esta campanha será um dos temas centrais, estando prevista uma exposição no Pavilhão Central que contará a história desta iniciativa nos diversos terrenos por onde passou, da FIL à Atalaia. Previstas estão ainda outras duas pequenas exposições alusivas a esta campanha, que se localizarão em locais diferenciados do terreno.

Aqui desejáramos dar particular realce ao colectivo da Festa do «Avante!», quer aos camaradas que trabalham no terreno, quer aos que trabalham no centro de trabalho da António Serpa,

pois para além de terem já largamente ultrapassado a meta final que no princípio desta campanha haviam estabelecido, aumentaram entretanto o valor desse objectivo, tal foi o êxito alcançado com as suas iniciativas no âmbito desta campanha.

Para além de inúmeras iniciativas locais visando a angariação dos fundos necessários, lembramos que ainda podem ser adquiridos Títulos de Participação do terreno da «festa!», uma forma individualizada de cada um de nós poder participar desse local de encontro que é o terreno definitivo da Festa do «Avante!». ■

74 000
contos
atingidos!

**VESTE DE
VERMELHO
TEM
CAPACETE
E DIZEM QUE É
FOFINHO !!?**

